



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**SIMONE MARIA DA SILVA**

**PESQUISA CIENTÍFICA, EDITAIS DE FINANCIAMENTO E  
HETORONOMIA ACADÊMICA**

**RIO DE JANEIRO  
2012**

**SIMONE MARIA DA SILVA**

**PESQUISA CIENTÍFICA, EDITAIS DE FINANCIAMENTO E  
HETORONOMIA ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientada pelo professor doutor Roberto Leher na Linha de Pesquisa de Políticas e Instituições Educacionais, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

**RIO DE JANEIRO  
2012**



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "Pesquisa científica, editais de financiamento e a heteronomia acadêmica"

Mestrando: **Simone Maria da Silva**

Orientado pelo (a): **Prof. Dr. Roberto Leher**

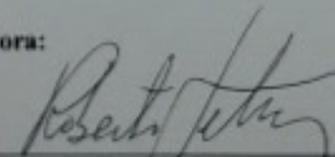
E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

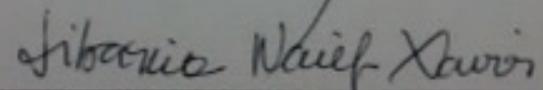
**MESTRE EM EDUCAÇÃO**

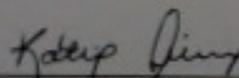
Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2012

**Banca Examinadora:**

Presidente:

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Roberto Leher**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Libânia Nacif Xavier**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Kátia Regina de Souza Lima**

Ao meu pai (*in memoriam*), por ter me ensinado a não desistir mesmo quando parecer não haver mais saída. O que me ajudou, apesar da dor pela sua perda, presente até hoje, a continuar as batalhas da vida, inclusive as necessárias para concluir o mestrado e produzir esta dissertação.

À Teresa Bastos (*in memoriam*), mulher forte e decidida. Uma socialista, cujos valores morais eram inegociáveis. Muito aprendi com esta mulher.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha filha, simplesmente porque é uma filha companheira.

Ao Hélcio, por ter sido um companheiro paciente durante este trajeto e por ter me ajudado com a revisão do texto final.

À minha mãe, que teve de ter paciência com as horas seguidas de estudo, o que significou pouca atenção.

Aos meus irmãos, que me apoiaram cuidando de minha mãe e dando a atenção que eu não podia para que eu pudesse escrever esta dissertação.

Ao meu enteado Caio, que sempre me perguntava por que este trabalho da faculdade demorava tanto pra terminar.

À minha 'sobrinha' Mariana, pela companhia e pela ajuda na revisão.

Ao Tio Ney, que me abrigava em Piratininga todas as vezes que eu precisava fugir da vida cotidiana para me dedicar somente à dissertação.

Às minhas amigas queridas Suely e Ana que foram importantíssimas nesta caminhada.

À minha equipe de trabalho, em especial a Marisa Palacios, Claudia Vater, Maria Clara Dias, Alexandre Costa, Daniele Fialho e Bia Andrade, que foram imprescindíveis para que eu, secretariando um curso de pós-graduação em associação, conseguisse dar conta do mestrado.

Aos companheiros e companheiras do Colemarx, que tanto contribuíram para meu amadurecimento acadêmico.

Aos companheiros da minha organização política, o PSTU, que são fundamentais para que o exercício acadêmico não se desvincule da militância por um mundo socialista.

À secretaria do PPGE, Solange, Henrique, Aline por serem profissionais dos quais me orgulho como aluna da pós-graduação e por tê-los como colegas de trabalho.

Aos meus colegas de mestrado: Alessandra, Thais, Ana Lídia, Fernanda, Andréa e Alex pelo nosso "café de quinta", sem dúvida aquelas tardes cumpriram um papel importante nesta caminhada.

Ao Carlos da SBPC de São Paulo, pela gentileza e o cuidado com o pesquisador.

À equipe da Biblioteca e do Arquivo do Mast e da Biblioteca Nacional, pela compreensão e apoio que pude obter quando estava fazendo a pesquisa.

Aos camaradas Zeca e Welton, que me acolheram com muito carinho quando estive em São Paulo para realizar a pesquisa na SBPC.

Às professoras Marcia Serra e Libânia Xavier que muito contribuíram para esta dissertação com a participação na banca de exame do projeto.

À professora Libânia Xavier por ter aceitado o convite para compor a banca de avaliação desta dissertação.

À professora Katia Lima, pelo excelente diálogo *florestaniano* mantido durante a sua disciplina e por ter aceitado participar da banca de avaliação desta dissertação.

Ao professor Gaudêncio Frigotto que foi um importante incentivador na minha vida acadêmica.

Ao Prof. Roberto Leher, que, mais que um orientador, foi um companheiro paciente que me apoiou e entendeu os momentos difíceis que atravessei durante o percurso do mestrado, e que me ajudou a finalizar este processo em meio à luta em defesa da Universidade, de sua autonomia e de seus trabalhadores e estudantes, na qual estive na linha de frente. A você, todo meu carinho e admiração.

Num tempo  
Página infeliz da nossa história  
Passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações  
Dormia  
A nossa pátria mãe tão distraída  
Sem perceber que era subtraída  
Em tenebrosas transações  
Seus filhos  
Erravam cegos pelo continente  
Levavam pedras feito penitentes  
Erguendo estranhas catedrais.

Vai Passar, Chico Buarque de Holanda.

## **RESUMO**

**SILVA, Simone. Pesquisa científica, editais de financiamento e a heteronomia acadêmica. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.**

A presente dissertação examina a política de fomento à pesquisa científica no Brasil em seus nexos com as políticas de desenvolvimento e crescimento econômico, verificando, especialmente, as condições de autonomia acadêmica. A problemática que orienta a pesquisa está particularizada no governo advindo do golpe civil-militar de 1964, período de instalação do governo autocrático no Brasil. O estudo procura demonstrar o crescente controle da produção científica pelo regime instaurado no país, envolvendo, também, acordos com o governo estadunidense para a elaboração das políticas de regulamentação e de financiamento da pesquisa científica. O governo da época buscou legitimar o processo por meio do discurso de superação da dependência tecnológica e em nome da construção de um país forte. Porém, as características do Estado e da composição da camada burguesa do país não permitiram esta superação. As políticas adotadas formaram uma estrutura educacional adaptada ao modelo estadunidense e ao estabelecimento de relações muito íntimas com as agências internacionais (o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial). A aproximação entre as políticas de ciência e tecnologia no Brasil e os Estados Unidos pode ser identificada desde o pós II guerra. No entanto, ganha mais objetividade na década de 1970, momento em que se consolida a regulamentação das regras e ordenamentos do sistema de ciência e tecnologia, instituindo um financiamento a partir de temáticas previamente definidas nos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos e dos Planos Nacionais de Pós-graduação sempre vinculados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento e organizados a partir da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Esse processo pavimentou o terreno para que na década de 1980 surgisse o Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e os editais de pesquisas. Estes se transformam no novo e indelével mecanismo de financiamento de pesquisa. Após quase 20 anos, os editais de pesquisa estão consolidados como a principal forma de financiamento de pesquisa na pós-graduação, confirmando o caráter heterônomo da produção científica no Brasil gestada desde os anos 1950. A base empírica constituiu-se a partir de análise de documentos oficiais e publicações acadêmicas, além de jornais que à época abordaram o tema.

**PALAVRAS-CHAVES:** Política de Ciência e Tecnologia - Educação Superior - Editais de Fomento à Pesquisa - Financiamento– Desenvolvementismo – Heteronomia

## ABSTRACT

**SILVA, Simone. Scientific research, funding announcements and heteronomy academic. Dissertation (Master of Education). College Education, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.**

The present study examines the policy to promote scientific research in Brazil and its connection with development policies and economic growth, verifying, especially, the conditions of academic autonomy. The issue that guides the research is particularized in the government coming from the civil-military coup of 1964, during the installation of the autocratic government in Brazil. The study seeks to demonstrate the growing control of scientific production by the system established in the country, also involving the agreements with the U.S. government for the development of regulatory policies and funding of scientific research. The government of that time sought to legitimize the process discussing about an overcoming of the technological dependence on behalf of building a strong country. However, the characteristics of the state and the bourgeois layer composition of the country did not allow that overcoming. The adopted policies have formed an educational structure adapted to the U.S. model and to establish very close relations with international agencies (the Inter-American Development Bank and the World Bank). The rapprochement between science and technology policies in Brazil and in the United States can be identified since after the second world war. However, gains more objectivity in the 1970s, when it consolidates the regulatory rules and orders of the science and technology, establishing a financing from themes predefined at the Basic Plans for Scientific and Technological Development and the National Postgraduate Plans always linked to National Development Plans and organized by Planning Department of the Presidency. This process paved the way for the arose of the Plan of Support for Scientific and Technological Development and the research announcement in the 1980s. These become the new and indelible funding mechanism research. After nearly 20 years, research announcements are consolidated as the main form of research funding in graduate school, confirming the heteronomous character of scientific production in Brazil fomented since the 1950s. The empirical basis was formed from analysis of official documents and academic journal, as well as newspapers that, at that time, addressed the issue.

**KEYWORDS:** Science and Technology Policy - Higher Education - Notices of Development Research - Funding-Developmentalism – Heteronomy

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDE – Banco Nacional Desenvolvimento Econômico  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
C&T – Ciência e Tecnologia  
C&T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação  
CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior  
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisa Física  
CCT – Conselho Científico e Tecnológico  
CD – Conselho Deliberativo  
CEPAL – Centro Estudos Latino Americano e Caribe  
CFE – Conselho Federal de Educação  
CIA – Agência Central de Inteligência  
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos  
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público  
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas  
EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas  
EUA – Estados Unidos da América  
FAPESP – Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FGV – Fundação Getulio Vargas  
FINEP – Financiadora de Projetos  
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia  
FUNTEC – Fundo Nacional de Tecnologia  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
IPLAN – Instituto de Planejamento  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MIC – Ministério da Indústria e Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PADCT – Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PBDCT – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPG – Plano nacional de Pós-graduação

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

PROTEC – Programa de Expansão do Ensino Tecnológico

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEPLAN/PR – Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SNDCT – Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1. Criação e regulamentação de universidades públicas brasileiras até 1970

TABELA 2. Financiamento por agências internacionais de 1959 a 1963

TABELA 3. Evolução do número de cursos de pós-graduação de 1970 até 1985

TABELA 4. Estrutura do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
A escolha do tema e sua relação com a pesquisadora .....	14
Objetivos .....	16
Os referenciais metodológicos .....	17
Os referenciais teóricos .....	20
As fontes de estudo .....	22
Estrutura da dissertação .....	23
CAPITULO 1 .....	28
IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E O APARATO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL.....	28
O pós-guerra e a teoria rostowiana .....	30
A linha inexorável do progresso e seus reflexos na ciência .....	32
As contradições do processo desenvolvimentista e o papel do Estado.....	34
Ideologia do desenvolvimento, universidade e criação dos conselhos de pesquisa .....	37
CAPITULO 2 .....	46
A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM UM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE.....	46
Desenvolvimento subordinado e produção científica - uma equação contraditória .....	46
Parceria Subordinada ou Dependência .....	55
A constituição do campo de poder na comunidade científica .....	57
CAPÍTULO 3 .....	67
A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM UM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE.....	67
A formação do ensino superior marcada pela ambiguidade .....	67
O crescimento do ensino superior marcado pela heteronomia .....	74
A consolidação do ensino superior heterônimo marcado pela autocracia.....	80
CAPÍTULO 4 .....	87
O FINANCIAMENTO DA PESQUISA EM UM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE.....	87
Decifrando o crescimento da pós-graduação e os novos modelos de financiamento .....	89
Os planos de desenvolvimento e os editais de pesquisa .....	100
PADCT, os editais de pesquisa e o Banco Mundial .....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	117
REFERÊNCIAS .....	121
ANEXOS.....	124
Anexo 1 – Suspensão do Projeto Camelot.....	124
Anexo 2 – Pronunciamento da Diretoria da SPBC.....	125
Anexo 3 - Redução orçamentária na Capes .....	126
Correio da Manhã, 3 de janeiro de 1968.....	126
Anexo 4 – A Universidade no contexto da era do desenvolvimento.....	127
Anexo 5 – Composição do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq .....	128
Anexo 6 – Ministro Reis Velloso sobre o mercado de capitais .....	129

## INTRODUÇÃO

A origem do interesse pelo tema se expressa ainda na graduação no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, quando a monografia de conclusão do curso abordou o tema: a universidade pública e a sua relação com o mundo do trabalho no sistema capitalista. Resolvi então seguir os estudos abordando esta temática e prestar concurso para o mestrado, sendo aprovada em dois cursos: o de Educação e Saúde da Escola Politécnica Joaquim Venâncio – Fiocruz e o Programa de pós-graduação em Educação – UFRJ. O fato de trabalhar no Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ me levou a prestar o concurso do politécnico da Fiocruz, mas a intenção de avançar nos estudos iniciados com a produção de monografia na graduação pesou na decisão de optar pelo curso do PPGE.

No primeiro encontro com o orientador, apresentei o tema apontado no projeto: o Programa de Reestruturação das Universidades Públicas Federais, o Reuni. Embora tenha gostado do tema, ele me apresentou outras possibilidades de pesquisa, dentre elas os editais como mecanismo de financiamento da produção científica no Brasil. Imediatamente me encantei pelo tema, acredito que o vi mais desafiador em função das minhas atividades laborais que naquele momento estavam dedicadas a pós-graduação. Aumentando o desafio, decidimos por pesquisar o tema durante o período da ditadura com a intenção de entender os mecanismos que levaram à constituição desta política.

Não foi fácil definir o recorte temporal da pesquisa. O desafio de estudar o aparato de ciência e tecnologia, doravante denominada C&T, no Brasil desde suas primeiras conformações até a atualidade por óbvio não cabia no tempo determinado ao mestrado. Porém, quanto mais se realizava a pesquisa documental mais forte era o desejo de continuá-la até a atualidade. No entanto, o bom-senso falou mais alto e, apesar do forte desejo, a pesquisa se concentrou nos anos de ditadura militar, se permitindo, além disso, apenas visitar o período de constituição do aparato de C&T.

Porém, o desejo de seguir estudando a produção científica no Brasil segue vivo. E tão logo finalizado este período da pós-graduação, haverá um esforço acadêmico por parte da pesquisa em perseguir o tema e desenvolver um estudo de mais fôlego sobre o aparato de C&T na atualidade. Sem dúvida, a produção desta dissertação foi um marco decisivo para a definição de um estudo aprofundado sobre a história da C&T no Brasil.

Para a composição desta dissertação buscou-se pistas acerca da movimentação das estruturas do Estado, das frações burguesas locais, do governo e agências multilaterais sobre a instalação dos editais como forma de financiamento da pesquisa no Brasil. A abordagem da temática parte da localização da questão do financiamento da pesquisa na conjuntura brasileira naquele momento, buscando informações políticas e econômicas, o processo de formação da universidade e a conformação do aparato de C&T no Brasil. Este trajeto demonstra sua relevância na composição desta dissertação, pois estuda o todo pela parte e a parte pelo todo, ou seja, destrincha o processo de financiamento da pesquisa culminando na política de editais sem perder a totalidade do processo.

Um obstáculo encontrado durante a pesquisa foi a dificuldade em acessar documentos oficiais que versam sobre o tema. Obviamente que a dificuldade foi agravada pelo fato de que esta base empírica compreendia o período da ditadura, mas também foi surpreendente o fato de que a história de nossas instituições de ensino superior não faz parte de uma prioridade de preservação. No entanto, vale considerar que apesar da dificuldade na busca de documentos em geral, a experiência com o arquivo documental que preserva a história do CNPq no período da ditadura do Museu de Astronomia e Ciências Afins foi muito positiva.

### **A escolha do tema e sua relação com a pesquisadora**

Certamente a decisão pelo tema e a elaboração deste projeto estão relacionados ao fato de que esta universidade é o espaço onde a pesquisadora desenvolve suas atividades laborais desde 1989, o que provocou (e provoca) o estabelecimento de uma relação com a comunidade universitária e com a produção acadêmica, com as situações subjetivas produzidas em seus espaços e, particularmente, com as relações políticas que interferem e estabelecem as contradições no ensino superior brasileiro, contradições típicas de um país de capitalismo dependente.

Embora decidida por dedicar os estudos de pós-graduação ao ensino superior no Brasil, a opção por um tema relacionado ao financiamento da pesquisa reflete o fato de que a pesquisadora está cotidianamente envolvida com a pós-graduação, chefiando uma secretaria desde a criação de um curso de mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e convivendo com a situação imposta à pesquisa a partir de

um lugar muito particular, a administração do processo. Deste lugar também é possível acompanhar as alterações realizadas nos programas de pós-graduação, em particular, no que tange a vinculação de financiamento a resultados de avaliação.

Durante toda a história da pesquisadora nesta instituição, além da dedicação profissional na condução de medidas administrativas para o funcionamento do ensino superior, fez e faz parte de sua relação com a universidade a militância em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Portanto, diante das inquietações que esta situação provoca, surgiu a elaboração de uma dissertação de mestrado que intencionasse promover uma reflexão sobre os elementos que corroboram para que a pesquisa científica seja submetida aos editais de financiamento que, conforme este estudo pretendeu demonstrar, são instrumentos poderosos de heteronomia cultural.

Para tal, nossa investigação objetivou entender o processo de financiamento da pesquisa nas universidades públicas desde seu início, os personagens envolvidos neste processo, tanto do ponto de vista científico, como do ponto de vista político, e suas implicações para a construção do conhecimento novo, entendendo a universidade como um campo em disputa entre classes, frações de classes, grupos de pesquisa, conforme apontado por Bourdieu (1983) em seu estudo sobre o campo acadêmico.

As localizações institucionais e políticas da pesquisadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro sugerem a identificação com a temática escolhida. Não há neutralidade nem, tampouco, distância entre o objeto e a pesquisadora, existe sim uma intencionalidade objetiva de constituir este trabalho com seriedade acadêmica e com a preocupação de que este possa contribuir com a construção de uma universidade pública, autônoma, atuante, a partir de suas particularidades, na luta por um mundo onde as desigualdades sociais sejam superadas.

Nunca foi intenção deste trabalho acadêmico a contemplação dos “dados” obtidos durante a pesquisa. A proposta deste estudo é provocar na comunidade acadêmica o debate sobre a identidade da universidade brasileira, a sua produção científica e as tensões entre produção do conhecimento e as ideologias dominantes. A expectativa é que este estudo possa contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de superação da subordinação da produção científica ao processo do capital e, mais imediatamente, do mercado, em prol da reorientação das preocupações acadêmicas na

direção da superação do sofrimento a que a maioria da população mundial está submetida, em nome do bem-estar do capital.

### **Objetivos**

A presente dissertação objetiva investigar a problemática do uso de editais como forma de indução das prioridades de pesquisa por parte do Estado, verificando: como se estabeleceu o processo de institucionalização dos financiamentos de pesquisa através de editais; em que esferas do Estado essas políticas foram encaminhadas e seus nexos com a comunidade acadêmica/científica. Ao realizar esta análise, a pesquisa examina as mediações entre Estado e universidade. Por fim, busca apontar, de forma preliminar, as implicações para a realização da pesquisa no Brasil e para a produção do conhecimento novo.

Partindo da localização histórica e política do ensino superior no Brasil, investigamos a entrada em cena dos editais de financiamento da pesquisa no contexto de expansão da pós-graduação brasileira, procurando entender sua implicação na definição da agenda de produção do conhecimento e esclarecendo se houve um momento político para isto e, neste caso, tentar identificá-lo ou, ainda, se foi um processo gradativo.

Reconhecendo uma relação heteronômica produzida pelo financiamento estranho à universidade, faz-se necessário também entender o papel do Estado na definição do modo de relação entre as instituições públicas e os editais e quais foram os meios utilizados para seu estabelecimento. Da mesma forma, é chave entender como se comportam as universidades diante deste quadro. Como seus conselhos internos e a participação nos conselhos externos à universidade expressam políticas e de que ordem são estas, assim como é necessário entender a conformação destas representações.

Estas respostas são fundamentais para o esclarecimento das implicações da política de fomento na agenda da produção do conhecimento científico no Brasil. De fato, transferir a responsabilidade de financiamento de pesquisa para agências de fomento implica em alterações significativas na pesquisa no Brasil, particularmente na autonomia da produção do conhecimento novo.

Para compreender a totalidade do processo a dissertação examina, brevemente, o contexto de criação dos conselhos de pesquisa e das agências de financiamento que se iniciarem na década de 1950. O foco do estudo incide sobre os anos de ditadura civil-militar no Brasil - 1964 a 1985. Justificamos este recorte temporal na hipótese de que as

alterações no ensino superior realizadas naquele período foram decisivas para a consolidação das políticas de C&T no Brasil e estão em voga até os dias de hoje com mudanças de forma e, consideramos a hipótese, mais aprimoradas no sentido da heteronomia, porém sem alterar em essência as transformações constituídas e materializadas na Lei 5.540 de 1968 e, mais especificamente no caso da pós-graduação, no parecer nº 977 de 1965 e na criação de órgãos para o financiamento da pesquisa.

### **Os referenciais metodológicos**

Utilizando o materialismo histórico dialético como método, realizamos uma pesquisa qualitativa de análise documental. A utilização deste possibilita um guia de referência para que possamos focalizar nosso objeto de estudo em suas conexões mútuas e em sua dinâmica. O estudo parte de uma base teórica que possibilite a condução do trabalho acadêmico com o rigor necessário, buscando efetuar uma análise documental não desprendida dos contextos políticos e sociais. Os documentos têm de ser analisados, ao mesmo tempo, em sua lógica interna e no contexto das relações sociais que os produziram.

Para tanto, partimos de uma análise econômica e política do período, tentando compreender a totalidade na qual os objetivos da pesquisa possam ser examinados. Consideramos, assim, fundamental decompor os elementos tidos como “dados” da pseudoconcreticidade, buscando seus nexos internos na busca de determinantes que os conformam.

O fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que – diferentemente da essência oculta – se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência. Mas por que a “coisa em si”, a estrutura da coisa, não se manifesta imediata e diretamente? Por que são necessários um esforço e um desvio para compreendê-la? Por que a “coisa em si” se oculta, foge à percepção imediata? De que gênero de ocultação se trata? Tal ocultação não pode ser absoluta: se quiser *pesquisar* a estrutura da coisa e se quiser perscrutar “a coisa em si”, se apenas quer ter a possibilidade de descobrir a essência oculta ou a estrutura da realidade – o homem, já antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente. (KOSIK, 2002, p.17)

A percepção imediata do fenômeno sem a intenção da decomposição é uma opção arriscada para os que pretendem constituir um caminho marcado pela retidão na pesquisa. A não decomposição do fenômeno pode se transformar em um facilitador para a obtenção de resultados que garantam apenas a utilidade da pesquisa, recusando-a

como critério de verdade. Desta forma, o caminho a ser traçado não pode ser outro se não a tentativa da compreensão do fenômeno a partir de sua decomposição e localização na totalidade.

Acima de qualquer intenção de neutralidade, realizamos um estudo estruturado a partir de uma participação crítica, determinada pelo empenho em construir uma explicação capaz de satisfazer o nível de exigência que a produção do conhecimento científico requer. Buscando a utilização do método e de teorias não como o caminho para chegar aos resultados pretendidos, mas, antes, como criação de hábitos intelectuais que auxiliem na construção do conhecimento novo, sem permissão para que eles obtenham o controle da pesquisa. Esta pesquisa está longe de proporcionar utilidade como critério de verdade. Não quer atingir resultados que atendam a interesses previamente determinados.

Sobre a neutralidade tão propagada como necessária no campo científico, Lowy (2006) afirma que *ninguém está fora do rio da história, observando-o de suas margens. Todo observador está imerso no curso da história, nadando ou navegando em um barco neste curso tempestuoso da história, ninguém está fora*. Nestes termos, não há como estabelecer a neutralidade. Estaremos de alguma forma relacionados com o nosso objeto e com o contexto que o envolve, principalmente se reconhecermos a sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

Para Cardoso (1976)

Dissocia-se o resultado do processo de sua obtenção, tanto mais quanto mais se for “cientista”. Isto é, reduz-se o método à técnica e supõe-se a sua neutralidade. Ela será tanto melhor, mais “científica”, quanto menos interferir. Ela é pensada como não tendo nada a ver com o conteúdo sobre o qual é aplicada. O esforço da pesquisa é apenas técnico, nada teórico. “Teórico” é unicamente o seu resultado. Sendo a técnica estritamente concreta, a neutralidade dela depende tão somente da neutralidade de quem a utiliza. (p.83) (grifos da autora)

Portanto, nosso estudo está longe de seguir uma epistemologia positivista cumprindo apenas uma sequência de regras técnicas intencionando obter o resultado desejado. Entendemos o método como parte de um corpo teórico integrado às técnicas. Pretendemos buscar as possibilidades e limitações do processo de investigação com o intuito de contribuir com as teorias existentes que abordam o tema, visando resultados contributivos para o avanço da ciência. *“A história da ciência revela não um “a*

*priori”, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento.” (Minayo, 2007)*

A mesma autora segue afirmando que se existe uma ideia de devir no conceito de cientificidade não se pode trabalhar, nas ciências sociais, apenas com a norma da cientificidade já construída, e conclui dizendo que embora a pesquisa social se faça por aproximação sua progressão elabora critérios de orientação cada vez mais precisos.

A escolha deste caminho teórico não foi uma escolha ao acaso, uma opção sem consequências, tratou-se de um esforço do reconhecimento de nosso objeto baseado no estudo de teorias já formuladas. Ao investigar os editais de pesquisa e sua relação com a heteronomia cultural na universidade brasileira, acreditamos ser este um tema relevante aos interesses da sociedade e que a produção científica deve sempre ser estabelecida por este critério.

Segundo Lowy (1978), toda ciência implica em uma escolha determinada por uma perspectiva global de mundo. O olhar crítico do pesquisador determina não somente a etapa final da pesquisa, mas a definição do que é essencial e do que é acessório durante todo o processo, desde o seu início. Em nosso caso, o referencial teórico aponta o caminho a ser traçado ao estudar os editais de pesquisa e demonstra quais são as nossas inquietações diante do tema.

Fernandes, citado por Cardoso (1996), é incisivo em afirmar que para entender a ciência em sua especificidade é preciso reconhecer que o desenvolvimento científico não resulta apenas do movimento da própria ciência, mas coadunado com as condições histórico-sociais que interferem na institucionalização da pesquisa na produção da ciência, no interesse do pesquisador e na escolha do objeto de pesquisa.

O que vem a se tornar "problema de pesquisa", no entanto, é definido pelo pesquisador. A escolha do objeto de investigação e sua construção como problema depende da "sensibilidade" do cientista (sensibilidade que, para Florestan, está ligada à inserção particular do pesquisador na sociedade), da sua responsabilidade para com a própria ciência e do grau de responsabilidade social que assuma enquanto cientista, intelectual e cidadão. Deste modo, se tomar para si as responsabilidades inerentes à condição de cientista, escolherá como temas de pesquisa questões que possam fazer avançar o conhecimento científico e que tenham relevância social. Quanto, porém, a esta relevância social, Florestan entende que a ciência enquanto tal pode cumprir um papel importante, quando consegue revelar à sociedade aspectos que sejam decisivos para ela e que somente a descoberta científica alcance. (Ibdem, 1996)

Enfim, é o pesquisador e sua sensibilidade, ou seja, as influências a que está submetido na sociedade, quem definem o objeto a ser estudado. É esta relação que pode detonar o interesse no sentido de contribuir com um conhecimento científico que tenha, de fato, relevância social.

### **Os referenciais teóricos**

Neste estudo utilizamos como método o materialismo histórico dialético, onde o processo histórico, desde as sociedades mais remotas até a atual, se dá através das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção nas diferentes classes sociais decorrentes da “exploração do homem pelo homem”. Será neste contexto que, ao pensarmos a base material da vida que determina, em última instância, a produção do conhecimento, utilizamos os conceitos de capitalismo dependente e heteronomia cultural constituídos por Florestan Fernandes.

Este autor desenvolve o conceito de capitalismo dependente a partir da avaliação das relações estabelecidas entre os países imperialistas e os países periféricos no processo de desenvolvimento da economia do mundo. Este conceito tem sua origem num estudo dialético de duas dinâmicas do capitalismo no Brasil, o processo de estabelecimento do padrão de desenvolvimento capitalista e as especificidades da formação social brasileira e a relação na divisão internacional do trabalho.

No pós-guerra (1945), os países centrais, buscando se fortalecer, tentam incorporar países periféricos ao seu projeto de sociabilidade. Não foi diferente com o processo de conformação do ensino superior e do desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Este processo de sociabilidade não encontra resistência nas frações locais burguesas, pelo contrário, estas se comportam como parceiras, promovendo a assimilação da cultura hegemônica e um padrão composto de exploração donde se garanta a margem de lucro para as burguesias dos países centrais, sem deixar de remunerar a fração burguesa local.

A formação do Estado brasileiro sem que nenhum processo de revolução tenha se constituído contribui para a fragilidade de uma classe trabalhadora que não conquista direitos e não força uma sociedade com um projeto de sociabilidade independente e forte. A fração burguesa local também não assume esta tarefa e, antes, pelo contrário, se utiliza desta fragilidade da classe trabalhadora para realizar uma parceria subordinada

em detrimento de um projeto burguês autopropelido que poderia ser produzido pela realização de uma revolução burguesa, tal qual os processos clássicos. Este padrão se repete nas políticas educacionais como buscamos relatar neste trabalho.

Segundo Cardoso (1978), na avaliação do período do governo de Juscelino Kubistchek ao de Jânio Quadros, o país viveu uma forte campanha desenvolvimentista difundida pela ideologia do desenvolvimento, constituída para facilitar a aplicação dos planos de incorporação do país às políticas engendradas pelas burguesias centrais no contexto da hegemonia do capitalismo monopolista no Brasil. O estudo de Cardoso (1978) se contrapunha à definição apresentada por Rostow (1960), segundo a qual somente com a assimilação de projetos desenvolvidos pelos países centrais – assimilação que tem de ser seguida à risca – seria possível alcançar o progresso que poderia assegurar o desenvolvimento.

A comunidade universitária participaria deste processo por ser parte da população convencida pela ideologia do desenvolvimento a se engajar na modernização em busca de um futuro melhor e, também, por compor parte das estruturas de poder que optam pelo caminho das parcerias com os países centrais. Neste sentido, a proposição apresentada por Bourdieu (1983) sobre a conformação do campo científico levando em conta as relações entre as autoridades acadêmicas e políticas imbricadas pelas relações de poder é fundamental para este estudo.

Entre outros embates intracientíficos, econômicos e políticos, o exercício da atividade de pesquisa vem sendo modificado ao longo da história por aqueles que compreendem que os resultados do processo científico precisam demonstrar utilidade imediata. Esta forma de realizar a ciência se afasta de sua essência, a descoberta da verdade, do conhecimento novo, o que, segundo Fernandes, são os elementos que vão delinear o caminho da pesquisa que pretende a busca da verdade capaz de constituir melhores condições para a vida humana, não o caminho do utilitarismo apontado por Mills (2000).

Longe de partimos de uma autoridade científica previamente constituída, nosso trabalho é parte de um esforço na busca de provocar uma profunda reflexão nos espaços em que acontece a produção científica, em especial sobre a subordinação da ciência como elemento propulsor do desenvolvimento do capital, renunciando ao papel secular de busca de verdades científicas capazes de fomentar as lutas emancipatórias dos povos.

### **As fontes de estudo**

As fontes de estudo utilizadas nesta pesquisa são exclusivamente documentais de origem secundárias e primárias. Buscamos informações sobre a consolidação da universidade e da pós-graduação no Brasil e, em especial, das políticas de financiamento da pesquisa, objetivando compreender a política de editais de pesquisa. A investigação examinou documentos que nos permitiram analisar em que esferas do Estado essas políticas foram encaminhadas e seus nexos com a comunidade acadêmica/científica através de suas representações e colegiados.

Visitamos os portais do CNPq, da Capes, do MEC e da Legislação Brasileira, além do CPDOC da FGV em busca dos pareceres e de documentos que versam sobre a constituição do CNPq e da Capes, da conformação das instituições de ensino superior no país e sobre a regulamentação da Lei 5.540/1968 e do Parecer nº977/65.

No que tange os financiamentos da pesquisa e diretamente os editais de pesquisa, buscamos informações nos documentos oficiais do governo que planejaram tanto a pós-graduação, quanto as políticas de financiamento da pesquisa. A base desta pesquisa são documentos dos órgãos de fomento e do governo brasileiro que definem e instituem políticas de financiamento a C&T, no período 1964-1985.

Em busca de documentos primários, visitamos o acervo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em São Paulo, visando obter atas de suas reuniões e periódicos publicados à época onde estejam expostos os debates promovidos pela SBPC sobre o tema. Com os mesmos propósitos visitamos o acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Mast, no Rio de Janeiro, em busca de documentos fundacionais do CNPq que relatem a sua criação, a sua composição e as relações estabelecidas com o Estado para a regulamentação e o financiamento da pesquisa. Por fim, buscamos na Biblioteca Nacional periódicos que abordassem o tema.

## FONTES DE ESTUDO

<b>DOCUMENTOS</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>PERÍODO</b>
Relatório de Atividades do CNPq	Arquivo Mast	1951
Relatório de Atividades do CNPq	Arquivo Mast	1976
Relatório de Atividades do CNPq	Arquivo Mast	Origens e Perspectivas 1980
<b>LEIS</b>	<b>DATA</b>	<b>OBJETO</b>
Lei nº 1.310	15 de janeiro de 1951	Criação do CNPq
Decreto nº 29.741	1 de julho de 1951	Criação da Capes
Lei nº 4.024	20 de dezembro de 1961	I LDB
Lei nº 4.533	8 de dezembro de 1964	Reformulação do CNPq
Parecer nº 977	3 de dezembro de 1965	Regulamentação da pós-graduação
Decreto-lei nº 477	26 de fevereiro de 1969	Infrações disciplinares em instituições de ensino
Decreto nº 66.662	5 de junho de 1969	Reformulação da CAPES
Decreto-Lei nº 719	31 de julho de 1969	FNDCT
Lei 5.440	28 de novembro de 1969	Reforma Universitária
Lei nº 6.029	6 de novembro de 1974	II Reformulação do CNPq
Lei 6.036	1º de maio de 1974	Criação da SEPLAN/PR
<b>PLANOS</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>ABRANGÊNCIA</b>
Plano Quinquenal	Mast	1962-1972
I PNPG	Portal Capes	1975-1979
II PNPG	Portal Capes	1982-1985
I PND	Seplan/Mast	1972-1974
I PBDCT	Seplan/Mast	1973-1974
II PND	Seplan/Mast	1975-1979
II PBDCT	Seplan/Mast	1975-1979
III PND	Seplan/Mast	1980-1985
III PBDCT	Seplan/Mast	1980-1985
I PADCT	CNPq	1984
<b>PERÍODICOS E PUBLICAÇÕES</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>PERÍODO</b>
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Inep	Visitado em 2011
Revista Ciência e Cultura	SBPC	Visitado em 2011
Revista Brasileira de Inovação	Unicamp	Visitada em 2012
50 ANOS CAPES Entrevista Presidentes	CPDOC FGV	2002
Jornais impressos	Biblioteca Nacional	1965 - 1980
<b>SITES</b>	<b>PERÍODO</b>	
Capes – História e Missão	Portal Capes	Visitado em 2011
CNPq - Centro de Memória	Portal CNPq	Visitado em 2011
Universidades Federais Brasileiras	Sites próprios	Visitado em 2012

**Estrutura da dissertação**

Este trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos buscando seguir o trajeto da conformação da pós-graduação e da pesquisa no Brasil. Embora pareça seguir uma ordem cronológica, verificamos que a investigação de nosso objeto de estudo impõe uma movimentação durante todo o período perpassado, para buscar semelhanças e contradições nas políticas apresentadas para a educação que influenciaram as políticas de C&T e as políticas diretamente constituídas para a C&T.

Na presente Introdução, como visto, busca-se compartilhar os elementos iniciais da pesquisa: a definição do tema e a constituição de sua problemática. Apresentamos os motivos que provocaram o interesse por esta temática e a relevância ao verificar a relação do tema com a autonomia universitária. Também serão compartilhados os caminhos da pesquisa e as dificuldades que encontramos na aquisição dos documentos, particularmente em função do período pesquisado. Indicamos os referenciais teóricos e metodológicos que acompanharam a pesquisa. Por fim, como uma pesquisa documental, informamos as fontes e principais documentos visitados para a composição desta dissertação.

O capítulo 1 busca fazer apontamentos sobre as políticas e a ideologia do desenvolvimento vigentes no país no momento da criação dos primeiros conselhos de pesquisa, CNPq e Capes, o que indica a concretização do início da formulação das políticas de C&T no Brasil e da expansão e regulamentação das universidades federais brasileiras, espaço prioritário de realização da pesquisa no país.

Para uma composição mais profunda do tema foi necessário o confronto entre a teoria *rostowiana* e a ideologia do desenvolvimento de Limoeiro Cardoso e um breve apanhado da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, mais sistematicamente utilizado por Trotsky no primeiro capítulo da História da Revolução Russa. Este confronto teórico justifica-se na busca de apresentar nesta dissertação uma avaliação da conformação do aparato de C&T no Brasil, contextualizado nas políticas econômicas e nos acordos internacionais vigentes à época, denotando suas influências nas políticas de C&T desde sua criação. A universidade também compõe este escopo, uma vez que é em seu âmbito que se realiza a grande maioria da pesquisa no país – e a regulamentação e expansão universitárias também acontecem neste período, processo que, indubitavelmente, foi influenciado pelas políticas desenvolvimentistas.

O Capítulo 2 buscou entender a localização política e econômica do Brasil no período e sua possível influência na criação dos primeiros conselhos de pesquisa. O esforço foi direcionado para investigar a relação entre o Brasil e os países centrais, em particular os Estados Unidos, no que tange a produção científica. Abordamos a conformação dos conselhos em um momento em que o país se preparava para as políticas ‘modernizadoras’, cujos movimentos foram operados em parceria com as burguesias dos países centrais e que deram o tom de heteronomia à produção científica no Brasil. Para a composição deste estudo, pareceu necessário procurar entender a

conformação das burguesias locais e sua relação com os países centrais, assim como a ideologia que buscou convencer a população brasileira de que a modernização do país era a promessa de futuro promissor e, que na espera deste futuro, valeriam todos os sacrifícios da classe trabalhadora.

Ainda neste capítulo, nos dedicamos ao estudo dos componentes externos e internos que operaram a criação dos conselhos de pesquisa. A definição da composição dos conselhos é mister neste processo, pois pode esclarecer intencionalidades nos campos políticos e econômicos que operariam posteriormente a vida cotidiana da universidade pública, da pós-graduação e da pesquisa científica. Neste capítulo abordamos o Estado brasileiro e a sua contribuição para com as burguesias locais no processo de consolidação do Brasil como um país de capitalismo dependente.

No capítulo 3, investigamos as mudanças nas políticas de fomento definidas pelos governos do período, por meio de acordos de cooperação com as agências internacionais, e como estas reconfiguraram a universidade pública, em particular no que se refere à produção científica. Para isso, abordamos o crescimento quantitativo do número de universidades e de programas de pós-graduação durante o período de ditadura civil-militar, assim como as contradições deste processo para a consolidação do ensino superior e da pesquisa no país. A importância do estudo da universidade se deve ao fato de que a produção científica, com raras exceções, tem nas universidades seu espaço de realização. No Brasil, são os cursos de pós-graduação destas instituições que organizam a grande maioria da pesquisa, portanto, entender a que processos foram submetidas as universidades para sua consolidação e expansão e para a consolidação e expansão de C&T é fundamental para a investigação do objeto deste estudo.

Por fim, o Capítulo 4, é dedicado ao financiamento da pesquisa e ao estabelecimento dos editais como principal mecanismo de financiamento. A partir do exposto nos capítulos anteriores e do que denominamos força-tarefa para a regulamentação do ensino superior e das políticas de C&T realizadas durante a década de 1960, investigamos as medidas tomadas durante a década de 1970, em relação à instituição das políticas de expansão e financiamento da pós-graduação e de C&T.

Por óbvio, as políticas de modernização através da assimilação de cultura hegemônica, as alterações feitas na educação com o objetivo de adequar nosso sistema educacional ao modelo estadunidense e a postura truculenta com que o governo militar

atuou para com a universidade deixaram marcas na consolidação da pós-graduação e da pesquisa científica.

O capítulo examina como nas décadas de 1960 e 1970 os conselhos de pesquisa foram reconfigurados e novos foram criados com características mais objetivas de financiamento da produção científica. O estudo analisa as medidas tomadas para o crescimento quantitativo da pós-graduação que, conforme demonstramos no capítulo, partiam fundamentalmente da preocupação com o financiamento e, não menos relevante, da regulamentação da pós-graduação no país, semeando as condições para que durante a década de 1970 o governo brasileiro, em parceria com o Banco Mundial, pudesse estruturar o financiamento da pesquisa científica de forma a mantê-la dependente dos interesses do capital.

Foram muitos os planos, os projetos, as alterações na estrutura dos conselhos para desembocar em uma política de financiamento pré-definida em relação aos temas a serem pesquisados e a uma avaliação dentro de regras constituídas para organizar a distribuição do financiamento.

Em suma, buscamos compor um estudo que localize a pesquisa na pós-graduação em sua totalidade e a utilização do financiamento da pesquisa, materializado nos editais, como um dos mecanismos de heteronomia da produção científica. Intencionamos provocar uma reflexão sobre a situação da temática científica a ser pesquisada que, para fazer parte do escopo dos merecedores de financiamento e em função das políticas desenvolvimentistas e da corrida para a modernização em busca do progresso, passa a ser pré-determinada.

Nossos referenciais teóricos nos levam a acreditar que as políticas desenvolvidas pelas estruturas de poder do Brasil foram concebidas de forma consciente e parceira entre frações das burguesias locais e as burguesias dos países centrais e que estas parcerias atingiram os *campi*, seja por opção definida de parceria, seja pelo convencimento através do que Cardoso (1978) identificou como ideologia do desenvolvimento.

Embora não tratemos nesta dissertação da situação do financiamento da pesquisa científica nos dias atuais, não podemos deixar de sugerir estudos que explorem a hipótese de que as políticas produzidas no país à época em que nos debruçamos para compor esta dissertação possam ter sido o início da organização da pesquisa científica

de forma heterônoma, o que poderá ter facilitado o controle não só por parte do estado, mas levando a agenda da pesquisa científica atualmente ao controle de mercado, como na lei de inovação tecnológica. Nos parece que apesar das importantes alterações políticas no país, segue existindo e se configurando uma heteronomia no campo científico cada vez mais profunda e requintada.

Todas estas questões formam um arcabouço de preocupações relativas à produção do conhecimento científico no âmbito da universidade brasileira e este estudo propõe-se a contribuir na luta pela constituição de um espaço, financiado pelo Estado, que seja capaz de exercer sua autonomia científica e social. Ou seja, financiado por um Estado comprometido com a manutenção da universidade pública, respeitando e garantindo sua capacidade inventiva criativa. Nesta luta também consta a necessidade do reconhecimento da universidade por seus pares como instituição capaz de ser autônoma social e academicamente, não permitindo que suas bases sejam corrompidas por ideologias vinculadas à manutenção do sistema capitalista.

Finalizando a apresentação deste trabalho, citamos destacado intelectual que fala do risco da trivialidade entre os historiadores. Compartilhamos a mesma preocupação na naturalidade com que o campo da educação observa as políticas engendradas para sua área.

Se ao tentarmos resolver o problema básico das transformações da humanidade ou pelo menos não atentarmos para aquela parte de suas atividades que constitui nosso interesse especial no contexto dessa transformação, que ainda se encontra em desenvolvimento, então como historiadores, estaremos nos dedicando a trivialidade ou jogos intelectuais e outros jogos de salão (HOBSBAWM, 1998, p.76)

A perpetuação da ideia de neutralidade no campo científico é uma contribuição à manutenção da trivialidade. Todos os dias são produzidas pesquisas que apontam e apoiam as políticas estabelecidas, enquanto que em outros espaços de pesquisa nas universidades há intelectuais as considerando políticas que vão contra a universidade e a produção científica autônoma. Em nome da neutralidade se direciona a ciência ao apoio do sistema capitalista, recusando-se o papel de intelectual capaz de produzir a ciência crítica. Acreditamos que ao olhar a universidade com contemplação e sem reação à substituição da dignidade profissional e acadêmica pela subordinação e absorção de cultura hegemônica estamos nos contentando em realizar apenas ‘jogos intelectuais ou jogos de salão’.

## **CAPITULO 1**

### **IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E O APARATO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL**

Este capítulo se deterá a produzir um breve histórico da constituição do aparato de C&T no Brasil amparado por uma breve avaliação das políticas desenvolvimentistas elaboradas à época e suas contradições. Embora os editais de pesquisa sejam o nosso objeto central, pensamos não ser possível abordá-lo sem entender as mudanças na história da institucionalização do fomento ao desenvolvimento da ciência no Brasil, as diferentes concepções constituídas sobre ela e qual posição se tornou hegemônica diante deste tema. E não menos importante abordar estas questões contextualizando-as nos acontecimentos políticos e econômicos da época, que sem dúvida foram elementos decisivos na construção das políticas constituídas nos países centrais para com os países periféricos, particularizando as políticas para a C&T do Brasil.

A pesquisa particularizou, como apontado na introdução desta dissertação, o período da ditadura civil-militar, mais especificamente a partir de 1968 até 1985, quando termina a ditadura e, a partir do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - 1982-1983 (PBDCT), o período em que o último governo da ditadura civil-militar estabelece um acordo com o Banco Mundial para implantar o Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), que estabelece uma política sistemática de indução das temáticas a serem pesquisadas por meio de editais.

No entanto, para uma contextualização mais precisa da problemática apontada foi preciso abordar o tema a partir do pós-guerra. Período onde fica evidente a participação da C&T nas políticas de Estado. Foi neste período que, em virtude do direcionamento estratégico dos EUA e da Europa para a II Guerra Mundial e, após o seu término, para a reconstrução da Europa e Japão, o processo de substituição das importações ganhou maior proporção em alguns países latino-americanos, em especial no Brasil. Embora esse processo substitutivo, no caso brasileiro, não tenha sido realizado nos marcos de uma revolução burguesa clássica, de perfil jacobino, o peso do Estado na organização da economia foi redimensionado para maior. É importante destacar que muitas vezes a maior presença do Estado na organização da infraestrutura econômica do país contou com o apoio das nações hegemônicas, como na construção da Companhia Siderúrgica Nacional no Brasil.

Essas políticas influenciaram a instituição de sistemas educacionais em todos os níveis, refletindo também nas políticas de C&T. Os anos 1950 se caracterizam pela maior profissionalização do Estado, cujas bases já estavam sendo erigidas desde a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), em 1938. Em 1952, foi estruturado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, logo depois, a Petrobras.<sup>1</sup> É também neste período que o nexos das políticas de C&T com o aparato militar torna-se mais estrutural. Assim, embora as novas diretrizes do segundo governo Vargas não pudessem ser consideradas anti-imperialistas, as tensões com os EUA se tornam mais explícitas. É nesse contexto pleno de contradições que as bases dos aparatos de C&T são criadas no país.

Com a preocupação de reunir o maior número de informações e acontecimentos políticos do período para aproximar este trabalho acadêmico de uma totalidade, verifica-se na história da conformação do ensino superior brasileiro e das políticas de C&T questões que nos pareceram importantes na investigação da institucionalização dos editais de pesquisa. A conformação da universidade brasileira, as disputas políticas e acadêmicas que perpassaram o período, assim como a relação da educação com o desenvolvimentismo, no contexto pós-II Guerra, período em que se deu a criação dos conselhos de pesquisa, reconfigurou, em profundidade, a relação Estado-ciência. Foi justo neste período que foram estabelecidas novas orientações para o funcionamento do Estado e para a educação brasileira, notadamente pela federalização das instituições de ensino superior que conformaram as universidades federais. O tema da educação

---

<sup>1</sup> DASP – atendendo a Constituição de 1937 que previa a criação de um departamento responsável por organizar os órgãos do Estado, pelo aperfeiçoamento da máquina pública, e pela elaboração de propostas orçamentárias do governo além de prestar assessoria ao presidente da República, o decreto-lei 579/38, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Durante o Governo Dutra (1946-1951), passou por grandes mudanças, tendo suas funções reduzidas a um mero órgão de estudo e orientação, seu enfraquecimento permitiu a velha distribuição de empregos por indicação. Outro problema deste departamento foi que devido à enorme desorganização das contas públicas durante os anos 1930 e 1940, o departamento não obteve sucesso na construção de um sistema de controle para o orçamento. O DASP foi extinto em 1986, com a edição do decreto nº 93.211, que criou a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP).

BNDE - A Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico como autarquia federal. Seu objetivo era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Durante sua primeira fase, investiu muito em infraestrutura, mas a criação de estatais aos poucos liberou o Banco para investir mais na iniciativa privada e na indústria. Durante os anos 1960, o setor agropecuário e as pequenas e médias empresas passaram a contar com linhas de financiamento do BNDE..

Nos anos 70, foi uma peça fundamental na política de substituição de importações. Os setores de bens de capital e insumos básicos passaram a receber mais investimentos, o que levou à formação do mais completo parque industrial da América Latina. Começaram os investimentos em segmentos ainda incipientes, como a informática e a microeletrônica. Em 1974, o Banco estabeleceu três subsidiárias para atuar no mercado de capitais, de modo a ampliar as formas de capitalização das empresas brasileiras.

pública assume maior relevância na agenda política nacional, em especial a partir da tramitação do projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A adoção de medidas modernizadoras para que o Estado, assumindo uma configuração tecnocrática, desempenhasse um papel de destaque no modelo econômico pretendido provocou uma atenção especial à educação e às políticas de C&T, que passaram a ser consideradas fundamentais para o desenvolvimento por substituição das importações.

### **O pós-guerra e a teoria rostowiana**

Desde o *crash* de 1929, os Estados Unidos buscavam restabelecer os fundamentos sociais subjacentes à expansão de sua economia estilhaçada pela crise. Os governos totalitários da Alemanha e Itália tentavam superar suas crises econômicas com a industrialização de aparato bélico e armamento, procurando assim vencer o desemprego. Junta-se a estes dois países o Japão, que também se encontrava em busca de crescimento econômico, conformando um pacto denominado ‘eixo’. A guerra que durou seis anos, além das consequências nefastas de qualquer guerra, causou a morte de cerca de seis milhões de judeus, a explosão por bomba atômica de duas cidades ocupadas por civis, a reorganização do poder mundial e a concretização de dois campos antagônicos no mundo, o capitalismo e o socialismo. Indubitavelmente, a ciência esteve relacionada de alguma forma com todos estes acontecimentos.

Observa-se, portanto, que a relação entre a ciência e a hierarquia de poder nos marcos mundiais não é de menor importância. A hierarquia estabelecida já a partir dos resultados da guerra seria consolidada a partir de políticas traçadas para este fim. Buscando evitar a expansão do sistema socialista, os países capitalistas centrais conformaram políticas de aproximação para com países periféricos a partir das teorias do desenvolvimento e da modernização – contavam com o desenvolvimento da ciência para tal. Porém, este desenvolvimento não poderia se estabelecer de forma independente: mecanismos para conformar uma relação de controle precisavam ser constituídos. A importância desta preocupação dos países centrais é relevante para este estudo, que sustenta que, além de permanecer até a atualidade, estas políticas vão tomando novas conformações, que intentam naturalizar a ciência nos marcos da modernização, do desenvolvimento ou do crescimento econômico na lógica do capital.

O pós-guerra traz muitas mudanças para o mundo e para a ciência. A necessidade de reorganização do mundo e da determinação de novos critérios, regras e árbitros produz, em 1945, a criação da Organização das Nações Unidas – ONU e, em seguida, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, cujo objetivo declarado era contribuir com a paz e a segurança através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. A pesquisa científica já não é mais concebida separadamente da atividade tecnológica, muito pelo contrário, encontrava-se consolidada a ideia da importância de sua participação nas atividades sociais e econômicas do Estado.

Ao longo dos seis anos de guerra, a tecnociência foi largamente utilizada não apenas na produção de novos armamentos, mas também na geoestratégia militar, incluindo desde a logística até o planejamento da ocupação dos territórios. Desde então, a ciência passa efetivamente a fazer parte dos novos métodos de guerra utilizados e, não apenas isso, dos novos métodos de produção e controle do trabalho e dos conflitos sociais. É na consolidação deste processo que se desmitifica a ideia de ciência acima do bem e do mal.

O pós-guerra é um marco mundial na consolidação de um novo olhar sobre a ciência. Embora na Europa a relação entre os estudos científicos e o Estado promova este novo olhar, é a antiga URSS, com sua economia planificada de modo distinto a do resto do mundo, que contribui de forma decisiva para uma transformação nesta relação. Os comunistas viam a ciência ligada à atividade produtiva, e o governo soviético buscou dar a ela um *status* diferenciado, tirando-a de seu isolamento acadêmico e relacionando-a diretamente com o desenvolvimento econômico-social.

Porém, este novo olhar sobre a ciência não permanece como privilégio dos comunistas: um dos pilares do capitalismo, a Inglaterra, e, depois, a França colocam a ciência neste novo patamar. Segundo Schwartzman, em palestra proferida no CNPq<sup>2</sup>, *a preocupação de fazer da ciência uma atividade engajada se explica em grande parte pelo contexto da guerra, pela necessidade imperiosa de conter o avanço do nazismo.*

Com a guerra, se esvaem os últimos resquícios da ciência compreendida como um fazer voltado unicamente ao bem-estar humano. A reorganização hierárquica dos

---

<sup>2</sup> Palestra proferida por ocasião do "II Módulo do Programa de Política e Administração em Ciência e Tecnologia" 1989. Publicada na íntegra em <http://www.schwartzman.org.br/simon/posguerr.htm>

países no pós-guerra, a redefinição dos estágios econômicos de todos os países e, principalmente, a disputa pelo centro do poder recolocam a ciência na história de maneira definitivamente alinhada às políticas de guerra. A construção da bomba atômica é um marco na história da ciência, pois foi um divisor de águas no agir ético dos cientistas diante do poder. A maioria dos cientistas optou pela posição de que os responsáveis diretos pelos avanços científicos não tinham o poder sobre seus resultados, que eram utilizados de acordo com as relações de poder. Apenas uma minoria recusou esta suposta neutralidade ética, compreendendo que a produção das bases científicas de artefatos como a bomba atômica associa de modo indissolúvel cientistas e forças armadas.

A tecnociência é um elemento central para o desenvolvimento dos países e para a concentração de poder nos países centrais. Neste contexto, os países considerados subdesenvolvidos precisam envidar esforços para superar o atraso, e a produção científica tem que atingir objetivos e metas para que este resultado seja alcançado. A utilização da ciência como força motora do desenvolvimento capaz de promover a superação do atraso em direção ao progresso passa a compor, cada vez mais, as proposições desenvolvimentistas, embora, concretamente, a colaboração científica preconizada por muitos dos fundadores da Unesco jamais passasse do plano das declarações genéricas das conferências mundiais.

### **A linha inexorável do progresso e seus reflexos na ciência**

O discurso de superação do arcaico em direção à modernização oculta a dialética da relação entre o moderno e o arcaico, não levando em consideração suas contradições, vislumbrando apenas a linha contínua e inexorável do 'progresso'. A definição com que trabalhavam os intelectuais americanos da situação dos países como um *continuum* entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, formulação cuja síntese mais conhecida deve-se a W.W. Rostow em 'As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista', traz embutida a ideia de que o crescimento e o avanço econômico podem variar de intensidade de acordo com as políticas implementadas. Políticas condizentes com o mundo livre, entenda-se por livre o mundo capitalista, promovem o arranque econômico; distintamente, políticas críticas ao mundo livre resultariam em atraso e estagnação econômica. É como se a localização dos países na

economia-mundo decorresse exclusivamente da adesão ou não às políticas desenvolvimentistas, desconsiderando a totalidade do processo político-econômico, como, por exemplo, a forma de articulação das frações burguesas locais com o imperialismo e a natureza de suas revoluções burguesas.

Rostow (1960) descreve as etapas capazes de garantir a decolagem dos países na direção do desenvolvimento. Segundo este autor, elas partem da superação da sociedade tradicional e de suas limitações no campo da economia e seguem em busca da formação de um novo Estado nacional que suplante, no caso do Brasil, os interesses regionais agrários, incrementando a industrialização a partir de transformações da economia. No decurso deste arranco (*take off*) rumo à modernização, a produção científica ganha uma dimensão diferenciada por ser parte necessária à sua efetivação. No entanto, as condições políticas vigentes determinam regras e limites para sua efetivação.

A classificação de países de acordo com seus estágios de desenvolvimento foi apresentada entre as décadas de 1950 e 1960, quando se via com bastante apreensão o fato de o mundo estar diante de tensões provocadas por dois grandes blocos consolidados após a II Guerra Mundial, o socialista e o capitalista. Muitas preocupações tomavam a Casa Branca com o fato de um país da América Central, Cuba, ter aderido ao bloco socialista. Rostow, que compunha a equipe de assessores do então presidente dos EUA, John Kennedy, era o responsável pela elaboração de teses antimarxistas. E é neste contexto que ele elabora a teoria do arranco baseadas em cinco estágios de desenvolvimento.

O primeiro estágio, a Sociedade Tradicional, é definido pelo nível de produção limitado em função da falta de tecnologia e sua dedicação principal se baseia na produção agrícola. Os países que obtêm as pré-condições para o arranco atingem a segunda etapa do desenvolvimento. Dentre estas pré-condições está a possibilidade de aplicação de C&T na produção agrícola e industrial, estimulando uma expansão internacional. Nesta fase, os países ‘mais favorecidos’ e que se encontram em patamares superiores de desenvolvimento em relação a outros injetam seu modo de vida em outras nações. Contudo, o processo é ainda mediado pela persistência dos métodos antigos de produção, de valores e de estruturas sociais baseadas em modelos arcaicos. A terceira fase é o momento de rompimento com as resistências do ‘atraso’ na direção do desenvolvimento. É nesta fase que a difusão do progresso tecnológico por toda sociedade passa a ser uma necessidade objetiva. É premente o surgimento de novas

técnicas agrícolas e industriais e a substituição do fazendeiro pelo empresário agrícola. Quando os antigos valores estão suplantados, a produção supera o crescimento demográfico. Quando se estabelecem novas indústrias e se consolida a expansão do comércio internacional, se atinge a quarta etapa. Neste momento, encontra-se superada a carência tecnológica. A quinta e última etapa é o estabelecimento de um consumo de massa, situação vivida nos EUA na década de 1950. Neste estágio, o consumo de bens duráveis e a alta renda *per capita* permitem ao conjunto da população uma propensão a melhores condições de vida, incluindo seu bem-estar social, e ao Estado, a possibilidade de garanti-lo. Esta quinta etapa era a promessa de futuro melhor onde os sacrifícios impostos à população brasileira se justificavam.

Os avanços na área de C&T eram necessários para que os estágios fossem alcançados. Portanto, a produção científica não poderia deixar de estar submetida às conformações necessárias ao desenvolvimento do país. Por outro lado, as injeções possíveis de capital para o apoio ao avanço das etapas estavam condicionadas aos acordos políticos e econômicos determinados pelos países centrais. Estes acordos envolviam as políticas educacionais para todos os níveis, incluindo as políticas de C&T com o estímulo à produção científica.

Esta produção não poderia estar livre, precisava ser submetida às políticas congruentes com o ‘progresso’. Contudo, em um contexto em que a pesquisa aplicada não pode ser constituída sem o apoio à ciência básica<sup>3</sup>, sem instituições universitárias e de fomento à C&T, as novas prioridades provocaram efeitos que não estavam nas prioridades dos governos e, em especial, dos ditadores após 1964.

### **As contradições do processo desenvolvimentista e o papel do Estado**

A teoria desenvolvida por Rostow não dá conta das contradições que o capital impõe, em particular para os países periféricos. A superação do atraso, no caso do Brasil, através de uma política ofensiva de industrialização, não faz desaparecer relações de trabalho arcaicas. Antes, e pelo contrário, exige que elas convivam com a modernização como parte importante de sua consolidação. As capacidades econômicas e culturais dos países são o determinante para os saltos e avanços possíveis. Portanto,

---

<sup>3</sup> A agronomia, por exemplo, requer o desenvolvimento da genética, da bioquímica, da biofísica, da fisiologia vegetal, da microbiologia etc; a física nuclear somente pode ser erigida com forte domínio da física básica etc.

não são simples as possibilidades de desenvolvimento e muito menos existentes em condições igualitárias, as contradições são elementos importantes. Seu desenvolvimento conduz, necessariamente, a uma combinação de diversidade.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. [...] A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. (TROTSKY, 2007)

O processo de consolidação do sistema capitalista em países denominados atrasados convive com este processo. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos destes países periféricos, como no caso do Brasil. Assim, a convivência entre os saltos na direção da modernidade com os elementos mais consolidados do atraso coexistem, de forma a que o segundo esteja sempre garantindo condições para que o primeiro possa existir e se expandir. Este é o processo determinado por Trotsky na História da Revolução Russa com Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado.

As teorias desenvolvimentistas ignoram as contradições, constituem um caminho onde os elementos que não lhes interessam não permanecem. Esta maneira de conformar teorias proporcionou a disseminação da ideia de mobilidade dos países periféricos em uma escala de desenvolvimento cuja lógica determina seguir regras para subir os degraus do progresso, ignorando a assimetria entre países e desconsiderando a luta de classes, questão inerente ao sistema capitalista. O simples cumprimento de regras e o estabelecimento de acordos com países centrais em troca de investimento internacionais são, por si só, nestas teorias, os elementos de garantia deste arranco.

Para dar conta da implantação das políticas desenvolvimentistas, as estruturas do Estado foram utilizadas para a sua disseminação. A universidade deveria assumir a tarefa de formar uma mão-de-obra qualificada, que efetivasse a industrialização, e de produzir C&T atendendo às demandas do desenvolvimentismo e ignorando os processos contraditórios. Mas também foi convocada a ser parte do processo de ampliação da ideologia do desenvolvimento e da disseminação da cultura hegemônica. Por óbvio, isto não se deu sem contradições. Como espaço de produção de ciência, a crítica também compunha a universidade. Apesar da vitória dos desenvolvimentistas, fazendo com que na década de 1960 o modelo educacional estadunidense fosse institucionalizado no Brasil, isto não aconteceu sem que houvesse resistência.

O governo de Juscelino Kubitschek intensifica as políticas de modernização, evidenciando que não está em questão a possibilidade de transformação social ou econômica, trata-se apenas de potencializar a capacidade produtiva e, para isso, o determinante é qualificá-la e diversificá-la. Esta potencialização estaria em acordo com as necessidades do consumo. Atendendo a esta demanda, na visão de JK, seria possível impulsionar a economia. Esta potencialização apenas, e somente apenas, serve ao atendimento de padrões modernizadores.

O então presidente se utilizava em seus discursos de uma retórica apropriada a levar o indivíduo a acreditar que a modernização que levaria o país ao desenvolvimento, ou em suas palavras '*o despertar do gigante*', poderia ser aplicada a si, portanto, o desenvolvimento e a modernização eram garantias também de mobilidade social individual. Tanto o Brasil quanto o indivíduo deveriam seguir regras corretas, ou seja, muita disposição para o trabalho, no caso do indivíduo, e governos que seguissem as regras definidas pelos países centrais. Em nome deste convencimento, utilizava sua figura como homem que veio do povo e alçou o cargo mais importante do país. A leitura dos discursos era de que o esforço e a dedicação ao trabalho iriam ser recompensados com o desenvolvimento do país, o que garantiria um melhor futuro individual.

Esta retórica é frequentemente visitada para convencer a população em aumentar sua cota de sacrifício para o sustento do capitalismo. Ela desconsidera a existência de classes sociais, que são inerentes ao sistema capitalista, e constrói-se a ideia de que se está diante de um sistema de estratificação internacional análogo aos sistemas de estratificação social, que podem ser alterados de acordo com a disposição de superação do atraso. Ou seja, todos os problemas, sejam da nação ou do indivíduo, serão superados à custa de mais exploração da classe trabalhadora. A grande questão é que mesmo que se multiplique a exploração, os problemas não serão superados e, a cada crise do capital, a classe trabalhadora será chamada a se submeter a mais exploração.

Na fórmula de Rostow (1960), para não serem considerados 'atrasados' os países periféricos deveriam se submeter às regras do jogo, desta forma seriam considerados países em desenvolvimento. Aos que resistissem a esta situação só restaria se contentar em ocupar o lugar do subdesenvolvimento. Fica evidente a visão de evolucionismo da história e do capitalismo. Contudo, para que esta ideologia se transformasse em ação concreta, os países centrais, em particular os EUA, necessitavam

de apoio das burguesias locais, que como parceiras menores e subservientes se utilizaram do Estado e de quadros intelectuais locais para dar consistência à ideologia nacional-desenvolvimentista e garantir sua disseminação.

Com efeito, após o golpe civil-militar, o entusiasmo pelo desenvolvimento que tomou o Brasil neste período foi incentivado pelo governo dos EUA (Aliança para o Progresso, acordos bilaterais da Usaid) e pelos organismos internacionais e contou com a participação decidida de intelectuais de dentro e de fora das universidades brasileiras, como atesta Dreyfuss, de modo ricamente documentado, em seu clássico “1964: a conquista do Estado”. No período de preparação do golpe e, mais sistematicamente, após o golpe, foram criados programas e cátedras destinadas a investigar o desenvolvimento e a modernização, não em um sentido crítico, mas buscando a formulação de políticas que apoiassem a sua concretização e a superação de possíveis contradições durante a sua aplicação.

Observa-se que esta formulação desenvolvimentista está direcionada aos países ‘pobres’ com o intuito de apoiar as frações burguesas locais, que abraçaram a causa do capitalismo monopolista. Uma poderosa justificativa para a sua aceitação foi a conexão entre desenvolvimento e segurança. Quanto mais desenvolvimento, “menor ameaça comunista”.

### **Ideologia do desenvolvimento, universidade e criação dos conselhos de pesquisa**

Para que o processo *rostowiano* fosse implantado sem grandes enfrentamentos, em primeiro lugar estaria o convencimento da população da necessidade de esforços e sacrifícios no presente para a garantia de um futuro promissor. O Estado maneja este processo a partir do estímulo da ideologia do desenvolvimento (Cardoso, 1978). A mídia e a escola cumpriram papéis-chaves na instalação desta ideologia.

A disseminação da ideia de um mundo onde famílias podiam viver em perfeitas condições, com suas lindas casas compostas por um sem número de eletrodomésticos e sem dificuldades com o sustento de sua prole, tal qual a propaganda excessiva da vida das famílias estadunidenses, era parte deste convencimento. A escola também era outra frente fundamental para a disseminação deste mundo perfeito que seria atingido no futuro se houvesse sacrifícios no presente. Esta precisava se adequar para atuar no campo ideológico. Esta adequação faz com que a estrutura da relação de parceria

subordinada estabelecida entre os países centrais e periféricos se reproduza em seu âmbito, para garantia da modernização como resolução de todos os problemas da população brasileira.

A universidade é reconhecidamente um destes campos tão importantes para o estabelecimento do ‘progresso’. Para isso, se fez necessário aplicar políticas de contenção em possíveis processos de criatividade autônoma e deslocar o centro da produção científica para a implantação do ‘progresso’ no país. Em outras palavras, a universidade não precisa ter autonomia científica, sua principal tarefa é constituir projetos dedicados ao “*take off*”.

É partindo deste contexto que se dá nosso estudo sobre o financiamento das pesquisas através dos editais. A criação dos conselhos para “incentivar e planejar” a pesquisa e os critérios para a distribuição do financiamento constituem mecanismos que podem, sem dúvida, influenciar o ambiente em que ocorre a pesquisa científica, conforme o presente estudo pretende sustentar. Setores importantes da intelectualidade operaram os termos da ideologia do desenvolvimento e assumiram a defesa de uma universidade que atuasse em nome do ‘progresso’ e da ‘modernização’. A construção dos órgãos de financiamento contou com a participação efetiva destes intelectuais que, posteriormente, no período da chamada democratização, assumiram a coordenação de conselhos responsáveis por planejar as políticas de C&T e as regras para a distribuição do financiamento.

O presente estudo objetiva, como assinalado anteriormente, tornar pensável o processo de crescente subordinação do financiamento das atividades de C&T aos aparatos do Estado, investigando o contexto político e econômico que levou o governo da ditadura civil-militar a promover essa heteronomia e, não menos importante, compreender como o referido governo lançou mão de políticas e estratégias para alcançar tais objetivos e como se estabeleceram as parcerias.

O estudo sustenta a hipótese de que as alterações operadas no sistema educacional brasileiro são congruentes com as medidas necessárias para a consolidação do capitalismo monopolista no país, sem alterações no padrão capitalista dependente. Entre os organizadores da nova forma de organizar a educação, destacam-se o Banco Mundial (expansão de campi universitários, implantação de escolas técnicas e

agrotécnicas etc.) e o próprio governo estadunidense (Aliança para o Progresso<sup>4</sup> e acordos bilaterais da Usaid). A educação, nesse escopo, articula os interesses materiais, envolvidos na chamada formação do capital humano<sup>5</sup>, e ideológicos, condizentes com o binômio governabilidade-segurança, entendendo segurança como a garantia das condições de reprodução ampliada do capital e contenção da possível ‘ameaça comunista’.

Desde a Aliança para o Progresso até as políticas aplicadas no início da década de 1980, quando agonizava o regime militar, nuances podem ser percebidas, principalmente nos termos da combinação entre a tática do ‘controle de mentes’, através do aparato educacional, com a força coercitiva<sup>6</sup>. No início da chamada reforma de 1968, o uso dos meios coercitivos foi intenso. Ao longo dos anos 1970 e princípios dos 1980,

---

<sup>4</sup> No início da década de 1960, a América Latina tornou-se a primeira prioridade da agenda externa dos Estados Unidos que formulou e engendrou a criação da “Aliança para o Progresso”. Criada oficialmente no Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Interamericano, realizado em Punta del Este, no Uruguai, no período de 5 a 17 de agosto de 1961, a “Aliança para o Progresso” pretendia ajudar e acelerar o desenvolvimento econômico na América Latina atendendo ao fato de no início deste século a América Latina tornou-se a primeira prioridade da agenda externa dos Estados Unidos. Na tentativa de garantir o estabelecimento de governos “plenamente democráticos” foi produzida uma carta de intenções que propunha uma série de melhorias na distribuição de renda do continente latino-americano, reforma agrária e o desenvolvimento de planejamentos econômicos e sociais. Os países latino-americanos, a exceção de Cuba, comprometeram-se com um programa de investimentos da ordem de 80 bilhões de dólares por 10 anos. Os Estados Unidos da América concordaram em fornecer cerca de 20 bilhões de dólares. Se oficialmente o objetivo dos EUA era promover o progresso econômico da América Latina através de uma aliança com todos os países do continente, oficiosa e veladamente tratava-se do processo de enfrentamento do “perigo” comunista no continente. Em 1959, tal “perigo” havia se materializado na “Revolução Cubana” que, por sua vez, constituiu grande entrave ao controle estadunidense sobre a América Latina.

<sup>5</sup> Como explica Theodore Schultz (1962), a “teoria do capital humano por ele elaborada surgiu nos de 1956-57 no Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento face à sua perplexidade ante os fatos de que os conceitos por ele utilizados para avaliar capital e trabalho estavam se revelando inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção. Em contrapartida, sinaliza Shultz, percebia que muitas pessoas nos Estados Unidos estavam investindo fortemente em si mesmas, que estes investimentos tinham significativa influência sobre o crescimento econômico, que o investimento básico em si mesmas era um ‘capital humano’ e que aquilo que constituía basicamente este capital era o investimento na educação. O outro elemento constitutivo do ‘capital humano’ é o investimento em saúde.

A noção de capital humano, que se afirma na literatura econômica na década de 1950, e, mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, no campo educacional, a tal ponto de se criar um campo disciplinar – economia (política) da educação –, explicita de forma exemplar as duas razões anteriormente expostas sobre a especificidade do conhecimento nas ciências sociais e humanas. Trata-se de uma noção que os intelectuais da burguesia mundial produziram para explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre indivíduos ou grupos sociais, sem desvendar os fundamentos reais que produzem esta desigualdade: a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção pela burguesia ou classe capitalista e a compra, numa relação desigual, da única mercadoria que os trabalhadores possuem para proverem os meios de vida seus e de seus filhos – a venda de sua força de trabalho. (dicionário da educação profissional em saúde)

<sup>6</sup> A reforma universitária que em determinados aspectos buscava agraciar setores de oposição, como no caso do fim das cátedras, e a do Decreto-lei nº477, que institucionaliza a perseguição à visão crítica dentro dos campi.

a coerção foi combinada com meios de cooptação mais sistemáticos, conforme sustenta a presente dissertação.

Durante os primeiros anos do governo civil-militar a combinação era concreta. Enquanto se operava os acordos MEC Usaid que foram fundamentais na construção da Reforma Universitária de 1968, a força coercitiva era usada contra aqueles que levantavam suas vozes contra a autocracia. A pactuação entre as frações burguesas locais e os países centrais incluiu o apoio, por parte dos EUA, ao golpe militar, ao regime e aos governos e a participação direta, seja através dos acordos MEC-Usaid, dos empréstimos do Banco Mundial, ou na presença física estadunidense na definição das políticas educacionais. Afinal os empréstimos financeiros destinados ao ‘desenvolvimento’ do país estavam subordinados à submissão de todos os projetos políticos e econômicos aos organismos específicos estadunidenses.

Cunha (1988) definiu este processo como se o Brasil precisasse copiar um traço do país ‘adiantado’. Este seria o discurso que pretendia convencer os nossos intelectuais de abrir mão das características e contradições típicas do país na busca do avanço em direção ao ‘progresso’. O mesmo autor segue dizendo que *a modernização da universidade objetiva nessa perspectiva (re) produzir aqui a ciência ‘internacional’, a ser ensinada segundo padrões de idêntica categoria, sem veleidades autonomistas (pag.255).*

Após a reforma universitária de 1968, convênios e articulações com organismos internacionais, em especial com o Banco Mundial, edificaram a estratégia de financiamento de C&T, intensificada a partir de planos e planejamentos que, durante a década de 1970, trataram de consolidar políticas para a produção científica vinculando seu financiamento a sua temática, sempre em consonância com as políticas de desenvolvimento estabelecidas para o período e que culminaram com a institucionalização, na década de 1980, dos editais de pesquisa.

Por óbvio este processo não se consolidou sem a participação da comunidade acadêmica. A elaboração e implementação dos planos dirigidos à C&T tiveram a efetiva presença de parte da comunidade universitária. Não há dúvida de que a ideologia do desenvolvimento adentrou os *campi* e conseguiu muitos adeptos, porém não há como não considerar as polêmicas apresentadas por grupos de cientistas brasileiros sobre a condição política imposta.

Para confirmar este quadro, é necessário identificar a conformação do campo científico de forma imbricada entre o campo acadêmico e social e não deixar de considerar as relações de poder estabelecidas através de autoridade acadêmica e política, que nem sempre refletem uma verdadeira autoridade no campo do saber (Bourdieu, 1983). Porém, estas não operaram sozinhas. O processo de estabelecimento das políticas de C&T no Brasil com características de assimilação de cultura e políticas hegemônicas não se deu sem que houvesse resistências. Dada a correlação de forças, o quadro que se concretizou foi de avanço das políticas de adaptação ao modelo estadunidense, mas a crítica, apesar do recrudescimento no final da década anterior da coerção física, permaneceu resistindo nos espaços acadêmicos.

A apropriação das teorias de Bourdieu na investigação da composição do campo é fundamental para entender as críticas apresentadas à época por membros da academia, em particular da SBPC. Importante salientar que, constituída em 1948, desde o final dos anos 1960 a SBPC já se articulava como um polo de atuação política e se constituía como um dos poucos fóruns de discussão e de crítica em relação à situação política e ao regime e às questões que demandavam deste quadro para a educação. A conformação da SBPC não é outra senão a de professores das universidades e pesquisadores de alto gabarito científico. Isto confirma que apesar da adesão de um grande setor da intelectualidade, dentre os setores com autoridade acadêmica havia contradições que produziam questionamentos ao modelo que estava sendo estabelecido.

A problemática envolvendo a produção do conhecimento novo é indissociável da questão da autonomia universitária. Estabelecimentos destinados à formação superior e à produção científica que não sustentam financeiramente sua atividade acabam por ter de submeter o trabalho e sua produção a demandas externas, debilitando a possibilidade de sua constituição como um espaço destinado a promover todas as chances de criação humana autônoma.

Faz-se importante destacar que o conceito de autonomia referenciado neste estudo não é o mesmo divulgado pelos órgãos governamentais da educação que o utilizam como mecanismo para desresponsabilização administrativa e financeira, limitado a atitudes administrativas para com as instituições de ensino e jamais como possibilidade de permissão e incentivo à inovação criadora. Mas, o conceito de autonomia que objetiva a produção do conhecimento novo a partir da utilização de todas

as possibilidades da capacidade humana, com o intuito da contribuição da superação dos problemas que comprometem a qualidade da vida dos povos. (FERNANDES, 1975)

A redução do investimento financeiro no ensino superior, através de medidas relacionadas à redução progressiva do valor dos salários e à precarização do trabalho docente ou ainda à falta de investimento em estrutura física das universidades, são, por óbvio, elementos que comprometem a realização plena de sua atividade desde sempre. Fernandes (1975), referindo-se à universidade da década de 1960, considera que a escola superior nunca chegou a contar com recursos materiais e humanos adequados, o que comprometeu a possibilidade de crescimento como um processo institucional propriamente dito e converteu a universidade em uma instituição carente de autopropulsão e incapaz de resguardar os seus dinamismos educacionais e culturais, o que facilitou a absorção de cultura hegemônica.

As condições de carência favoreceram o atrofiamiento das duas funções específicas, exercidas de fato (transmissão dogmática de conhecimentos e preparação de profissionais liberais), e impediram a aquisição das duas funções específicas que não se atualizaram (produção de conhecimento original, principalmente através da expansão da pesquisa, e formação de um horizonte intelectual crítico, dirigido para a análise da sociedade brasileira, da situação da civilização ocidental moderna e das grandes opções históricas com que se defronta a humanidade em nossa época) (ibidem, pag.54).

Observa-se que o problema apontado por Fernandes permanece e as políticas de financiamento abordadas neste estudo são um forte elemento de contribuição para que este processo se aprofunde. A não dotação orçamentária por parte do Estado para que estas universidades e seus cursos de pós-graduação possam produzir conhecimento sem a necessidade de se submeter a agências e editais enfraquece a instituição e sua produção e a torna um terreno frágil e fértil para a assimilação de políticas hegemônicas, em nome de assumir as “políticas modernizadoras” ou “inovadoras”, como são denominadas na atualidade. À universidade solicita-se produção científica e atuação política que direcionem a possibilidade criativa de nossos pesquisadores às políticas que estejam direta e exclusivamente relacionadas à ‘modernização’. Vale confirmar que também não permite o desenvolvimento da ciência em todo o seu potencial o financiamento estatal que não garante a autonomia de fato.

A redefinição do papel do Estado na década de 1950 foi um marco decisivo na história da C&T no Brasil. Sua atuação dirigida à modernização do país o definia tanto como financiador quanto como ideólogo do desenvolvimentismo. Este período vem

promover a criação dos conselhos de pesquisa sob a justificativa de apoiar a formação de pesquisadores, de incentivar projetos de pesquisa e estimular o intercâmbio científico. O primeiro deles, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), foi criado em 1950 e se estabeleceu como formulador da política nacional de C&T e responsável pela concessão das bolsas e convênios, políticas fundamentais para o estímulo da pesquisa.

Vale ressaltar que dentre os fatores que contribuíram para a criação do CNPq destacava-se o problema da energia nuclear e que se tratava do período de Guerra Fria, donde se fazia necessário constituir um Estado forte e moderno e que dedicasse preocupação à segurança nacional (ROMANI, 1982). Para que a pesquisa estivesse de fato em consonância com estas preocupações, era preciso que os conselhos e órgãos criados estivessem em total acordo com a estrutura governamental. Embora o Estado tenha sempre se relacionado direta ou indiretamente com a produção científica no país, a criação destes conselhos eleva o seu papel a patrocinador e estimulador principal, estabelecendo um novo padrão na relação Estado-ciência e, por conseguinte, uma nova cadeia de poder para estimular e, ao mesmo tempo, gerenciar a pesquisa brasileira.

O desenvolvimento das descobertas científicas em ritmo progressivamente acelerado, tem tido repercussão de espantoso alcance em todos os setores da sociedade de hoje, e o papel que nestas atividades vem sendo assumido pelos governos de todos os países que estão na dianteira da civilização é cada vez de maior significação e importância. Não poderia o Brasil fugir a um movimento de âmbito universal e a criação do CNPq constitui um imperativo em face da necessidade de fazê-lo ocupar o lugar cultural que lhe cabe entre as demais nações do ocidente.<sup>7</sup>

No ano seguinte, foi a vez de se instituir a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, idealizada por Anísio Teixeira, que se manteve a sua frente até 1964. Esta campanha atendia às necessidades criadas pela ideologia nacional desenvolvimentista, que forçou políticas em todos os âmbitos, mas em particular na educação, com a intenção de qualificar a formação docente e de pesquisadores.

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".

Era o início do segundo governo Vargas, e a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e

---

<sup>7</sup> Discurso proferido pelo coronel Armando Dubois Ferreira, presidente em exercício do CNPq em 1951, a preocupação com a situação do Brasil em um momento de realocização econômica e política dos países foi a mola mestra para a criação dos conselhos.

pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais.<sup>8</sup>

O já citado BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento (1952) tinha por objetivo central estar a postos para financiar políticas desenvolvimentistas, e as políticas de C&T estavam entre elas. Além disso, como banco também era um auxiliador na equação dos problemas vinculados as doações estrangeiras à pesquisa, que já aconteciam à época com a Fundação Rockefeller<sup>9</sup> e ganha mais impacto a partir da década de 1960 com a Fundação Ford.<sup>10</sup>

A conformação da pós-graduação e a instituição das agências de financiamento acontecem em meio a este período que, segundo Cardoso (1978), é o período de disseminação da ideologia do desenvolvimento. Esta autora identifica na nova hegemonia comandada pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial uma projeção da expansão do capitalismo no mundo, e é neste quadro que os países considerados pobres se tornam estratégicos do ponto vista econômico e político. Para obter adeptos nestes países, estrategistas norte-americanos constroem uma ideologia capaz de envolver burguesias locais e fazer com que estas adotem medidas de interesse hegemônico, com o objetivo de garantir sua inserção nesta expansão. É desta forma que o binômio desenvolvimento-modernização, baseado em uma perspectiva evolucionista da história, passa a fazer parte dos debates políticos nacionais.

---

<sup>8</sup> Site da Capes.

<sup>9</sup> A Fundação Rockefeller se pautava pela doação, financeira para o apoio de atividades científicas, em universidades e institutos de pesquisa, diante do crescimento da importância e das necessidades da ciência e da tecnologia. As diferentes ênfases antes e pós-guerra são a marca da atuação da Fundação Rockefeller. As áreas de saúde pública, medicina e educação são praticamente exclusivas até o período da guerra. No pós-guerra há uma mudança de orientação. A partir daí, o apoio às ciências físico-químicas e naturais aumenta progressivamente, assim como a área da agricultura. Entre os anos de 1950 e 1980, a Rockefeller pauta sua atuação por uma orientação política conservadora, promovendo centros e programas de controle e planejamento populacional, como o Population Council. De modo geral, a Fundação guardava ou mantinha uma visão conservadora dos processos de mudança social

<sup>10</sup> Criada em 1936, a Fundação Ford é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos como uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, fazendo doações e empréstimos para auxiliar a produção e a divulgação do conhecimento. Abriu seu primeiro escritório no Brasil em outubro de 1962, na cidade do Rio de Janeiro. Além de marcar presença no país, este escritório foi importante para a organização das primeiras doações feitas às universidades públicas e instituições do governo brasileiro. Seu primeiro representante no país foi Reynold Carlson (1961-1965) que, recebeu como reconhecimento por seu trabalho a frente da Fundação Ford, em 1963 do governo brasileiro a ordem nacional do Cruzeiro do Sul. Carlson, foi diretor do Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de Vanderbilt (Tennessee- EUA) de 1949-1953, era perito internacional em desenvolvimento econômico.

Investigando o nexu entre o processo constituído pelo Estado para a produção científica no país e a situação política no mesmo período, observa-se que não se pode lidar com as informações obtidas nos documentos pesquisados sem a contextualização necessária aos elementos, sujeitos e situações políticas do mesmo período. Não nos parece ser menor o fato de ter havido um razoável crescimento de programas de pós-graduação no país entre os anos da ditadura civil-militar, assim como a participação efetiva da equipe de técnicos da *Usaid* na elaboração de políticas educacionais, e, muito menos, a dedicação do Banco Mundial em avaliar e propor políticas para o ensino superior e de C&T no Brasil.

O crescimento da participação destes organismos controlados pelos EUA na produção de políticas educacionais, ao mesmo tempo em que este país apoia o golpe e o governo militar, não nos parece um dado menor. Não seria leviano afirmar que a participação do Banco Mundial durante a década de 1960 pavimentou o caminho por onde as políticas de financiamento da pesquisa passaram durante a década de 1970, com a elaboração de três planos de desenvolvimento de C&T e mais três dedicados à pós-graduação, até chegar ao PADCT, em meados da década de 1980, que institucionalizou os editais de pesquisa.

## CAPITULO 2

### A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM UM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE

#### **Desenvolvimento subordinado e produção científica - uma equação contraditória**

A universidade no Brasil surge marcada pela contradição entre o arcaico e o moderno. A classe governante brasileira intencionava construir uma sociedade utilitária, uma sociedade de serviços úteis, uma sociedade de trabalho e, para atingir este objetivo, não seria possível se espelhar na velha universidade, cuja característica era ser o centro de busca pela verdade, de investigação e de pesquisa, não o comentário, a interpretação e a consolidação sobre a verdade e o conhecimento existente, mas, definitivamente, a criação de um conhecimento novo. (TEIXEIRA, 1988)

Esta noção de universidade se choca com a ideia de utilidade da educação para o progresso, papel que deveria ser cumprido por ela no processo de desenvolvimento do país. Portanto, a ideia da universidade como espaço crítico da própria ciência, como espaço produtor do conhecimento novo através da promoção da criatividade se choca diretamente com a ideia de universidade utilitária tão necessária às políticas de desenvolvimento na intenção de acompanhar a linha do progresso. Esta concepção de ensino superior terá um efeito comprometedor para o desenvolvimento da pós-graduação desde o seu nascimento até os dias atuais.

Desde a instalação da pós-graduação no Brasil nos anos 1950, sua finalidade tem sido direcionada para a contribuição da superação do arcaico rumo à modernização e à melhor localização do país na divisão econômica mundial. Um aspecto virtuoso dessas crenças era de que para que tais objetivos fossem alcançados seria necessária a construção sólida de um corpo docente brasileiro, para superar a obrigatoriedade de importação de professores estrangeiros, como se deu na criação da USP, 1934.

É importante reconhecer que a pós-graduação teve como uma de suas principais tarefas a formação de docentes universitários e de pesquisadores de alto nível, para atender à expansão do ensino superior no Brasil no contexto da substituição das importações e de um projeto debilmente “nacional-desenvolvimentista”.

Entretanto, com a adoção das políticas de modernização do país, a pesquisa, a investigação e a busca da verdade passam a serem reféns de uma ideologia nacional-desenvolvimentista, que estabelece uma relação de utilidade e a submete ao controle financeiro de agências de financiamento. Este processo tensiona a autonomia tão necessária à universidade que se propõe espaço de construção de conhecimento.

A preocupação com a criação de órgãos de coordenação e orientação da produção científica constitui um importante marco nas relações Estado-ciência. Até este momento era o Estado responsável direta ou indiretamente pelo financiamento da pesquisa no Brasil, no entanto, diversos fatores constituíram a ideia da implantação destes organismos. Romani (1982) aponta as políticas industrializantes coadunadas com a intervenção estatal como uma delas. Soma-se a esta o prestígio internacional que a criação de um conselho nacional de pesquisa adquiriria, já que seria a demonstração de que o Estado brasileiro estava assumindo um papel modernizador na direção do progresso sócio-econômico. Acrescentava-se a estes elementos, à época, a preocupação governamental com o problema da energia atômica e da segurança nacional.

Neste momento cabia ao CNPq incentivar, em cooperação com órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no país. Nos primeiros anos após a sua criação, a estrutura do CNPq era controlada diretamente pelo poder central do Estado. Era o presidente da República que indicava seu presidente, seu vice-presidente e cinco membros de seu conselho deliberativo (composto de vinte e três membros). Estes membros eram recrutados entre os membros da comunidade científica e representantes dos ministérios. Desde o início a sua estrutura organizacional, sua composição e suas tarefas colocavam *sub judice* a questão da liberdade e independência do pesquisador, já que era evidente o controle do Estado sobre a produção científica. E ao mesmo tempo em que os pesquisadores que compunham o conselho científico se preocupavam com uma possível falta de liberdade e autonomia científica, reconheciam no governo a capacidade de fazer ‘boas escolhas’ não comprometendo esta liberdade.

Não é, porém destituída de perigos a criação de um órgão destinado a orientar, em âmbito nacional, a política geral de investigação científica. Realmente, o clima próprio de investigação é o da liberdade. Afortunadamente, os nomes que Vossa Excelência houve por bem escolher para a constituição do Conselho, são garantia suficiente de que não haverá restrição de liberdade de investigação científica em nosso país.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Ofício de apresentação do senhor Presidente em Exercício do CNPq ao senhor Presidente da República. CNPq, Relatório de Atividades, 1951, mimeo.

No entanto, ainda durante esta década se demonstra a possibilidade de liberdade para a condução da pesquisa brasileira. Após apresentar diferenças sobre as relações do Brasil e dos EUA sobre a produção científica no campo da energia nuclear, o então presidente do CNPQ, Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, é destituído do cargo e é criado o Conselho Nacional de Energia Nuclear – CNEN, para onde é transferida toda a produção científica relacionada.

Na década de 1950, a atuação do Estado se voltava para a modernização e para a defesa da segurança nacional. A construção da Petrobras e da Escola Superior de Guerra eram a demonstração disto. O mundo vivia neste período a Guerra Fria e, em 1959, a Revolução Cubana muda o sistema econômico de um país na América Central que, embora pequeno, trazia para perto da América Latina a experiência de outro sistema econômico e político. Para que os conselhos recém-criados pudessem contribuir com a perspectiva esperada de modernização e de segurança nacional, leia-se segurança do sistema capitalista, era preciso que o Estado estivesse à frente das decisões no campo científico.

O Estado aliado às burguesias locais precisava dar conta de empreender políticas “modernizadoras”, de forma a utilizá-las para impedir qualquer risco de alteração no sistema econômico do país. A confiança de que seria possível a superação do subdesenvolvimento era apresentada com uma ideologia que levou a população a se submeter a sacrifícios em nome de um futuro melhor. A produção científica estava imbricada no processo, e o CNPq deveria cumprir o papel de coordenar e planejar sua efetivação, atendendo, como setor fundamental, à modernização do país.

A visão preponderante naquele período era de que a cooperação internacional seria decisiva para a modernização do país. Partindo do pressuposto de que nenhuma nação está isolada no mundo, chega-se à conclusão de que não seria a aproximação entre países subdesenvolvidos que impulsionaria a saída da estagnação econômica e sim a aproximação com os desenvolvidos. Na ideologia do desenvolvimento esta seria uma iniciativa que agradaria aos dois lados, aos subdesenvolvidos que acreditavam ser este o caminho do desenvolvimento e aos desenvolvidos que buscavam adesões na via do seu fortalecimento como potência econômica. Portanto, com o novo regime a teoria *rostowiana* conseguia campo fértil no Brasil para prosperar.

A grande valorização dos resultados que seriam alcançados com a atividade científica é parte, por sua vez, da crença, então dominante, de que os países subdesenvolvidos atravessavam basicamente as mesmas etapas de desenvolvimento percorridas pelos países avançados, onde era notório o papel desempenhado pela ciência e tecnologia (ROMANI, 1982).

Esta ideologia é constitutivamente bastante prejudicial ao real desenvolvimento, pois opera mudanças no método de análise da situação política do país, dando ao econômico o lugar do político e transferindo os resultados positivos prometidos para um futuro longínquo (Cardoso, 1978). Esta foi a forma usada para justificar diante da população os sacrifícios aos quais ela estaria submetida em nome deste desenvolvimento, também foi a fórmula para responsabilizar as dificuldades vigentes no atraso que o passado arcaico provocava e os obstáculos que representavam na direção ao tão almejado ‘progresso’.

Enquanto era operada esta ideologia, o “progresso” era forjando por meio da abertura da economia as multinacionais, do endividamento externo, do aumento na concentração de renda e da propriedade e da absorção de cultura hegemônica, ou seja, à custa de dependência econômica e de heteronomia cultural. É possível identificar semelhanças entre o binômio desenvolvimento-modernização e o colonialismo em sociedades pós-coloniais e politicamente independentes. No entanto, vale ressaltar que as burguesias locais que atuaram como sócias menores, e garantiram os bons resultados pretendidos pelas burguesias dos países centrais, foram muito bem remuneradas. Isto porque na implantação destas políticas estava garantida a fatia destinada a este setor à custa de uma superexploração. Com efeito, os trabalhadores e trabalhadoras e a juventude que acreditaram na possibilidade de mobilidade individual e no desenvolvimento do país para um futuro melhor foram os únicos que pagaram a conta e uma conta muita alta.

Forte crítico das teorias evolucionistas e etapistas, Fernandes demonstrava através de sua contribuição teórica a natureza peculiar da formação e do ‘desenvolvimento’ do capitalismo em países ‘pobres’. O autor destacava a constituição da realidade brasileira em uma totalidade dialeticamente contraditória, leitura que descartava as oposições formais e idealistas dos cepalinos e dos militantes do PCB - Partido Comunista Brasileiro. Referindo-se a essa realidade, em 1968, Florestan afirmou

A inegável desigualdade das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional têm levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. [...] Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...] Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” (FERNANDES, 1968; p. 64-65).

O autor identifica uma necessidade de constituição de uma relação de controle a partir dos países centrais para com os países pobres, não como simples dependência, mas como fortalecimento do capitalismo monopolista, através do estabelecimento de uma estrutura parceira subordinada entre a burguesia dos países centrais e as burguesias locais. Para a obtenção de êxitos nesta parceria subordinada é necessário mais que exploração econômica e é por isso que as investidas para o controle da produção do conhecimento foram fundamentais. Esta base teórica terá a tarefa de consolidar nossa pesquisa sobre as ameaças que a autonomia na produção científica sofre a partir das políticas direcionadas à C&T em relação ao financiamento da pesquisa e ao nosso objeto de estudo, os editais de pesquisa.

De acordo com Florestan, para as burguesias latino-americanas

o essencial continua a ser as ‘vantagens relativas’ da associação com as nações capitalistas centrais e sua superpotência (isto é, as migalhas da submissão ao imperialismo) e o ‘equilíbrio de poder’ a qualquer preço, pelo qual a Nação tem de crescer fatalmente contra a sociedade politicamente organizada (1968).

A definição destas burguesias é considerada por sua relação de sobre-exploração, de parceira subordinada com as burguesias hegemônicas e, por conseguinte, de opressão econômica e política sobre as demais classes. Como sócia menor e interessada em manter sua supremacia local, ela precisa se utilizar de todos os aparatos estatais, coercitivos e ideológicos. E é neste contexto que Florestan sugere a formulação da heteronomia cultural.

Aí está o fulcro do nosso dilema. Sem dúvida, podemos construir “escolas superiores” (como no passado) ou universidades (como se pretendia recentemente). Todavia, algo é iniludível. Se prevalecer o último objetivo,

impõe-se criar um clima novo para que o **técnico** e o **homem de ciência** sejam possíveis. O critério de eficácia e o critério de verdade, que ambos procuram, não se adaptam a nenhuma sorte de controle ideológico. Se o controle ideológico for mais forte que a tecnologia moderna e a ciência, então não queremos a civilização baseada em ambas e poderemos prescindir dos dois tipos de personalidade (FERNANDES, 1975, P. 28) (grifos do autor)

A utilização da universidade como correia de transmissão da cultura hegemônica e como aliada na construção dos mecanismos de controle da produção do conhecimento novo faz dela um espaço que não atende a possibilidades de avanços científicos reais. Pelo contrário, é ela o principal campo de atuação desta política e sem dúvida um dos maiores contribuintes para a ideologia do desenvolvimento.

Desenvolvia-se a modernização do ensino superior, na direção do modelo norte-americano. Para uns, a modernização da Universidade era vista como condição do desenvolvimento autônomo do país, pela espera da capacidade de rompimento da dependência tecnológica. Para outros, essa mesma modernização era definida como requisito do desenvolvimento associado ao bloco político-econômico hegemônico pelos EUA (CUNHA, 1988, p.38).

A concepção de que a educação pode superar a relação assimétrica entre os países centrais e dependentes e, mais ainda, de que a adaptação ao formato de educação destes países é um caminho para esta superação desconsidera a necessidade que tem o capital de impor - não só ao ser humano individualmente, mas nas relações entre países - esta assimetria como forma de sustentação dos países centrais. O projeto educacional de qualquer país estará sempre subordinado às políticas de Estado e ao seu regime que, por sua vez, estão invariavelmente submetidos ao sistema vigente.

A nação subdesenvolvida vê-se condenada, por isso, a sofrer uma corrosão crônica em sua integridade e autonomia nacionais. Em nenhum momento ela consegue mobilizar seus recursos materiais e humanos numa escala de eficácia máxima. Isso porque o padrão vigente de integração societária da ordem social sempre se amolda, em grau maior ou menor, a formas tão extremas de desigualdade econômica, sociocultural e política, manipuladas abertas ou dissimuladamente a parte de dentro e de fora daquela nação, que destroem as bases estatísticas e dinâmicas de equilíbrio de um sistema verdadeiramente nacional de poder (FERNANDES, 1975, pag. 119).

As frações burguesas protagonizavam este processo. Se não acreditando na falsa ideia de busca pela simetria entre países periféricos e centrais, diretamente contribuindo para a subordinação no intuito de garantir a sua manutenção e seus lucros. Não há dúvida que do ponto de vista econômico estas frações eram obrigadas a manter um alto nível de exploração, garantindo assim a sociedade entre burguesias locais e internacionais.

Do ponto de vista cultural, era necessário constituir um campo para que esta relação subordinada lograsse êxito. Assim, a autonomia universitária, vista do ponto de liberdade para a criação ou a universidade criativa, tal qual definia Fernandes, eram impensáveis. Para ele, a reforma universitária de 1968 é nada mais que uma reforma do ensino superior que fortalece a ideia de que a maior contribuição que a universidade pode dar à coletividade é a absorção e a disseminação de conhecimentos produzidos no exterior (ibidem, p. 243).

Não é possível deslocar a constituição e as transformações ocorridas na pós-graduação no Brasil das políticas desenvolvimentistas. O processo de instalação e de ampliação da pós-graduação no Brasil segue uma linha imaginária e irreal de instalação do progresso em um país denominado 'subdesenvolvido'. Os mecanismos de controle foram sendo instituídos, tanto na forma coercitiva quanto através de políticas de convencimento. Parte importante da comunidade acadêmica foi convencida a adaptar a universidade aos caminhos da modernização do país, donde a pesquisa era parte fundamental para esta adaptação. Além disso, a criação de conselhos de pesquisa e órgãos de fomento também estabelecia uma nova relação de poder dentro dos *campi*, gerando privilégios não só no campo financeiro, mas talvez no campo em que obteve o maior impacto, o campo de poder. Grupos foram alçados à função de coordenar estes conselhos e órgãos, o que, em última instância, significava decidir quais pesquisas e pesquisadores seriam beneficiados. Estes grupos eram, indubitavelmente, parceiros na adaptação da universidade às políticas de modernização.

De acordo com Fernandes (1975), na ausência de uma verdadeira revolução burguesa no país (compreendida como revoluções que protagonizam um porvir nacional autopropelido), as frações burguesas locais se conformaram em associação subordinada com as frações burguesas hegemônicas, configurando um quadro em que as frações locais e as externas são complementares. Fernandes (2009) identifica nas burguesias locais parceiros do processo de constituição de uma nação dependente que

[...] viram-se superadas pelos fatos, tanto nos países nos quais conquistaram sua hegemonia de classe por meios relativamente pacíficos (Argentina) quanto em países nos quais sua hegemonia de classe foi lograda por vias cruentas (México). No final, de uma maneira ou de outra, tiveram de ceder terreno às evoluções externas do capitalismo, de colocar em segundo plano a revolução nacional e exercer suas funções de liderança ou de dominação como uma plutocracia compósita, minada a partir de dentro dos interesses, valores e influências sociais das sociedades hegemônicas. Nesse sentido, elas foram os artífices do capitalismo dependente. Escolheram-no e o fortaleceram como alternativa a uma revolução nacional dentro da ordem, que ameaçaria iniquidades muitas de origem e significado ou conseqüências coloniais, diante das quais “as desigualdades de classe” têm o caráter de uma *conquista democrática*. (ibdem, p.63-64) (grifo do autor).

Por este motivo, Fernandes não atribui a heteronomia exclusivamente às determinações externas, mas a uma lógica de articulação entre os centros capitalistas hegemônicos e as economias capitalistas dependentes. Ele considera que não há condição de intervenção externa sem que as burguesias locais tomem parte nesta articulação. Da mesma forma pode-se conceber que as burguesias locais não teriam êxito na formulação e implementação das políticas para a universidade sem a parceria com setores da comunidade científica.

Os anos 1950 e 1960 demonstram que a ideologia do desenvolvimento e as marcas trazidas pela história da constituição da burguesia brasileira são um arcabouço de políticas de subordinação e parcerias com os países centrais, em particular os Estados Unidos, em todos os campos necessários para que o país atingisse o *take off* e pudesse caminhar para a superação do subdesenvolvimento.

O golpe militar trata de silenciar os que se levantavam contra a adequação da universidade e a sua utilização como mecanismo ideológico de convencimento das políticas de subordinação. Os governos locais a queriam como propulsora de uma organização operacional voltada para os objetivos particularistas dos financiadores e utilizaram a força coercitiva sobre aqueles que se rebelavam contra a transformação da universidade em correia de transmissão de políticas e culturas internacionais e contra o controle de sua capacidade de produção do conhecimento.

A participação efetiva do Estado e dos aparatos controlados direta ou indiretamente pelas burguesias locais atuaram contundentemente no intuito de fortalecer o discurso do sacrifício do presente em nome de um futuro promissor. A utilização de medidas coercitivas como o golpe militar não pode ser considerado como uma atitude exclusiva dos militares brasileiros. A burguesia local, a Igreja Católica e os principais

órgãos de imprensa atuaram de forma militante na defesa do golpe e na contenção de qualquer possibilidade de questionamento do sistema econômico capitalista.

Com efeito, a ampliação do aparato do Estado e sua atuação em domínios sofisticados como energia elétrica e de hidrocarburos, telecomunicações, agricultura, fármacos, grandes obras de engenharia, eletroeletrônica, metalurgia etc. não poderia prescindir de uma universidade engajada no padrão de acumulação. O crescimento espetacular do número de programas de pós-graduação é a demonstração de que a pesquisa era considerada essencial para o ‘progresso’ e é esta consideração que justifica a criação dos conselhos para o incentivo e promoção da pesquisa no campo necessário ao desenvolvimento, como se pode identificar nas argumentações que geraram a criação do CNPq. O crescimento em quatro anos do número de cursos de pós-graduação foi de cerca de 300%, saindo de 35, em 1965, para 135, em 1969<sup>12</sup>.

No entanto, é perceptível a uma visão mais crítica que os elementos desta equação não se coadunam. O crescimento em grande escala da pós-graduação não significa, necessariamente, a produção do conhecimento científico novo capaz de gerar uma nova situação na sociedade em direção a uma vida melhor para a população pobre. Interesses e prioridades pragmáticas e operacionais podem indicar, ao contrário, associação da universidade a interesses particularistas, embora, mesmo nestes casos, as contradições no processo de produção de conhecimento estejam sempre presentes, como pode ser observado na vinculação da universidade com a revolução verde, que possibilitou a consolidação de importantes domínios da ciência básica, como genética, fisiologia vegetal etc, mas sempre com limites e obstáculos provenientes do caráter particularista do fomento. Este crescimento quantitativo, apesar da euforia de setores da intelectualidade, não está relacionado ao desenvolvimento real da economia e muito menos da pesquisa. Os mecanismos de controle e direcionamento da pesquisa ao ‘progresso’ infringem as leis principais da ciência: a crítica e a liberdade.

A universidade passa a viver então como vítima e algoz de políticas produzidas, em parte, por ela própria. A proposição de que ela deveria ser um espaço que objetivasse a produção do conhecimento novo, através de um investimento sólido na investigação e na pesquisa para a solução dos problemas dos povos, vai perdendo lugar

---

<sup>12</sup> Dados obtidos na Revista Ciência e Cultura da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em 1965, ano do parecer de regulamentação

para uma universidade utilitária e ideologicamente comprometida. Neste processo de perda da autonomia acadêmica, ela redefine sua função social, fortalecendo teoricamente a ideologia do desenvolvimento.

Considerando que a universidade brasileira é, ao mesmo tempo, entrecortada por determinações da sociedade civil e das políticas de Estado e de governo, e ainda que o Brasil, como um país de capitalismo dependente, busca ativamente a colaboração de agências internacionais nas políticas de educação e na pesquisa, não é possível reconhecer por si só o avanço do número de cursos de pós-graduação como um elemento positivo. Não se pode apartá-lo da totalidade. Os acontecimentos sociais, econômicos e políticos no Brasil e no mundo à época são elementos desta totalidade, assim como seus reflexos dentro da universidade e sobre os intelectuais envolvidos por ela, que não podem ser desconsiderados sob pena de realizarmos uma análise simplista da questão.

### **Parceria Subordinada ou Dependência**

Para a efetivação desta política se fez necessário a composição de uma parceria entre burguesias internacionais e locais. Para administrar com bons resultados a aplicação da ideologia do desenvolvimento, os intelectuais estadunidenses e seu governo precisavam de apoio interno nos países capitalistas dependentes. Fernandes (2009) adverte que essa integração não deve ser concebida como uma imposição externa, tão pouco como uma dependência unilateral, mas como uma parceria articulada e subordinada que visou organizar a implantação do projeto, ao mesmo tempo em que garantia as condições de manutenção da burguesia local. As frações burguesas locais são imprescindíveis para estruturar um sistema permanente de superexpropriação e superexploração da classe trabalhadora. Esta articulação permitiu que o projeto político de subordinação econômica, política e cultural adotado no Brasil contasse com o apoio do aparato estatal e das estruturas controladas pela burguesia, que, para garantir seu *status* econômico e político, estabeleceu índices muito mais altos de exploração de mais-valia.

Estas características reforçam a ideia de parceria subordinada contra a proposição de crítica da dependência formulada por alguns intelectuais brasileiros. A noção de dependência para eles está diretamente ligada às condições de existência e

funcionamento vinculado do sistema econômico e político tanto no plano nacional quanto internacional, portanto, seria um conceito mais complexo, já que a definição de subdesenvolvimento apenas se aplicaria no campo econômico ou no sistema produtivo do país. (CARDOSO & FALETO, 1973, p.27).

Embora Cardoso e Faletto acreditassem estar superando as ideias cepalinas<sup>13</sup> demonstrando as limitações da noção de subdesenvolvimento e propondo uma nova conceituação da situação a partir de uma visão convergente entre os fatores econômicos internos e externos e fatores político-sociais, esta avaliação não incorpora as questões proporcionadas pelas relações entre as burguesias dos países centrais e as burguesias locais. E não considera as características, desejos e limites da constituição da ‘burguesia brasileira’.

Fernandes (2009), ao fornecer o conceito de capitalismo dependente, parte de um profundo estudo sobre a conformação da burguesia brasileira e da ausência de uma revolução burguesa clássica, que, entretanto, não a exclui como tal, reforçando que os setores dominantes no Brasil são burgueses, a despeito de subordinados. Outro elemento importante que este autor apresenta na constituição de seu conceito é que o sistema econômico brasileiro pode ser medido de várias formas, no entanto, em nenhuma delas é possível não reconhecer que se trata, antes de tudo, de capitalismo. É a partir destes conceitos que Fernandes define o sistema econômico e político do Brasil como capitalismo dependente e a burguesia brasileira como uma burguesia parceira do capitalismo central, incapaz de enfrentar as políticas externas não por um critério de fragilidade e dependência, mas pela opção de subordinação política do país em nível de desenvolvimento.

Esta opção impede qualquer intenção de fortalecimento da política interna e da economia, não há espaço para as reformas de base ou para a constituição de um estado de bem-estar social. E para que haja bons resultados a todos os componentes desta parceria, é necessário que se mantenham as taxas de exploração em níveis bastante

---

<sup>13</sup> Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo é monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.

altos. E por óbvio esta parceria subordinada vai interferir na consolidação da educação e do aparato de C&T no Brasil. A presença do financiamento à produção científica através de agências internacionais já era uma realidade.

### **A constituição do campo de poder na comunidade científica**

Na ausência de políticas que assegurem o financiamento da universidade pública com recursos suficientes para investimento em projetos de investigação, a autonomia da produção científica torna-se débil e desrespeitada. Enquanto isso, os mecanismos de controle da produção científica seguem cada dia mais fortes. O que não só direciona a pesquisa científica à utilidade do desenvolvimento, como compromete a formação de um campo científico de qualidade. Segundo Fernandes,

Ao importarmos novos padrões de produção e de avaliação do saber, importamos também novos padrões de organização da personalidade do sábio. É funesto que não se atente para esta verdade elementar. Nenhum país poderá possuir ciência e tecnologia moderna, por exemplo, sem formar antes **cientistas** e **técnicos**. Mas, doutro lado, como ter cientistas e técnicos sem lhes oferecer condições apropriadas de labor intelectual? (FERNANDES, 1975, p. 28) (grifos do autor)

Ousaremos buscar uma relação entre a subordinação das burguesias locais diante do sócio maior, os EUA, e a relação constituída por parte da comunidade universitária com as investidas políticas de constituição da universidade como espaço heteronômico. A universidade precisará, para o sucesso do processo de consolidação do capitalismo monopolista, ser a correia de transmissão de convencimento da sociedade e deverá ela própria criar os mecanismos de autocontrole, o que possibilitará que ela permaneça sendo peça-chave nesta função.

No fundo, tentam introduzir em nosso meio uma nova e perniciosa modalidade de controle – o controle ideológico – pelo qual esperam assegurar-se uma drástica e ilimitada tutela sobre a composição, a estrutura e o funcionamento da universidade brasileira. Trata-se de um desígnio reacionário, porque pressupõe uma volta ao passado e, o que é pior, a práticas adulteradas que nele não encontravam nem poderiam encontrar eco. Deste ângulo, é fácil avaliar-se a inconsistência, o teor destrutivo e o caráter inaceitável das manipulações desencadeadas, verdadeiramente incompatíveis com o ideal de universidade que estávamos formando no Brasil e com qualquer ideal de universidade digno desse nome. (ibdem, p.28)

Para entender o processo de constituição de um campo ‘autodestrutivo’ da universidade em seu sentido primeiro, a busca da construção do conhecimento novo,

utilizaremos como referência o estudo de Bourdieu (1983) sobre a conformação da autoridade política e científica na comunidade universitária. De acordo com este autor, esta conformação se dá de forma altamente imbricada e atravessada por questões determinantes para a definição desta autoridade. O autor promove um debate sobre a definição do campo científico e sua hierarquia vislumbrando o processo localizado em disputas que terão seus resultantes na definição do status e nas 'prioridades científicas'.

Na luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo, está sempre em jogo o poder de impor uma definição de ciência (isto é, a de limitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos) que mais esteja de acordo com seus interesses específicos. A definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos e que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos (por exemplo, enquanto o detentor de uma espécie determinada de capital cultural, como ex-aluno de uma instituição de ensino particular ou então como membro de uma instituição científica determinada, etc) (BOURDIEU, 1983, P. 127-128).

Acreditamos que para a garantia da tutela (Fernandes, 1975) foi preciso adquirir aliados internos à universidade. Os organismos internacionais interessados em constituir as políticas para o ensino superior contaram com o apoio dos órgãos governamentais que, por sua vez, obtiveram dentro da comunidade universitária interlocutores que facilitaram a possibilidade de implementação destas políticas. Os intelectuais se encontravam expostos a toda sorte de possibilidades para a realização de sua pesquisa. *Nunca se procurou apenas, estrita e estreitamente, proteger a liberdade do intelectual através de um isolamento que o colocasse ao abrigo de certas pressões materiais ou morais de outros grupos mais poderosos. (ibidem, p.27).*

Indubitavelmente, este processo facilitou o estabelecimento da autoridade política a favor daqueles que criaram os artifícios para o controle. A constituição de órgãos de controle, como conselhos e comissões, fez parte destes artifícios. A indicação de membros do corpo docente para estes órgãos, dentro e fora da universidade, contou com o reconhecimento da autoridade científica e política que lhes dava o direito e o poder de legislar em nome da universidade. Cabe questionar sob que critérios foi reconhecida esta autoridade e lembrar que a composição do CNPq, inclusive dos membros da academia científica, era determinada pelo Presidente da República.

Bourdieu (1983) aponta

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma concorrência. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (p.122-123) (grifo do autor)

É neste marco que vemos a participação da comunidade acadêmica universitária nas alterações das políticas do ensino superior, em particular de financiamento da pesquisa na pós-graduação, e as resultantes desta política na produção científica de um país de capitalismo dependente. Definitivamente, o processo de construção de uma autoridade científica capaz de definir e alterar políticas não está isoladamente construída sob um ou outro aspecto, mas na imbricação da autoridade política e científica. (...) *é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas* (ibdem, p.125-126).

Identificamos este processo na conjuntura vivida no Brasil nos anos 1960, período de ditadura civil-militar e de intensa intervenção na universidade. Esta intervenção intencionou consolidá-la como aparelho ideológico responsável pela implementação do projeto capitalista monopolista. Por óbvio, a criação dos conselhos em 1950 já interferia na pesquisa e no crescimento do ensino superior, em particular da pós-graduação. Entretanto, o período da ditadura foi mais incisivo na adequação da universidade às políticas desenvolvimentistas, esta operação exigia a ressignificação do ensino superior e da pesquisa na pós-graduação. Por suposto, esta ressignificação não foi uma simples intervenção, mas uma política operada em parceria que foi ganhando adeptos internos que facilitaram a tarefa graças a sua autoridade acadêmica e científica, que parece ser, a um primeiro olhar, legítima e natural.

Entretanto, com olhar um pouco mais atento verifica-se que a definição desta autoridade tem início na hierarquia dos campos do saber, critério utilizado para a distribuição de benefícios econômicos, políticos e acadêmicos. Por sua vez, a definição desta hierarquia, neste caso, é, sem dúvida, estabelecida em função da necessidade do desenvolvimento pensado enquanto absorção de cultura hegemônica. E será rearticulada quantas vezes for necessário para a aplicação deste projeto de desenvolvimento.

Seus articuladores e pesquisadores também não estão ali por um simples acaso, nem simplesmente ou somente pela qualidade do que produzem no campo científico. A hierarquia entre pesquisadores e pesquisa também obedece a regras e para se obter uma boa localização deve-se estar de acordo, pesquisador e pesquisa, às imposições das agências. Os órgãos de fomento determinam os critérios para a concessão de auxílio financeiro à pesquisa, estes são os critérios que asseguram o aprofundamento e a manutenção da hierarquia entre os campos, a utilidade da pesquisa e os pesquisadores. Um dos critérios é a instituição de ensino superior a qual pertence o pesquisador. *Um candidato de uma boa instituição viria com maior probabilidade por seu intermédio do que individualmente, como escoteiro* (LEITE, 2002).

Os determinantes políticos caminham lado a lado com os determinantes científicos. Somente esta forma de observação do campo científico é capaz de explicar, por exemplo, as relações econômicas estabelecidas entre áreas de pesquisa e superar a ideia que se aproxima do senso comum de definição desta hierarquia.

Assim, a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem. Diga-se de passagem que a *communis doctorum opinio*, como dizia a escolástica, não é mais que uma *ficção oficial* que nada tem de fictícia, pois a eficácia simbólica que sua legitimidade lhe confere permite que ela preencha uma função semelhante ao papel que a noção de opinião pública preenche para a ideologia liberal (BOURDIEU, 1983, p 128) (grifo do autor).

A enorme expansão da pós-graduação após a “reforma universitária de 1968” (Lei 5.540/1968) deve ser compreendida a partir dos marcos da existência de uma imposição externa (Usaid, Aliança para o Progresso, demandas das corporações multinacionais etc.) que é apropriada e recontextualizada pelas frações burguesas locais que estavam à frente do Estado e de relevante parte do parque produtivo brasileiro. É esta combinação que Fernandes (1975) investiga ao se indagar sobre os determinantes da heteronomia cultural. O autor argumenta que sem o ativo protagonismo das frações locais – e de sujeitos em lugar de destaque nas universidades – a “reforma consentida” não teria prosperado. E na viabilização desta “reforma” – conforme nossa hipótese – a estratégia da política de financiamento da pesquisa desempenhou um papel chave. À produção científica se aplicava também uma contradição que, segundo Fernandes (1975), pairava entre optar por construir escolas superiores e universidades de caráter propedêutico ou formar um homem de ciência que ao mesmo tempo fosse um técnico.

Basicamente, as políticas de investimento em ciência partiam, em primeiro lugar, da importação de tecnologia estadunidense.

A intervenção externa e a composição do campo intelectual, tal qual a definição de Bourdieu, fizeram com que a universidade pudesse contribuir para a disseminação de ideologias que corroboravam com o desenvolvimentismo vigente, facilitando a constituição de um senso comum donde busca estabelecer parâmetros que ignoram a existência da sociedade dividida em classes e minimiza a intervenção do sistema econômico na vida humana.

No plano das ideologias, os “círculos acadêmicos” passaram a falar em “elites” (no lugar de classes) e em “modernização” (no lugar de capitalismo), algumas vezes também em “transferência de tecnologia e de capital”, silenciando sobre o fato de que esses processos requerem certos mecanismos supranacionais, certos requisitos econômicos, sociais e políticos, os quais só podem aparecer no contexto de uma sociedade de classes e no clímax de uma industrialização maciça que por sua vez, exigem o monopólio do conflito de classes pela burguesia (associadas ou não a outras categorias sociais) (FERNANDES apud LEHER, 2005, P. 216)

Neste escopo o papel dos intelectuais foi e é crucial. Durante o regime militar a universidade foi convocada a legitimar a política econômica, estabelecendo assim uma aproximação destas instituições com o regime. Grande parte destes intelectuais estava a favor da proclamada “revolução para salvar a ordem social” (FERNANDES, 1975). Para que isso fosse plausível, políticas de cooperação com os EUA foram desenvolvidas, o que viabilizou a ida de um grande número de docentes para este país e, não menos importante e o que é fundamental para nosso estudo, o estímulo ao financiamento de pesquisas por meio de fundações estrangeiras, o que sem dúvida interferiu nos valores e no modelo universitário. Dentre estas fundações podemos destacar a *Ford Foundation*, *Rockefeller Foundation*, dentre outras.

Qualificados, esses docentes, imbuídos dos valores e do modelo universitário estadunidense, empenharam-se na organização da pesquisa e da pós-graduação, assim como constituíram (ou revigoraram) entidades acadêmicas por área de saber, logrando rapidamente influência nos comitês científicos dos órgãos de fomento. Desse modo, verbas públicas migraram para seus programas e laboratórios, criam um *staff* que, em parte, vinculou-se ao programa de “modernização conservadora” atuando como formadores de *policy makers* ou, eventualmente, como *policy makers* em todas as áreas da cultura e especialmente na universidade, enredando-se, desta feita, nas “malhas do governo”. Em outros termos, atuando como intelectuais orgânicos da sociedade burguesa (FERNANDES apud LEHER, 2005, p. 235).

Este processo encontrou um campo relativamente fértil. A ausência de uma cultura institucional de autonomia universitária levou a que muitos intelectuais entendessem a universidade como um campo de lealdade ao governo, secundarizando o papel autônomo e independente que devem ter os espaços de produção científica.

A problemática que envolve os intelectuais, um país de capitalismo dependente e a neutralidade da ciência exigem um posicionamento. O fato de que haja a defesa das reformulações propostas para a educação pela ditadura em nome do ‘progresso’ e que tenham suas atividades docentes e de pesquisa beneficiadas por estas reformulações não devem ser consideradas com naturalidade.

Nesta lógica, a produção científica de países periféricos obterá características apropriadas para que alcance somente o avanço permitido pelo padrão de acumulação capitalista dependente: padrão que se ajusta à heteronomia cultural específica. Embora alguns governantes e intelectuais queiram nos convencer do contrário, por mais mudanças e adequações que façam na educação e na pesquisa, jamais vão ocupar um lugar de ponta na hierarquia dos países no sistema capitalista.

Um dos caminhos utilizados pela intelectualidade interessada em constituir a ideologia do desenvolvimento, sustentando a inexistência das classes sociais e a absorção de cultura hegemônica, foi o da neutralidade da ciência. A sua utilização facilita a possibilidade de consolidar conceitos sem conexão com os acontecimentos. Cada vez mais distante da totalidade, os fatos tornam-se elementos de uma história sem início e sem fim. Dados colhidos sem análise e sem contextualização não têm a possibilidade de se transformarem em uma nova verdade, em conhecimento novo, o que irá contribuir para a manutenção e aprimoramento da heteronomia.

Entendendo a ciência como ‘verdades’ científicas provisórias e contestáveis e reconhecendo o poder de novas formulações que possam substituir ou aprimorar teorias, só podemos enxergar o cientista como um ser que possui liberdade de pensamento. O sentido primeiro da ciência não é somente compreender o mundo, mas transformá-lo. Diante do quadro instituído, a produção autônoma do conhecimento novo, tal qual citado aqui, era improvável.

A participação internacional na condução das políticas para o ensino superior no Brasil indica o quão isto é distante da universidade enquanto a heteronomia for mantida. A visão de utilidade da ciência e de lealdade aos governos de plantão vão

reconfigurando a universidade e a produção científica. Diante do sistema capitalista, a utilidade da produção científica não está direcionada para a superação dos problemas da humanidade, sua utilidade principal é atender ao capital. E isto se torna mais preponderante quando se trata da universidade de um país de capitalismo dependente.

### Segundo Leher

O *modus operandi* do Estado brasileiro configura um determinado modelo de privatização, guardando forte similaridade com as políticas do Banco Mundial para a educação latino-americana e, particularmente, para suas universidades. Em essência, o banco determina que o modelo europeu de universidade – estatal, autônoma, pública, gratuita e baseada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – não é compatível com a América Latina. O eixo dessa política, no presente momento, não é a transferência de instituições públicas para mantenedoras privadas ou a cobrança de mensalidade *tout court* na graduação, mas a implementação de *determinado modelo de autonomia, em moldes neoliberais*, para que o poder do mercado possa, ele mesmo, determinar todas as dimensões da universidade: cursos, tempo, trabalho, docência, pesquisa etc. Com efeito, a autonomia, na formulação de Hayek, permite que a razão última da universidade seja determinada pelo mercado. Essa concepção de autonomia *desinstitucionaliza* a universidade, transformando-a em *organização social* que, entretanto, já começa a se configurar como nova instituição que não poderá merecer o nome de *universidade*. (2001, p. 155) (grifos do autor)

Embora o exercício das atividades na universidade baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja um dado requerido para o reconhecimento de excelência no ensino superior, algumas ideias de flexibilização desta indissociabilidade têm, ao longo da história da universidade, se apresentado. Os debates que ocorreram em decorrência da reforma universitária, de 1968, apresentam um ensino superior com duas ramificações: uma pequena parte estruturada a partir do par ensino-pesquisa e, a maior delas, instituições sem pesquisa relevante ou mesmo sem qualquer pesquisa, notadamente entre as privadas. Não há dúvida de que há contradição entre universidade e separação do trabalho intelectual e manual. No entanto, em países de capitalismo dependente, onde a construção do conhecimento não é autônoma, pode-se considerar esta contradição uma real possibilidade.

Poderíamos, grosso modo, definir as universidades, criadas a partir do Decreto-Lei nº 5.540/1968, como espaço de preparação de profissionais e técnicos executores do conhecimento. Isso não significa que a referida lei tenha obstaculizado a articulação ensino-pesquisa das universidades, entretanto, na prática, a expansão articulada no âmbito do Conselho Federal de Educação foi fundamentalmente privada. Configurou-se, assim, a divisão entre o trabalho manual e intelectual dentro de espaços

universitários. A produção científica livre e dedicada a resultar em um conhecimento novo deve estar à disposição da melhoria de vida da maioria da população do mundo. No entanto, utilizar a formação para resultados imediatos, dando à universidade apenas a tarefa de formar uma mão-de-obra qualificada, só terá utilidade para aqueles que veem na universidade um espaço de construção profissional apartada da produção científica. Esta retórica em torno da devolução à sociedade de suas produções e resultados e conhecimentos aproxima-se da visão de Bentham e Mills sobre o utilitarismo.

Vale insistir no debate sobre a utilidade da ciência e a busca do conhecimento novo, a busca de uma nova verdade. Obviamente a construção deste conhecimento deve em sua essência estar direcionado à resolução dos problemas da humanidade por uma melhor condição humana. Entretanto, isto não significa uma utilidade direta, um resultado imediato. Resultados imediatos são buscados, via de regra, pelo capital que utiliza a universidade como espaço de produção de saber que garanta sua manutenção e sua reprodução.

Por suposto, a separação entre o ensino, a pesquisa e a extensão não cumpre um papel positivo na construção do conhecimento. Ademais, contribui de maneira concreta para a divisão do trabalho manual e intelectual no âmbito universitário, comprometendo assim sua função social. Não se pode deixar de fora deste contexto o espetacular crescimento do ensino privado no período da ditadura militar, muito menos deixar de ressaltar a conformação deste ensino e a quem estava direcionado. A luta do movimento estudantil por mais vagas é atendida com políticas de bolsas em universidades privadas, potencializando sua participação no ensino superior e contribuindo para a divisão da formação para o trabalho manual e intelectual em seu âmbito. A defesa do público na educação desvela outra contradição: a relação entre o *público e o privado*, provocando a necessidade de definição do que é o público em um país de capitalismo dependente, onde as políticas particularistas afloram e tomam corpo a todo momento.

Cabe ressaltar que todas estas políticas que alteraram para pior a já deficiente universidade não se configuraram por uma imposição externa somente. Havia articuladores nos *campi* atuando para o convencimento da comunidade científica e estes compunham o campo intelectual da universidade. Em muitos momentos, através de sua ‘autoridade científica’, assumiam a representatividade do corpo docente daquela instituição. Aliás, nossa hipótese é que tais atuações garantiam a permanência destes mesmos articuladores no topo da hierarquia do campo do saber. Embora propagada

como universidade pública, as universidades financiadas pelo Estado no Brasil deixam muito a desejar neste campo. A composição de um campo de intelectuais que ocupam o topo do poder nos *campi* e são subordinados às políticas governamentais demonstra que está longe de se ter de fato uma universidade pública, onde os interesses particularistas não tenham espaço.

Uma das maiores representações da quão não pública é a universidade no Brasil são as definições de critérios para o financiamento de pesquisa através das agências. A metodologia aplicada para a obtenção e distribuição deste tipo de financiamento corresponde a uma forma extremamente particularista, pois são definidas de forma a garantir o financiamento prioritário das atividades de pesquisa que tenham relevância para as políticas desenvolvimentistas, embora camufladas pelo principal elemento que define as políticas particularistas na educação: a meritocracia. Tal meritocracia carrega a marca do privado, ou seja, pertence somente a alguns (fundamentalmente localizados nos centros de maior prestígio e poder) e este pertencimento pode ser perpetuado mantendo os detentores do ‘mérito’ responsáveis pela definição de critérios desta meritocracia.

Robert Merton (1968) define como *Matteus Effect*<sup>14</sup> a tendência de cientistas famosos obterem mais crédito do que cientistas menos famosos, mesmo em se tratando de trabalhos similares e de mesma qualidade. O Efeito Mateus, na tradução para o português, pode ser verificado a um olhar superficial sobre os organismos coordenadores da pesquisa no Brasil e suas políticas de avaliação. Também é possível identificar a relação mantenedora, promovida por esta lei, nas políticas de financiamento da pesquisa e na hierarquia entre os pesquisadores e pesquisas.

Cotejando a posição apresentada por Fernandes com o estudo de Bourdieu sobre o campo científico, verificamos que enquanto Fernandes aponta o pesquisador em uma relação inerente à sociedade e que pode, por isso, assumir a responsabilidade de encaminhar a pesquisa na direção de questões relevantes para ela, Bourdieu (1983) aponta o campo científico tal qual a luta de classes, um campo de disputa onde a relação

---

<sup>14</sup> A expressão alude a um versículo do Evangelho segundo Mateus (25:29) — "Porque a todo o que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado" - e foi cunhada por Merton para representar a propensão da área científica a concentrar em poucos agentes os recursos materiais e humanos.

política e acadêmica são fatores determinantes para a hierarquização do campo do saber, concedendo-lhe autoridade científica. Um dos principais elementos para a constituição desta autoridade se refere aos espaços onde a formação acontece. O prestígio adquirido nos espaços reconhecidos tende a desencorajar possíveis intenções contra a ordem científica estabelecida, buscando gerar um campo controlado que não estimula a constituição de novas descobertas. O mesmo autor observa que estas inquietações normalmente serão encontradas longe do prestígio dos grandes espaços acadêmicos, são os intelectuais que se encontram à margem nestas instituições que irão provocar a busca do conhecimento novo.

Em seu esforço de reflexão original, diz Lewis Feuer, Einstein foi apoiado por um estranho pequeno círculo de jovens intelectuais, cheios de sentimentos de revolta social e científica própria de sua geração e que formavam uma contracomunidade científica fora da instituição oficial, um grupo de boêmios cosmopolitas levados, nesses tempos revolucionários, a considerar o mundo de uma maneira nova (FEUER apud BOURDIER, 1983, p. 140).

Apesar do reconhecimento que investimentos financeiros e políticos feitos à pós-graduação, à produção científica e à universidade geraram um crescimento em critérios quantitativos, observa-se que ao colocar este dado no contexto da relação política e econômica por qual passava o país naquele momento é impossível identificar qualquer avanço. Se a observação for acrescida da situação de parceria instituída entre as frações burguesas locais e os países centrais e sua réplica dentro dos *campi* com o objetivo de adequar a universidade, a pós-graduação e a produção científica às políticas desenvolvimentista elaboradas em comum acordo com as agências estadunidenses, a resultante é que de fato este processo se configurou em uma grande derrota da autonomia da produção científica no Brasil.

As políticas de realocização de países no pós-guerra geraram a pressão por parte das economias centrais em alinhar países periféricos sob seu domínio, provocando políticas para um desenvolvimento subordinado. Para tanto, políticas de financiamento dos organismos internacionais e de cooperação internacional não promovem real transferência de conhecimento. E, não menos significativo, essa heteronomia conta com o apoio das frações burguesas locais e com parte da comunidade científica. Resultou desse processo, como argumentado na presente dissertação, políticas de grande importância para consolidar um processo de subordinação e de heteronomia que persiste nas universidades e nas políticas de C&T até a atualidade.

### **CAPÍTULO 3**

## **A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM UM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE**

### **A formação do ensino superior marcada pela ambiguidade**

Os estudos de formação superior se estruturam no Brasil junto com a Corte portuguesa em 1808. As primeiras faculdades criadas, Medicina e Direito, destinavam-se a atender às necessidades da Corte no que tangia a aquisição de conhecimento para administrar o poder e mantê-lo sob seu controle. No entanto, estes espaços não tinham características de universidade, tratavam-se de escolas superiores isoladas destinadas à formação de uma burocracia capaz de gerir o novo Estado que começava a ser gestado. Importante verificar que, desde o seu surgimento, o ensino superior foi marcado pela divisão da sociedade em classes sociais e das necessidades estipuladas pela classe dominante. Segundo Cunha (1986)

Numa formação social, concebida historicamente, não se encontra apenas um saber, mas vários: esquematicamente, os saberes dominantes (das classes dominantes) e os saberes dominados (das classes dominadas). Todo ensino, operando necessariamente por meio de um aparelho escolar, propõe-se a ministrar um saber dominante, mas não todos os saberes dominantes. Eles estão hierarquizados, de modo que há saberes dominantes inferiores (por exemplo, o domínio da lei e da escrita na língua dominante) e saberes superiores (por exemplo, o domínio das práticas letradas mais complexas e da filosofia com e sem aspas). (pag. 18)

Este autor propõe este debate e alerta que não se deve pensar que a função de ensinar um saber dominante se faz sem contradições. Para ele o próprio conteúdo do ensino, mesmo enquadrado no saber dominante, pode contribuir para dissolver esse saber e as relações que o colocam nesta posição. Portanto, o ensino superior, como os demais processos de formação, sempre estarão sob o controle dos dominantes, porém nunca se livrando das contradições que a aquisição do saber provoca. É notório também que as disputas interclasses e entre os aparelhos de poder vão interferir na definição do saber 'mais dominante'. As estratégias criadas para as conjunturas econômicas e políticas interferem diretamente na estrutura do processo educacional a ser estabelecido.

Com esta abordagem não negamos de forma alguma a visão de sociedade definida pela divisão em classes sociais. No entanto, a busca conjuntural de entender os rearranjos da classe dominante para permanecer no poder pode ser decisiva para a luta

da classe dominada. Neste escopo se inscreve a luta pela definição das políticas educacionais no Brasil. As tentativas da classe dominante de conciliar políticas divergentes foi um dos elementos importantes para que não se permitisse que a educação no Brasil tivesse um perfil notadamente definido. Todos acreditavam que ela estava definitivamente relacionada com a possibilidade de progresso, no entanto, as ambiguidades nas políticas educacionais provocadas pelas conciliações de políticas por vezes contraditórias nunca permitiram a constituição de um perfil academicamente reconhecido.

Indubitavelmente esta falta de clareza nas políticas de educação está relacionada com o fato do estabelecimento do capitalismo no Brasil não ter provocado uma revolução burguesa na acepção exata do conceito. Nos referimos aqui à formulação de Florestan Fernandes. Para ele, *uma revolução burguesa denota de um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial* (Fernandes, 2005, p. 239). Não foi assim que ocorreu no Brasil. Longe de se comportar como uma referência de modernidade para o Estado, a burguesia brasileira se relaciona com tudo o que lhe oferece vantagens, independente de ser moderno ou arcaico, nacional ou estrangeiro, estatal ou privado. Não há um projeto de avanço da nação ou de constituição de um Estado forte, o que se constitui é uma adaptação aos processos de acordo com o ganho através da consolidação de uma autocracia de dominação burguesa que contou com o acordo tácito de todos os setores da elite brasileira, inclusive com os liberais, mesmo que isso parecesse ferir os princípios de liberdade e do Estado representativo.

as concepções liberais e republicanas, apesar de suas inconsistências e debilidades, tornavam essa autocracia social e de fato um arranjo espúrio, já que ela entrava em contradição com os valores ideais e com os requisitos formais da ordem existente. A racionalização atenuavam as implicações práticas da contradição (representada por alguns como “empecilho para o progresso” e entendida pela maioria com um “mal necessário”); mas não eliminavam nem a existência nem a germinação do conflito axiológico resultante. (FERNANDES, 2005, pag. 243,244)

Não causa estranhamento o fato de que a criação da universidade no Brasil tenha provocado polêmicas importantes entre a Igreja e os liberais. Para a Igreja, a educação era um dos mecanismos principais de manutenção de seu poder. Além de utilizar o aparelho escolar para a disseminação de sua fé, a argumentação se desenvolvia no

campo doutrinário, apontando a precedência da Igreja e da família em relação ao Estado em matéria de educação (Saviani, 2007). Além disso, as escolas confessionais sempre estiveram imbricadas no debate sobre o público e o privado na educação. Segundo Cunha (1986), a Igreja Católica naquela época correspondia a *um setor da burocracia do Estado com amplas atribuições, algumas bastante distantes do campo propriamente religioso*. (pag.79)

Já no campo dos liberais não havia somente uma proposição. Unidos pelo discurso da liberdade e do progresso, o que se contrapunha à Igreja, se dividiam em duas concepções de modernização. Um grupo considerava que o projeto para o ensino superior deveria ter o intuito de formar uma elite dirigente ilustrada, que provocasse o ingresso no país na modernidade política. O outro optava pela tecnocracia, de forma a atingir a modernização por fora de qualquer projeto emancipatório para o país.

Para um grupo, o modelo germânico seria o único capaz de trilhar o caminho da liberdade acadêmica por se basear em princípios básicos da construção de uma universidade forte a partir da formação através da pesquisa, da indissociabilidade do ensino e pesquisa, da autonomia e da liberdade da administração da instituição e da produção científica, da relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade. Esta Universidade que, segundo *Humboldt*, tem a finalidade de enriquecer moralmente a Nação e o indivíduo combinando ciência objetiva e formação subjetiva (HUMBOLDT, 1997, p.79). Para o outro grupo, o modelo profissionalizante baseado nos projetos da França e do Portugal, conforme as frações burguesas locais, se adequariam mais ao país.

Maria de Fatima de Paula, em seu artigo ‘USP e UFRJ a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações’, aponta que o modelo germânico foi o utilizado na conformação da Universidade de São Paulo, enquanto na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, teria sido adotado o modelo francês, que, embora tenha influenciado vários países na América Latina, além do Brasil, somente pode prosperar na França em virtude da característica de sua revolução burguesa, considerada uma revolução a quente, temperada por elementos jacobinos.

O primeiro estatuto das universidades brasileiras, datado de 1931, está marcado pela ambiguidade de posições sobre qual deveria ser o seu perfil. Francisco Campos, à

época à frente do então Ministério da Educação e Saúde Pública, articulou a criação do estatuto de forma a abolir a possibilidade de contraposições e se imbuíu da tarefa de manter um estado de equilíbrio entre tendências opostas, não promovendo nenhuma brusca ruptura com o já existente. Isto se demonstra quando a grande medida tomada pelo estatuto é definir a estrutura acadêmica sem estabelecer seu perfil. O artigo 5º deste estatuto impõe às instituições superiores a reunião de pelo menos três das quatro seguintes unidades para aquisição de *status* de universidade: Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Faculdade de Direito e Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Segundo Rothen (2008), as imposições definidas nos estatutos eram aquelas que garantiam à Universidade do Rio de Janeiro o seu cumprimento e o posterior reconhecimento como universidade. Isto demonstra que desde os primórdios a visão da constituição do ensino superior nos moldes da tecnocracia, sem a devida valorização à produção de ilustrados, era majoritária.

Embora a autonomia fosse um dos temas centrais para os liberais, a política de conciliação exercida por Campos não a garantia. O mesmo se aplicava ao ensino igualitário e desinteressado, ideal de um setor importante dos liberais que acreditava desta forma desenvolver um alto grau de cultura e intelectualidade pelo menos para as classes dominantes, alterando o espectro arcaico do Brasil. Campos não se contrapunha a esta ideia, que, diferente da primeira, agradaria, se o perfil não fosse definido, aos dois campos liberais. Porém, na prática, seu estatuto não proporciona sequer um solo fértil para a posterior existência de nenhuma das questões apresentadas.

Na defesa dos liberais tecnocratas, a explicação para a não instituição da autonomia era que mesmo que houvesse reconhecimento de que este seria um caminho para a consolidação de um forte e respeitado ensino superior no Brasil, não havia amadurecimento político no Brasil que permitisse alterações de tal monta. Com iguais argumentos, é menosprezada a ideia de articulação e unidade. A imposição da existência de determinados institutos, na forma presente no artigo 5º do estatuto, demonstra que não há intencionalidade de articulação e unidade de fato, somente de centralização a partir de uma reitoria comum, que tomasse para si as decisões administrativas de um quadro de federação de faculdades.

A composição de um campo de ensino superior que combinasse o perfil de formação profissional com a investigação científica também não se concretiza. A indissociabilidade entre ensino e pesquisa fica secundarizada quando a investigação

científica só está prevista na fase posterior à formação profissional. Ainda como medidas que impedem o avanço da universidade, apresenta-se a contradição entre a concepção primeira das atribuições da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que era definida como o espaço de formação dos mais altos níveis de cultura e do espírito de investigação necessários à universidade, com o caráter pragmático da formação de professores. Ou seja, mesmo a faculdade que fugia, em sua concepção, da formação profissional, acaba por adquirir, naquele momento, a responsabilidade mais central neste campo.

Resguardadas as devidas proporções, o Manifesto dos Pioneiros, 1932, também sofre os males das políticas ambíguas e, talvez por isso, não tenha conseguido polarizar e nem constituir mudanças de peso na educação. Dentre as universidades fundadas neste período, chama a atenção que, apesar do manifesto, a criação da Universidade de São Paulo se deu de acordo com as exigências do regime federal de ensino, embora fosse uma universidade estadual, o que lhe garantia flexibilidade na implantação do regime. De outro lado, a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, com uma visão diferenciada e, segundo seus idealizadores, baseada nas ideias da “educação desinteressada<sup>15</sup>”, apontava um novo modelo de universidade que exercitaria algum grau de autonomia. Quatro anos depois de sua fundação, a Universidade do Distrito Federal é fechada. Esta situação demonstra objetivamente que as ambiguidades não convivem por muito tempo, e a correlação de forças é que vai determinar qual política permanece e qual se transforma em letra morta.

O fechamento da Universidade do Distrito Federal contribuiu para o crescimento da Universidade do Rio de Janeiro, que incorporou seus cursos. Esta tinha optado por constituir um rumo de respeito à lógica estabelecida pelo estatuto e por passar ao largo dos debates renovadores da educação e foi transformada, em 1937, em Universidade do Brasil.

A nossa primeira universidade – a Universidade Federal do Rio de Janeiro – data de 1920 [...] ela conservou o caráter elitista do ensino, manteve-se alheia às necessidades da maior parte da população brasileira, e não incentivava o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. (OLIVEN, 1990, p.60)

---

<sup>15</sup> A Faculdade de Filosofia, de Ciências e Letras, a Universidade do Distrito Federal, foi uma tentativa de superação do modelo de simples profissionalização, pois visava o estudo especializado em nível superior, desinteressado, mas que infelizmente não logrou êxito ao tentar romper a tradição tão arraigada de escola superior isolada e independente.

Durante a década de 1940, seguem os debates sobre o projeto de educação. E, mesmo permanecendo diferenças importantes, as ambiguidades continuam a ser a principal metodologia política utilizada. Isto não impedia que políticas formuladas pelos grupos que estavam em melhor localização na correlação de forças interclasses “dessem as cartas” em alguns momentos.

As questões demasiadamente polêmicas vão sendo mantidas em suspenso desde que não ameacem projetos maiores. Este foi o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, formulada por Clemente Mariani, em 1938, que, apesar de provocar muitos debates, ficou devidamente guardada por 23 anos e só foi votada em 1961, quando as políticas de regulamentação da educação se tornaram uma necessidade premente. O debate principal do período era acerca da escola pública. A Igreja e um setor dos liberais eram os grandes defensores da escola privada, enquanto um importante setor também liberal e anteriormente organizado em torno ao Manifesto dos Pioneiros era o defensor da escola pública. Durante esta década, o tema “Escola Pública” era o carro-chefe das polêmicas que envolviam os modelos antagônicos de educação.

O tema educação passou a configurar os grandes debates mundiais, seja para utilizá-la em nome da paz, seja em nome do desenvolvimento e da busca de uma melhor localização internacional político-econômica. O Brasil foi instado a participar deste processo, e a universidade passa a ser o espaço definitivo de produção científica para o projeto nacional-desenvolvimentista. Nas palavras de Humberto Bastos, inaugurando a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a preocupação em relacionar o tema educação com a reconstrução do mundo.

A ninguém escapa o fato de que a reconstrução do mundo, em bases mais sólidas, impõe a conseqüente reconstrução dos sistemas educacionais de todos os países. É por este motivo que o esforço de planejar semelhante reconstrução educacional torna-se cada vez mais urgente à medida que se aproxima o fim da presente guerra. Tal esforço é tão complexo e reclama tanto estudo, que não pode ser adiado para o último momento, nem ser confiado a improvisadores. (BASTOS, 1944)

Esta nova situação exige um projeto educacional que utilize a universidade como espaço de qualificação de uma mão-de-obra exigida pelo capital desenvolvimentista, o que agravava a situação da universidade brasileira, que nunca conseguiu ter seu perfil claramente definido – mas corrobora com a ideia de universidade defendida pelos liberais tecnocratas. Dificultando a situação, a mão-de-

obra solicitada era de áreas diversificadas nos vários níveis de ensino, o que aumentou a complexidade para a elaboração de um projeto de educação.

O caráter profissionalizante passa a ser a característica principal e fundamental da universidade brasileira, ao mesmo tempo em que Anísio Teixeira assume um papel importante em órgãos da educação (presidência do Inep – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e coordenação da Capes – Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sendo ele um dos defensores e articuladores da luta pela escola pública e desinteressada e do preceito da autonomia universitária.

Entretanto, ao contrário disso, entre o ideal e o real encontrava-se um abismo, as contradições próprias de uma sociedade de classes. Após um breve período em que, com a ajuda de “einentes professores estrangeiros”, se procurou pôr em prática um projeto de universidade voltado para a integração de todos os ramos do saber, para a pesquisa e para os estudos desinteressados, após 1938, o caráter profissionalizante passou a predominar; a universidade foi-se desviando dos rumos traçados. (ORSO, 2007)

Este é um dos momentos em que reinou a política de ambiguidades. Um dos principais representantes do grupo de liberais, que discursavam a favor da autonomia e do ensino superior capaz de formar uma elite de ilustrados, passa a presidir e coordenar órgãos importantes para a educação superior justamente quando a sua política para as universidades é definitivamente derrotada.

Observa-se que a consolidação do ensino superior sob uma regulamentação é um movimento objetivo na década de 1950. As poucas instituições de ensino superior que foram criadas em 50 anos, em dez anos foram adaptadas às exigências do estatuto de 1931, além da criação de novos institutos de pesquisa e universidade. Conforme tabela abaixo.

ATÉ 1949		
1909	Universidade Federal do Amazonas	1909 - Escola Universitária Livre de Manaós, 1926 - Desmembrada 1964 - Universidade Federal do Amazonas
1912	Universidade Federal do Paraná	Desmembrada durante a I Guerra e retomada em 1950
1914	Universidade Federal de Alfenas	1914 - Escola de Farmácia e Odontologia 2005 - Centro Universitário Federal 2011 - Universidade Federal em
1920	Universidade do Rio de Janeiro	1920 – Universidade do Rio de Janeiro, 1937 – Universidade do Brasil, 1965 – Universidade Federal do Rio de Janeiro
1922	Universidade Federal de Viçosa	1922 – Escola Superior de Agricultura e Veterinária; 1946 – Universidade Federal Rural do Estado de Minas 1969 – Universidade Federal de Viçosa
1927	Universidade Federal de Minas Gerais	1927 – UMG era privada e financiada pelo governo do Estado 1949 - Universidade Federal de Minas Gerais
1934	Universidade do Estado de São Paulo	

<b>1934</b>	Universidade Federal de Rio Grande do Sul	1934 – Universidade de Porto Alegre; 1947 – Universidade do Rio Grande do Sul; 1950 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>1946</b>	Universidade Federal da Bahia	1908 – Primeiro curso universitário do Brasil.
<b>1946</b>	Universidade Federal de Pernambuco	1946 – Universidade do Recife; 1965 – Universidade Federal de Pernambuco
<b>1947</b>	Universidade Federal Rural de Pernambuco	1912 – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
<b>APÓS 1950 E ATÉ 1959</b>		
<b>1950</b>	Universidade do Estado da Guanabara	1975 – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<b>1950</b>	Universidade Federal do Paraná	
<b>1950</b>	Instituto Tecnológico da Aeronáutica	
<b>1951</b>	Instituto Nacional Matemática Pura e Aplicada	
<b>1953</b>	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1953 – Faculdade de Medicina do Triangulo Mineiro 2005 - Universidade Federal do Triangulo Mineiro
<b>1954</b>	Universidade Federal do Ceará	
<b>1954</b>	Universidade Federal do Espírito Santo	1954 – Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado; 1961 – Universidade Federal do Espírito Santo.
<b>1956</b>	Escola Paulista de Medicina	1933 – fundação 1956 – federalização
<b>1957</b>	Universidade Federal do Pará	
<b>1959</b>	Instituto Militar de Engenharia	

Tabela 1 Elaboração da autora a partir de informações recolhidas nos portais das universidades.

Apesar de as políticas ambíguas aplicadas à universidade não permitirem sua definição, até o fim da primeira metade do século XX o número de universidades públicas era de 11 instituições de ensino superior. Nos dez anos seguintes, este número subiu para 20, incluindo três institutos, dois deles, militares. Efetivamente ganha corpo as políticas educacionais que possam ser consideradas investimento ao nacional-desenvolvimentismo. O Brasil não tinha uma história consolidada na pesquisa científica, aliás, naquele momento, poucos países do mundo tinham sequer um número de universidades que atendessem a demanda. É a partir da consolidação das universidades e da criação dos conselhos de pesquisa na década de 1950 que se inicia o processo de consolidação de C&T no Brasil.

### **O crescimento do ensino superior marcado pela heteronomia**

Além do crescimento considerável no número de universidades públicas brasileiras, como pode ser verificado na Tabela 1, em 1950 inicia-se o intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores através de convênios com escolas e universidades norte-americanas. Dá-se o início da institucionalização de uma nova política que busca estabelecer um polo de apoio ao nacional-desenvolvimentismo. Para atingir este objetivo, a produção científica não pode estar livre do controle do Estado,

reconfigurando definitivamente a relação Estado-ciência. As parcerias econômicas e educacionais entre os governos estadunidenses, brasileiros e as frações burguesas locais foram o esteio da política desenvolvimentista traçada no país. Foi nesse contexto que certas frações burguesas locais, em geral segmentos vinculados à indústria, mas também militares e liberais influenciados pelo modelo estadunidense de universidade, presentes no bloco de poder liderado por Vargas, sustentaram a criação de conselhos para organizar e estimular a pesquisa de acordo com as necessidades do desenvolvimento em nome do progresso.

A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1948, foi um elemento substancial na mudança do tratamento destinado à pesquisa científica no Brasil. Intelectuais e cientistas brasileiros tomam a iniciativa em constituir a sociedade objetivando fortalecer a pesquisa brasileira. O desejo de consolidar o conhecimento e realizar a produção científica era latente. No entanto, a correlação de forças realmente presente na sociedade, já crescentemente pró-capitalismo monopolista, limitou fortemente a opção das frações burguesas locais reformistas e do grupo de liberais em prol do desenvolvimento da ciência autônoma. A aliança com setores militares nacionalistas foi, certamente, relevante para a consolidação do CNPq e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, criando novas bases para a pesquisa nos países. Entretanto, os avanços foram consideravelmente mais tímidos nas universidades públicas federais, em especial em virtude dos recursos limitados. O apoio das frações burguesas vinculadas à indústria, afinal, não se confirmou, a despeito da reivindicação de muitos cientistas conceituados.

Cesar Lattes, em entrevista a um jornal carioca, publicada na Revista Ciência e Cultura, demonstra sua preocupação com a instalação da ciência no Brasil e espera contar com o apoio de grandes capitalistas para desenvolver determinados ramos da ciência no Brasil.

O essencial no Brasil é organizar laboratórios onde os nossos cientistas possam trabalhar. Assim, formaremos um ambiente propício às pesquisas científicas no país e poderemos convocar técnicos estrangeiros que nos ministrem ensinamentos. Sei de muitos cientistas norte-americanos que gostariam de vir ao Brasil com esse propósito.

Nos Estados Unidos, na Inglaterra, em todos os países adiantados, tanto o governo como as entidades privadas interessam-se profundamente pelo desenvolvimento das pesquisas. Dos laboratórios, em grande parte, chegam as soluções para os grandes problemas da atualidade, o bem estar presente e o futuro. **Se diversos capitalistas se reunissem e patrocinassem a construção**

**de um grande laboratório de pesquisas nucleares, estariam conquistando um lugar na história do desenvolvimento científico, estariam se imortalizando.** <sup>16</sup>(grifo nosso)

Observa-se que mesmo em uma entidade não ligada à estrutura governamental a visão da colaboração de corporações como possibilidade de avanço científico vai sendo assimilada como prática necessária. Esta declaração de Lattes é feita antes da criação dos conselhos, estes sim ligados às estruturas do Estado: o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq foi criado em 1950 e destinado quase que exclusivamente à pesquisa nas áreas das ciências exatas, e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes em 1952, que objetivava a formação de um corpo docente capaz de contribuir com a formação de nível superior no Brasil, sem depender exclusivamente de professores estrangeiros.

Pode-se considerar que, já na década de 1950, o setor da educação brasileira havia incorporado muito da ideologia do desenvolvimento. A aproximação de sistemas educacionais de países com economias tão díspares como Brasil e EUA só se explica pela não intenção das frações locais burguesas em consolidar um projeto educacional para o país, de acordo com a sua cultura e com seus anseios, o que coloca toda a sociedade à mercê de uma cultura e de uma política educacional hegemônica.

Contraditoriamente, o discurso disseminado nas escolas e universidades à época era da valorização da identidade nacional. A construção da ideia de que era preciso construir um país moderno para que um futuro melhor fosse o destino irrevogável da população brasileira impregnou também a educação. As universidades eram ao mesmo tempo espaço de disseminação desta ideologia, responsáveis pela formação de uma mão-de-obra graduada e especializada e por realizar a pesquisa em seu âmbito com o objetivo de garantir o fortalecimento científico de um país em direção ao desenvolvimento.

É mister pontuar que mesmo as políticas desenvolvimentistas não obtinham o consenso. Havia um setor das frações burguesas locais que estava convencido de que somente uma política nacionalista de desenvolvimento seria capaz de alçar o país ao patamar de economia desenvolvida, e esta deveria estar calcada na burguesia industrial nacional. Esta posição se enfrentava com o outro setor também burguês ligado ao

---

<sup>16</sup> A organização da Ciência no Brasil por Cesar Lattes publicado na Revista Ciência e Cultura, vol.1 nº1-2. São Paulo, 1949.

latifúndio, que se interessava em exportar *commodities*, assim como com o governo dos EUA, que se interessavam pela importação de nossos bens primários. Mais tarde este confronto ficou definido como a luta entre nacionalistas e entreguistas.

A elaboração das políticas para o desenvolvimentismo do grupo nacionalista era sistematizada a partir do Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão do MEC que organizava o pensamento intelectual, consolidando a ideologia nacional-desenvolvimentista através da industrialização.

As políticas de desenvolvimento não atingiram os objetivos esperados pela maior parte da população brasileira. As frações burguesas nacionais operaram a instalação do desenvolvimento do país através de um elevado endividamento com instituições internacionais e com uma grande produção de moeda, que gerou altos índices de inflação, situação que se transformou em uma bola de neve, provocando mais empréstimos e mais endividamento. A situação econômica diferente da prometida nos discursos de JK só se agrava e a população começa a sentir os efeitos da política de um país de capitalismo dependente.

A ascensão ao poder de João Goulart incomodou setores da fração burguesa brasileira considerados entreguistas e, mais ainda, o governo norte-americano, que via no seu governo abertura para uma via dita nacional-populista, denunciada como a ante-sala do comunismo. Começa a ser gestada outra saída para o Estado brasileiro, uma saída que contemplasse as frações burguesas locais consideradas entreguistas, na verdade afinadas com o capitalismo monopolista e seus aliados internacionais.

Os anos de chumbo iniciados em 1964 foram resultado de muita articulação política. A aproximação com os EUA iniciada após o fim da Segunda Guerra continuava se aprofundando, em especial no domínio militar. Por meio da Embaixada dos EUA no Brasil, os preparativos do golpe foram cuidadosamente acompanhados. A assessoria estadunidense recomendou que os partidários do capitalismo monopolista organizassem um aparato de estudos sociais que se contrapusesse ao Iseb e que se ocupasse de analisar a situação nacional do país nos aspectos sociais, econômicos e políticos. Dreifuss (2008) aponta a constituição do Ipes/Ibad como a consolidação de uma organização de classe burguesa e alinhada aos EUA, definindo-o como intelectuais orgânicos, ou seja, um bloco de interesses econômicos multinacionais e associados com

características político-militar que se arvorou a operar seus interesses como se fossem de toda a sociedade.

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressa para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado.

[...] Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sócias burguesas em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil. Para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria. (DREIFUSS, 2008, p.174)

Para facilitar a aceitação deste grupo pela sociedade como seu representante, o Ipes se apresenta como um grupo técnico e apolítico que se preocupava apenas em avaliar as políticas do governo João Goulart, com o intuito de contribuir para que o Estado retomasse as condições para que o projeto de desenvolvimento do país lograsse êxito. Assim, a presença de intelectuais estadunidenses nos fóruns que organizavam a política do país foi sendo cada vez mais comum e cada vez mais aceita sem estranhamento. A presença estadunidense no país não se resumia à articulação política. Além dos investimentos de multinacionais e negócios entre os países, na educação foi frequente a presença de intelectuais nos fóruns que produziam as políticas para o setor. Não eram poucas as fundações norte-americanas envolvidas com financiamento de pesquisa brasileira.

O financiamento dedicado às pesquisas pelos governos militares e por organizações internacionais consolidaram e estimularam a abertura de vários cursos de pós-graduação. Em 1965, a Revista Ciência e Cultura publicou que, segundo informações do *Defense Research Office*, cuja sede estava instalada no Rio de Janeiro, os investimentos das organizações americanas no Brasil nos últimos quatro anos foram da ordem de 13.703.576 dólares, isto numa época em que nem sequer havia orçamento para pesquisa no Brasil.

<b>FIRMAS</b>	<b>DOAÇÕES ENTRE 1959 E 1963<sup>i</sup></b>
<b>Ford Foundation</b>	\$ 3.955.000
<b>Rockefeller Foundation</b>	\$ 1.850.983
<b>Kelling Foundation</b>	\$ 592.157
<b>U.S. Air</b>	\$ 313.300
<b>United Nations – Technical Assistance</b>	\$ 6.502.200
<b>U. S. Departmente of Agriculture</b>	\$ 248.838
<b>usoNat. Institute of Health</b>	\$ 132.478
<b>Department of Defense</b>	\$ 96.320
<b>Atomic Energy Commission</b>	\$ 12.300

Tabela 2. Informações obtidas na Revista Ciência e Cultura da SBPC, 1965, vol.17, nº1.

O período pré-reforma e a consolidação dos acordos MEC Usaid talvez tenha sido o momento brasileiro onde mais se contou com a presença de estrangeiros nos fóruns que construíam as políticas para a educação. A participação estrangeira foi decisiva para ajustar as políticas de reforma ao modelo estadunidense. Com efeito, os anos 1960 foram muito importantes para a consolidação das políticas para a educação no Brasil e, em particular, para o ensino superior e para a pesquisa científica. A regulamentação e o financiamento organizado em parceria com as agências internacionais foram os caminhos traçados para consolidar o ensino superior e a pós-graduação no Brasil.

Diante deste quadro, a questão que nos absorve é buscar investigar o curso traçado pela pós-graduação e pela pesquisa e a consolidação do novo processo de financiamento da pesquisa, onde o financiamento de agências internacionais e de fundações privadas já se iniciava, desmistificando a ideologia do desenvolvimento, a participação dos intelectuais estadunidenses nos fóruns de elaboração das políticas educacionais e a composição do campo científico nos órgãos reguladores da pesquisa. Um olhar somente quantitativo chega facilmente a um resultado positivo, porém não verifica as contradições envolvidas no aumento do número de cursos de pós-graduação, no contexto do golpe civil-militar apoiado pelos EUA, um elemento importante que não pode ser apartado de nosso objeto.

A partir deste momento, a ideia de universidade autônoma tal como propunha Fernandes é abandonada. Nenhum modelo europeu atende à necessidade vista nem pelo governo brasileiro e nem pelos formuladores de políticas educacionais brasileiros e estadunidenses. O modelo estadunidense é a regra a ser seguida pelas instituições superiores de ensino. A busca cientificamente autônoma da verdade é substituída pela ciência útil que possa produzir resultados imediatos para as políticas desenvolvimentistas. Políticas são traçadas para o ensino superior com o intuito de consolidar o formato estadunidense de universidade, o que se tornou uma tarefa fácil diante da fragilidade da institucionalização do ensino superior no Brasil e da consideração de que o modelo germânico era incapaz de auxiliar o desenvolvimentismo. Este processo acontecia ao mesmo tempo em que o crescimento quantitativo do ensino superior apresentava seus primeiros dados positivos.

### **A consolidação do ensino superior heterônomo marcado pela autocracia**

Com efeito, a reforma de 1968 não foi um ato isolado e muito menos inesperado. Desde o início da década de 1960, pode-se afirmar que a reforma vinha sendo gestada. Vários momentos importantes na política brasileira constituíram um campo fértil para que a elaboração de políticas para o país fosse concebida pela forma de colaboração entre o Brasil e os EUA. Não seria ousado afirmar que desde os anos 1930 vêm se afirmando a ideia de aproximação do sistema educacional brasileiro aos de países centrais e, a partir de 1950, mas especificamente ao modelo estadunidense. As políticas desenvolvimentistas aproximam estes dois países, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista cultural. No entanto, a ascensão de Jango ao poder, após a renúncia de Jânio Quadros, desperta nas frações burguesas locais e, principalmente, no governo norte-americano o alerta em relação ao perigo de expansão do comunismo recém-chegado a Cuba. A aproximação é bastante intensificada.

O acirramento nos debates sobre as chamadas "reformas de base" – agrária, bancária, urbana, universitária e tributária, promovidas pelo governo Goulart – incitou nos membros do IPES a percepção de que o país marchava inexoravelmente para o comunismo e que cabia aos "homens bons" a interrupção desse processo.<sup>17</sup>

Intelectuais estadunidenses atuavam em várias frentes. Desde a participação direta de representantes nos principais órgãos formuladores de políticas para o país, como pode se perceber no caso do Ipes e dos grupos de trabalho sobre educação instituídos a partir dos anos 1960, passando pela intervenção nos países a partir da pesquisa, em particular da pesquisa em ciências sociais, como no caso do *Projeto Camelot*<sup>18</sup> no Chile, ou diretamente financiando e apoiando golpes militares, como se deu em quase toda a América Latina.

<sup>17</sup> A trajetória de João Goulart, CPDOC-FGV

<sup>18</sup> A seguinte descrição do *Projeto Camelot* foi lançado em 1964, através do Gabinete do Diretor do Escritório de Operações Especiais de Investigação – Soro da *American University* de Washington, DC para estudiosos que se interessassem no estudo de potenciais de guerra e que estavam sendo convidados a participar de uma conferência a se realizar em agosto de 1965. Datada de 4 de dezembro de 1964, é uma versão resumida de um conjunto maior de documentos disponibilizados em agosto de 1964 e em dezembro de 1964. Nesta versão, o *Projeto Camelot* é descrito como um estudo cujo objetivo é determinar a viabilidade de desenvolver um modelo geral dos sistemas sociais que tornam possível prever e influenciar aspectos politicamente significativos de mudança social nas nações em desenvolvimento do mundo. Objetivos centrais: definir procedimentos para avaliação do potencial para a guerra interna no seio das sociedades nacionais; identificar, com graus crescentes de confiança, as ações que um governo pode tomar para aliviar as condições que são avaliadas como dando origem a um potencial para guerra interna; e, finalmente, para avaliar a viabilidade de prescrever as características de um sistema para obter e usar as informações essenciais necessárias para fazer as duas coisas acima.

Após reação de intelectuais chilenos o projeto foi suspenso sem maiores explicações, conforme publicado no Diário Carioca em 1965. Ver Anexo 1.

Um olhar superficial pode nos levar a considerar que o Brasil vivia uma situação de dependência e que a burguesia brasileira era débil e poderia ser facilmente enganada. Tal como Fernandes, consideramos a relação entre as frações locais burguesas e as burguesias dos países centrais, em particular o caso Brasil e EUA, não como dependência, mas, antes, como uma parceria voltada a garantir lucros para as duas partes. Analisando estas articulações, pode-se ver o perigo que se encontrava o país mesmo antes da política truculenta utilizada nos anos de chumbo. Aliás, estas articulações sedimentaram o caminho para que a truculência contasse com o apoio de um setor civil importante da sociedade. A aproximação das políticas administrativas de Estado com a ciência, em particular as ciências sociais, são de fato um perigo para a sociedade envolvida e para a ciência. Horowitz, em artigo sobre a relação da Universidade de Michigan e a CIA, aponta a questão,

[...] Se as universidades começam a se comportar como adjuntos à política administrativa, teremos avançado muito no sentido do tipo de relacionamento entre a ciência social e política administrativa pública que se obtém nos Estados totalitários: um relacionamento entre os comandos governamentais e a obediência científica àqueles comandos. As tensões criadoras que têm tradicionalmente caracterizado as conexões entre a ciência e a política administrativa ter-se-ão dissolvido em um paroxismo final de mútuos reforçamento e celebração. E, naquela altura, a questão será a vida e morte da ciência social, antes que a vida e morte de qualquer projeto misantrópico isolado. (1967, p.65)

Esta realidade não é uma novidade entre cientistas estadunidenses. No Brasil, a política para a sociedade passa a contar com esta parceria, em particular para as questões mais íntimas da educação brasileira. Os anos 1960 iniciam sob muita conturbação e as articulações trabalhavam duríssimo para que novas leis regulamentassem as mudanças que os cientistas estadunidenses queriam imprimir ao país. Prima o fim da ambiguidade, pois para a implantação dos projetos intencionados pelo setor da fração burguesa local que estava, naquele momento, ‘dando as cartas’, era necessário que as leis e a sociedade tivessem clareza dos ideais que estão sendo determinados. A ambiguidade não era uma rota segura.

Inicia-se o que denominamos força-tarefa para regulamentar um novo sistema de educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, formulada por Clemente Mariani na década de 1940, é retirada da gaveta com o substitutivo Lacerda, que a reformulou para atender aos reclamos dos privatistas e da Igreja Católica, substitutivo afinal aprovado em 1961.

A criação do Conselho Federal de Ensino em 1962, um cavalo de Tróia dos privatistas no interior do Estado, logo após a promulgação da LDB de 1961, foi uma questão decisiva para que as diversas lacunas deixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelo Estatuto das Universidades fossem preenchidas rapidamente em favor do setor privado. O CFE passou a criar políticas para resolver os casos omissos na lei. Com a LDB, a prerrogativa de aferição dos estatutos das universidades deu a este conselho o poder de criar um novo modelo de universidade - uma vez definido o funcionamento, era utilizado o argumento jurídico da jurisprudência que transformava aquela decisão em regra e o conjunto de regras em legislação. Isto não era ingenuidade, estava muito claro para estes intelectuais seus papéis e seu poder.

Não nos devemos confinar ao limitado papel de burocratas procurando em estatuto e regimentos das universidades ou escolas isoladas pequenos defeitos que colidem com a Lei, mas devemos doutrinar, explicar, interpretar e procurar transmitir ao público tais estudos ou explicações, para que possam contribuir para a elaboração da Reforma Universitária Brasileira e, portanto, **é de nossa alçada, quase diria suprema, analisar e procurar modificar toda a legislação brasileira que colida com o desenvolvimento do ensino e sua elevação aos padrões internacionais**, função atribuída pelo Presidente da República a este Conselho no veto do art. 75 da Lei de Diretrizes e Bases. (SILVA, 1963, p. 153-154) (grifo nosso)

Nem com a instalação do governo militar, a metodologia utilizada pelo Conselho Federal de Ensino foi alterada. Eles continuaram a atuar desta forma, o que confirma a ideia de que este Conselho não só apoiava as medidas do golpe como gozava da confiança dos militares. A partir de 1965, avisos ministeriais são enviados ao CFE solicitando pareceres sobre as questões relativas à educação, estes pareceres seriam posteriormente transformados em leis. Assim se deu com várias questões, dentre elas a reestruturação das universidades e a regulamentação da pós-graduação.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e a Comissão Meira Matos eram os principais protagonistas do trabalho de preparação da reforma através dos pareceres. Embora demonstrassem visões diferenciadas sobre o poder do Conselho Federal de Educação, não há dúvidas que atuaram durante todo o período pré-reforma preparando o decreto. Ao longo do período de trabalho da Usaid, a comissão fez um levantamento da situação educacional no Brasil, desde o pré-escolar até a pós-graduação. A Usaid conquistou 'tecnocratas' brasileiros e membros do corpo docente, já que tinha autorização para transitar livremente pelo MEC e levar muitos brasileiros aos Estados Unidos, para realizarem seus cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e outros tipos

de reciclagem. Observa-se que esta interferência pode contribuir para as questões apresentadas por Bourdieu sobre a conformação do campo científico. Estes profissionais e intelectuais obteriam mais *status* neste contexto a partir do contato direto com as instituições de ensino, nas quais devíamos nos espelhar segundo os acordos entre o Brasil e os EUA.

De outro lado, a força-tarefa contava com a ajuda e a presença direta de intelectuais estadunidenses dispostos a verificar os problemas da educação brasileira e contribuir com a construção de um novo projeto educacional, que pudesse acelerar o processo de modernização. Se as universidades brasileiras eram fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico e a superação do atraso e poderiam atuar formando a mão-de-obra e fortalecendo esta ideologia, era preciso obter uma atenção especial do corpo docente para que atuassem como articuladores internos.

As organizações ideológicas como o Ipes se dedicavam a este tema. Em dezembro de 1964, oito meses após o golpe, realizou-se um simpósio sobre a reforma da educação que intencionava redefinir o papel do ensino no Brasil. De junho a setembro de 1965, foi realizado um estudo nas universidades brasileiras procurando verificar acontecimentos e processos que se coadunassem com a perspectiva de modernização, assentada nos pressupostos norte-americanos de racionalidade, eficiência e eficácia das instituições (FÁVERO, 1991, p. 10). Este estudo foi realizado, a convite da Diretoria do Ensino Superior, pelo estadunidense Rudolph Atcon e deu origem ao documento “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, publicado pelo MEC em 1966 e conhecido como Plano Atcon.

Confirmando o fato de que as articulações para as políticas educacionais entre Brasil e os EUA já estavam em voga bem antes deste período, a parte inicial deste documento, o Relatório Atcon, já constava em trabalho apresentado à Universidade de Princeton em 1958, com o título *Outline of proposal for US policy concentration in Latin America on university*. Foi posteriormente publicada em revistas estadunidenses sob o título *The Latin American University* e assumido em 1963 pela Usaid. Atcon foi dos intelectuais estadunidenses o que mais esteve presente nas instituições brasileiras. Antes de realizar este estudo, trabalhou na organização da Capes e como subdiretor do Programa Universitário de 1953 a 1956.

Toda a movimentação de preparação da reforma foi marcada pela execução de contratos com os EUA destinados ao planejamento da educação e execução orçamentária, através dos acordos MEC Usaid, e acompanhada de perto por intelectuais estadunidenses. A Lei da Reforma Universitária – Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 foi a regulamentação destes acordos.

[...] ao analisar o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Ao compará-lo com o Relatório MEC-Usaid para o ensino superior notamos de imediato as grandes semelhanças: a concepção empresarialista da universidade e o paradigma explícito da universidade norte-americana a mostrar o caminho para a brasileira. Em reforça a esse (pré) conceito, o Relatório MEC-Usaid, só publicado em 1969, dizia que a versão preliminar havia sido levada como subsídio ao Grupo e Trabalho da Reforma Universitária. Ainda mais, um dos membros mais influentes desse grupo merecia os agradecimentos dos membros daquele outro pela sua valiosa ajuda. (CUNHA, 1988, pag. 24 e 25).

No caso da pesquisa científica e da pós-graduação, foi o parecer elaborado pelo professor Newton Sucupira, em 1965, que definiu a estrutura organizacional da pós-graduação *stricto sensu* em mestrado e doutorado. Um dos tópicos do parecer aponta sua intenção, *Um exemplo a ser seguido: a norte americana*. Não poderia ser diferente. Os investimentos realizados por fundações estadunidenses influenciaram sem dúvida na definição do modelo usado para a pós-graduação brasileira.

Sendo ainda incipiente a nossa experiência em matéria de pós-graduação, teremos de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para criar nosso próprio sistema. O importante é que o modelo não seja objeto de pura cópia, mas sirva apenas de orientação. Atendendo ao que nos foi sugerido pelo aviso ministerial, tomaremos como objeto de análise a pós-graduação norte-americana, cuja sistemática já aprovada por uma longa experiência tem servido de inspiração a outros países. (PARECER Nº 977/1965)

Para a pós-graduação, o aviso ministerial, ao solicitar sua regulamentação, indica os três motivos fundamentais para a instauração de sistemas de cursos pós-graduados:

formar um corpo docente competente para atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo a elevação dos níveis de qualidade; estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores, e assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (PARECER nº977/1965).

Para enfrentar as resistências inerentes à universidade como espaço de produção de ciência, o governo militar, apoiado pelos empresários, iniciou perseguições e torturas

dentro dos *campi*. Objetivando dar uma cobertura “legal” à ofensiva contra os docentes e estudantes que poderiam “ameaçar o regime”, a ditadura editou inicialmente o AI-5/1968 e, logo a seguir, o decreto nº 477 de 1969, medidas que aumentaram o clima de terror dentro e fora da universidade. As punições eram severas. Aposentadorias compulsórias, afastamentos, prisões e torturas eram a resposta da ditadura àqueles que se rebelavam contra as medidas impostas à universidade. Muitos professores, inclusive a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na voz de seu presidente em 1967, Professor Mauricio Rocha e Silva, defenderam os estudantes que se movimentavam contra a ditadura.

Não importa que ainda haja vozes discrepantes que comparam “estudantes a pulgas e a polícia a elefantes”, porque esses um dia se convencerão da força intelectual da pulga em comparação com a força bruta do elefante. É o que esperamos. Afinal toda a história da evolução do homem foi uma luta da inteligência contra a força desmesurada dos megatérios e mastodontes da história universal.<sup>19</sup>

A defesa de que a universidade como espaço de ciência deve ser acima de tudo um espaço da crítica e de liberdade para a produção científica não era um privilégio da esquerda militante, mas de todos aqueles que entendem a universidade como um lugar da construção do conhecimento novo. Por este motivo, mesmo intelectuais que estavam convencidos do *take off*, que viam a necessidade de transformar nossas universidades em cópia das universidades estadunidenses em nome do desenvolvimento, foram surpreendidos com tamanha violência contra a comunidade acadêmica que se posicionava e contra a liberdade acadêmica. Não todos, havia entre os docentes delatores que foram responsáveis por demissões e afastamentos de colegas e alunos.<sup>20</sup>

Se a regulamentação da pós-graduação e o maior aporte de financiamento fizeram com que, quantitativamente, o número de cursos de pós-graduação crescesse espetacularmente, não se pode deixar de observar como se deu este crescimento e quais foram as perdas provocadas por ele. Sem dúvida, a forma de distribuição de recursos para pesquisa potencializou os problemas na composição do campo científico. Se neste campo o poder acadêmico e político e a hierarquia pré-determinada de campos do saber e de pesquisadores comprometem a produção científica, o estímulo pelo poder de compor conselhos e definir financiamentos de toda a ordem para as pesquisas ‘mais

---

<sup>19</sup> Revista Ciência e Cultura, vol.19 nº3, 1969.

<sup>20</sup> Posicionamento da SBPC sobre a aposentadoria compulsória de docentes brasileiros.

relevantes' iria contribuir, por óbvio, negativamente para o avanço da pesquisa científica.

A contradição estabelecida na prática entre a intenção de aproximar a pós-graduação do formato estadunidense e o desejo de alguns professores e intelectuais de utilizarem a formação europeia como modelo para o ensino superior, em particular quando se tratava da pesquisa, nos provoca a indagação de que mais uma vez a tentativa de regulamentação pode garantir a forma, mas deixa o perfil em aberto, fazendo com que surja um novo modelo, a pós-graduação brasileira, que, com um caráter ambíguo e sem uma autonomia científica, encontra-se ainda distante da possibilidade de contribuir para a resolução dos problemas dos povos.

Do nascimento da universidade, sem um projeto de autopropulsão de desenvolvimento científico capaz de constituir uma sociedade de fato democrática, até a consolidação de um ensino superior com características de heteronomia consolidadas sob a égide autocrática, se deu a consolidação e o crescimento quantitativo da universidade e da pós-graduação. Observa-se não ser possível considerar este crescimento quantitativo como uma vitória da consolidação da produção científica no Brasil. Muito pelo contrário, este processo corroborou para o enfraquecimento da formação científica de nossos pesquisadores e aumentou a dependência da produção científica e tecnológica, em especial em seus nexos com o setor produtivo, o que foi agravado pela continuidade destas políticas na década de 1970, onde o espectro a ser abordado mais profundamente é o do financiamento da pesquisa.

## **CAPÍTULO 4**

### **O FINANCIAMENTO DA PESQUISA EM UM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE**

Nos capítulos anteriores partimos da constituição dos primeiros conselhos de pesquisa no Brasil e da universidade pública, buscando examinar as contradições do processo de criação desse aparato de fomento e da expansão da universidade na produção científica. Argumentamos, também, que a estruturação dos conselhos e das universidades acontece ao mesmo tempo em que as políticas ‘nacional-desenvolvimentistas’ tomam corpo no Brasil, políticas que se tornaram possíveis pela situação política e econômica no mundo após a II Guerra.

A conformação dos conselhos acontece em uma conjuntura de reorganização da economia-mundo. O grau de liberdade dos países capitalistas dependentes foi consideravelmente ampliado no período 1929-1950, possibilitando a industrialização substitutiva e, no período após 1950, os EUA tiveram de efetivar políticas, em alguns países, entre os quais o Brasil, afins ao desenvolvimento, agora em virtude da Guerra Fria. Entretanto, essas políticas eram ainda mais afins ao contexto do capitalismo monopolista, recusando, por suposto, qualquer alteração substantiva na ordem econômica mundial assimétrica operada pela economia hegemônica.

Foram nessas brechas que a expansão da universidade pública foi possível. O desenvolvimento industrial, a constituição de empresas como a Petrobras, a complexificação do Estado, os novos padrões técnicos da agricultura, tudo isso induz à expansão da universidade, pois novos requisitos para a formação da força de trabalho tornam-se imperativos.

A universidade tem grande importância na abordagem da nossa temática em virtude do fato de que a quase totalidade da produção científica no Brasil ocorre nestas instituições. Entender sua frágil conformação e sua consolidação sob a batuta do desenvolvimentismo e das parcerias entre as burguesias locais e dos países centrais é determinante para investigar em que medida o financiamento da pesquisa através dos editais se transformou em um forte indutor da produção científica e compreender o modo como parte da comunidade universitária operou essas políticas.

Outra questão importante abordada nos capítulos anteriores foi o modo como os países centrais, mais especificamente os EUA, em conformidade com as ações de organismos internacionais, em especial pelo Banco Mundial, interferiram e interferem nas políticas educacionais com o intuito de manter a universidade como instituição funcional ao padrão de acumulação do capital em curso, o que envolve, no contexto do golpe civil-militar, forte engajamento na frente ideológica.

O estudo realizado sobre a forma de intervenção dos EUA na educação brasileira no contexto de preparação do golpe e, depois, no período de sua consolidação, colocou em destaque os acordos da Aliança para o Progresso e, já no final dos anos 1960, as novas funções políticas e ideológicas do Banco Mundial no setor de educação a partir do deslocamento de Robert McNamara da Secretaria de Defesa de Estado para a presidência do Banco Mundial. Mais do que uma ação unidimensional, o estudo procurou sustentar que tais formas de colaboração da Usaid e do Banco Mundial somente foram possíveis em virtude do protagonismo das frações burguesas locais que operaram as políticas educacionais em conformidade com a agenda imperialista. As intervenções constituídas neste período não foram poucas e todas tinham a intenção de aproximar o sistema educacional brasileiro do estadunidense, particularmente no ensino superior. Reformadas as universidades, estabelecidas as regras de funcionamento da educação no Brasil, era hora de se colocar em prática as medidas capazes de adequar a universidade ao modelo da modernização conservadora.

No que se refere ao controle político da universidade, o período 1964-1975 foi particularmente repressivo, configurando os anos de chumbo da ditadura civil-militar. A partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que previa maior suporte para a consolidação da pesquisa no país, e no contexto da derrota estadunidense na guerra do Vietnã, se consolidou um novo equilíbrio entre o controle por meios coercitivos e por meios ideológicos, sobressaindo os meios ideológicos e a cooptação de membros proeminentes da comunidade científica.

É importante enfatizar que a ‘distensão’ política contou com o apoio dos EUA, interessados, então, em promover uma saída das ditaduras sem que houvesse alterações de seus fundamentos econômicos. A educação era um meio fecundo para alcançar tal objetivo. Era preciso que intelectuais brasileiros fossem convencidos de que a assimilação de cultura hegemônica era o melhor caminho para o desenvolvimento do país. Como apontado anteriormente, o interesse em operar a ideologia por meio da

educação esteve presente desde o início da ditadura. As palavras de Berle, um dos mais importantes conselheiros de John Kennedy, são claras quanto a isso: *na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semi-educados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais* (COLB; DENNET, 1998 *apud* LEHER, 1999). O que é novo é que a partir do II PND o governo ditatorial irá se relacionar com a universidade de modo mais sistemático, fazendo política desde o seu interior, tensionando seu objetivo de conquistar uma parcela relevante da comunidade para o seu projeto de modernização conservadora. E, conforme nossa hipótese, o manejo da política de financiamento à C&T foi uma estratégia fundamental operada pela ditadura, pois, com isso, passou a ter influência sobre o fazer universitário, direcionando parte substancial da pesquisa aos seus objetivos econômicos e políticos.

### **Decifrando o crescimento da pós-graduação e os novos modelos de financiamento**

Antes de nos debruçarmos sobre o crescimento da pós-graduação é preciso fazer uma pontuação importante. De fato o crescimento quantitativo é um fator bastante relevante e por mais que este crescimento esteja vinculado a uma produção científica dependente não se deve deixar de levar em conta que constituiu políticas de avanços tecnológicos no campo da energia nuclear, da política agrícola, de saúde e de educação. Embora estes avanços tecnológicos e científicos sejam reconhecidos, é importante considerar que os marcos em que se desenvolvem as políticas de C&T não alteram as características de subordinação, e considerando estas uma força motora para a consolidação do crescimento, não há alteração nas características do modelo de capitalismo dependente.

Não há dúvida de que garantir a continuidade da carreira acadêmica com vistas a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico, tanto para a docência quanto para pesquisa ou ainda para a formação de profissionais de alto gabarito, é relevante para distintos domínios estratégicos em qualquer país. A questão a ser equacionada é se as políticas de C&T objetivavam constituir uma ciência criativa e autônoma na busca de superar a difícil situação de vida da maior parte da população da nação ou permanecia seguindo as regras determinadas pelos países centrais para um desenvolvimento científico dependente.

Ignorar que o conhecimento científico e a tecnologia baseada na ciência exigem alta qualificação ou subestimar áreas vitais da pesquisa científica e tecnológica seria o mesmo que anular a relação entre graus de rendimento da universidade e os dinamismos do desenvolvimento. Ao contrário do que muitos pensam a solução do dilema cultural, que assim se coloca, não deve ser procurada nem na acomodação passiva aos centros externos de hegemonia cultural nem na simplificação do conhecimento científico ou tecnológico. Mas em critérios de seleção racional e gradual de objetivos, tanto no ensino e na pesquisa quanto nas aplicações de seus resultados. De início, as seleções sempre produzirão alguns inconvenientes e introduzirão inevitáveis limitações. Como elas são meramente estratégicas, com o tempo elas conduzirão à eliminação progressiva de tais efeitos, permitindo a plena expansão das condições ideais possíveis de um ensino moderno, da pesquisa científica e da pesquisa tecnológica. A partir dessa fase, onde e quando ela for conseguida, deixarão de existir as necessidades estratégicas impostas inicialmente, o que significa que as restrições oriundas do estado de subdesenvolvimento deixarão de ser relevantes e operativas. (FERNANDES, 1975, p.89-90)

A adaptação de nossa cultura universitária à cultura universitária estadunidense não é um processo que tem origem na ditadura. Desde o final dos anos 1950, educadores liberais, influenciados por Dewey, sustentavam positivamente a experiência estadunidense em matéria de educação superior. Contudo, ao ser institucionalizada com a Reforma Universitária de 1968, e, mais especificamente, no caso da pós-graduação, no Parecer de número 977 de 1965, os termos da agenda adquiriram novos contornos que ultrapassam o âmbito estrito da universidade, pois considerações políticas e estratégicas ganharam relevo.

O parecer que regulamenta a pós-graduação pontua que o sistema estava sendo difundido em todos os países como consequência natural do progresso, demonstrando que os limites da graduação já não atendiam às necessidades de um treinamento mais complexo necessário ao desenvolvimento. No caso do Brasil, a não regulamentação de cursos de pós-graduação impedia o avanço neste sentido, obrigando a que muitos setores das ciências e das técnicas somente pudessem obter treinamento avançado em universidades estrangeiras.

Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos pós-graduados a fim de que possamos formar os nossos próprios cientistas e tecnólogos sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação. Em nosso entender um programa eficiente de estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro criador de ciência e cultura. Acrescente-se ainda, que o funcionamento regular dos cursos de pós-graduação constitui imperativo da formação do professor universitário. (Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965).

O mesmo parecer indica sinteticamente três motivos fundamentais que justificam a emergência da regulamentação da pós-graduação. Em primeiro lugar, a necessidade de formar um corpo docente competente para atender à expansão quantitativa do ensino superior de forma a garantir a elevação dos níveis de qualidade; em segundo, preparar adequadamente os pesquisadores para o novo processo que se pretende estabelecer na produção científica e, em terceiro, garantir treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento em todos os setores. A aprovação deste parecer acontece no período em que os acordos MEC - Usaid estão em plena ativação. A interferência dos organismos internacionais na política de regulamentação não pode ser desprezada e no parecer a busca pela aproximação ao sistema estadunidense é concreta.

Não é possível desconsiderar que a Usaid está inscrita nas políticas do Departamento de Estado dos EUA. O modelo adotado não se limitou a determinar a estrutura dos cursos de pós-graduação, mas gerou implicações em sua estrutura ao interferir em seus currículos, em critérios para reconhecimento de cursos a partir da criação de mecanismos de avaliação e da institucionalização dos novos modelos de financiamento da pesquisa. Outro tema que envolveu a regulamentação dos cursos era o acúmulo de trabalho para o corpo docente. Se houve uma intenção de regulamentar os cursos de pós-graduação, o mesmo não se deu com a carreira dos profissionais envolvidos. Embora a regulamentação agradasse a alguns, em particular àqueles que se encontravam convencidos pela ideologia do desenvolvimento e do avanço tecnológico como mecanismo para a sua efetivação, o fato de não ser considerado o aumento da carga de trabalho, a exigência de formação distinta para o exercício da função e o grau de responsabilidade desta nova atividade sem nenhuma contrapartida para a organização da carreira docente e de pesquisador desagradou o corpo de cientistas brasileiros, conforme o exposto por Luiz Edmundo Magalhães em editorial da Revista Ciência e Cultura da SBPC,

[...] Não pretendemos no pequeno espaço destinado a esse editorial, tecer maiores considerações a respeito das vantagens e desvantagens trazidas pela nova regulamentação. Desejamos apenas chamar a atenção para um aspecto do problema que até agora não foi abordado. Uma coisa ficou patente em face a nova legislação: a criação de um outro nível de ensino com um aumento de trabalho e responsabilidade. É claro que não há, rigorosamente, uma imposição para a criação de cursos de pós-graduação, em cada unidade:

ao contrário, existe até uma série de restrições benéfica para garantir de uma certa forma, a validade e a qualidade desses cursos. [...] a lei estipula também uma carga horária mínima traduzida em número de créditos de aula e trabalho de pesquisa, estabelece que os alunos tenham orientadores responsáveis pelas teses, que façam os planos de pesquisa, acompanhem a elaboração das teses de mestrado e doutorado.

Infelizmente a legislação não prevê o pagamento devido para os professores dos cursos de pós-graduação, que geralmente acumulam estas funções com as dos cursos de graduação.<sup>21</sup>

A adaptação do ponto de vista acadêmico ao modelo estadunidense não era total. E nem poderia ser assim. Por mais que a pós-graduação não tivesse regulamentação no Brasil, ela existia desde a década de 1930. E a referência até então era européia. Enquanto a nova estrutura dos cursos correspondia ao modelo estadunidense, a organização acadêmica se baseava no modelo europeu. Portanto, um modelo híbrido foi criado e persiste até os dias de hoje.

Porém, mesmo designando-o como um modelo híbrido não se pode deixar de considerar as referências do modelo estadunidense que foram incorporadas, modificando substancial e crescentemente a pós-graduação existente até então. Observa-se que estas referências foram um modelo eficaz para a consolidação de certo modelo de fomento à pesquisa no Brasil no qual sobressaíram os editais. Os operadores de tal modelo eram intelectuais oriundos das universidades brasileiras que receberam a missão de estipular os critérios de avaliação, de interferir nos currículos e compor as coordenações dos conselhos de pesquisa que gerenciaram o seu financiamento, mas vale ressaltar que para a elaboração das políticas de C&T estes intelectuais e as estruturas do Estado brasileiro sempre contaram com a parceria de agências internacionais, em especial o Banco Mundial e o BID.

Lembremo-nos da parceria entre frações locais e centrais da burguesia e seu reflexo dentro da universidade. Lembremo-nos das análises de Bourdieu sobre o campo científico e as posições de poder em seu interior. Mas, também lembremo-nos que a produção científica é um espaço de crítica e, por isso, apesar da ditadura e do controle ideológico, a formação e a ampliação da comunidade científica no período comportou a consolidação de grupos, programas e carreiras acadêmicas de professores resolutamente

---

<sup>21</sup> Revista Ciência e Cultura, vol.2, n°4, 1970.

críticos ao modelo da modernização conservadora, como ficaria evidente a partir de 1978 nas reuniões da SBPC.

A contradição estava latente. Enquanto crescia o número de cursos de pós-graduação, as políticas de financiamento surgiam como mecanismo de indução da produção científica às políticas desenvolvimentistas. A pós-graduação teve um crescimento quantitativo surpreendente saindo de 36 programas *stricto sensu* em 1965, quando da elaboração do Parecer n. 977, para 955 em 1979.

O fortalecimento da área de Ciências Físicas e Biológicas a partir do convênio com a Fundação Ford no início da década de 1960 e a criação da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia – Coppe mudam em qualidade a situação da pós-graduação no Brasil. Também é do mesmo período a instalação do mestrado de matemática, dentre outros cursos de pós-graduação da Universidade de Brasília – UNB, o doutorado do Impa – Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o mestrado e doutorado da Escola Superior de Agricultura de Viçosa.

Porém, a distribuição dos recursos financeiros necessários para consolidá-la precisava ser organizada e regulamentada. Até então, as iniciativas eram pontuais e mais vinculadas a grupos de pesquisadores do que à estrutura governamental, o que já criava condições para que a aproximação com setor empresarial se concretizasse.

Em 1965, Warwick Estevam Kerr, livre docente da Universidade do Estado de São Paulo, relata que *parece que se inicia uma época para o Brasil em que industriais de visão empregarão suas fortunas no amparo ao ensino e pesquisa, únicos caminhos para sairmos totalmente da classificação de subdesenvolvidos*. Kerr, que também foi presidente da SBPC de 1969 a 1973, utilizava como exemplo a pretensão da Fundação Antunes de destinar cerca de dois bilhões de cruzeiros para pesquisas, extensão e ensino agrícola<sup>22</sup>.

O projeto de modernização do país acontecia nos marcos da integração entre o Brasil e os EUA. A abertura de mercado consumidor e o estímulo à compra de *know-how* em C&T era a marca fundamental do período. Consolida-se assim o crescimento quantitativo num quadro em que os investimentos não atingiam à formação de cientistas

---

<sup>22</sup> Palestra pronunciada perante a XVI Reunião Anual da SBPC em Julho de 1964, pelo então diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp e publicada no vol.17, nº 1 da Revista Ciência e Cultura em 1960.

brasileiros. A possibilidade criativa, que poderia ser demandada das características socioeconômicas e culturais do país, era negligenciada.

Tal dependência, contudo, é extremamente nociva, mormente na área da pesquisa, uma vez que a compra de *know-how* estrangeiro se torna um mau negócio por desestimular as iniciativas de desenvolvimento tecnológico do país importador, limitando a formação de cientistas e pesquisadores. Nesse contexto, o valor do cientista depende do impacto internacional que seu trabalho tem e da consonância do tema de sua pesquisa com os interesses dos países desenvolvidos. A interferência da *United States Agency for International Development* (USAID) nos rumos da educação brasileira na década de 1960 deve ser entendida sob esta ótica (ROMANELLI, 1993, p. 196; WEREBE, 1994, p. 173).

O que garantia a implantação de uma pós-graduação nestas condições não era somente o desejo e a intervenção dos EUA. Mas, a percepção de grupos de intelectuais brasileiros de que para a modernização em busca da superação do subdesenvolvimento em direção ao desenvolvimento passava pela aquisição da produção científica dos países mais adiantados.

Os cortes nas dotações orçamentárias e frequentes atrasos nos pagamentos no início da década de 1960 tinham provocado desânimo entre os pesquisadores nacionais, o que levava à estagnação de organismos de pesquisa, comprometendo o desempenho de C&T. Além disso, vale lembrar que ainda não havia a dedicação exclusiva docente e nem complementação salarial aos docentes que organizavam a pós-graduação. O único meio de se obter pagamento pelo desenvolvimento deste novo trabalho era recorrer às agências ou organizações privadas que se interessassem em financiar as pesquisas.

Após este período difícil para a pesquisa no Brasil, o CNPq é consolidado como o principal órgão de fomento através de concessão de auxílio e bolsas. Em 1964 os discursos oficiais retomam a questão de C&T como elemento fundamental para a retomada do projeto desenvolvimentista. Assim, a criação da Funtec do BNDE<sup>23</sup> e a lei nº 4.533<sup>24</sup>, que ampliou a área de competência do CNPq, são demonstrações que o projeto não havia sido abandonado. Esta lei também confere ao CNPq maior autonomia, concedendo-lhe autoridade de administrar as crises em função dos permanentes atrasos nos repasses financeiros e a solicitar recursos ao Fundo Nacional de Pesquisa durante o

<sup>23</sup> O Fundo Tecnológico - BNDE FUNTEC destina-se a apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico de interesse estratégico para o país. Sempre em conformidade com os Programas e Políticas Públicas do Governo Federal.

<sup>24</sup> O artigo 3º da Lei atribui ao CNPq a tarefa de: “formular a política científica e tecnológica nacional e executá-la, mediante planejamento com programas a curto e longo prazo, periodicamente revistos”. A sua área de competência passa a abranger o papel de formulador da política científico-tecnológica nacional e de atuar, juntamente com o Ministério e outros órgãos do governo, na resolução de problemas relacionados com a ciência e tecnologia.

exercício financeiro. *Art. 4º Para cada exercício financeiro, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) estabelecerá um plano básico de trabalho e promoverá para sua execução a discriminação dos recursos necessários.* E no Título 4 no Capítulo Único que trata do Fundo Nacional de Pesquisa, nos artigos

Art. 30. É mantido o Fundo Nacional de Pesquisas destinado a pesquisas científicas e tecnológicas, administrado o movimento pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º Durante o exercício financeiro, desde que a necessidade dos programas e dos serviços e exijam poderão ser feitos destaques à conta do Fundo Nacional de Pesquisas.

§ 2º Serão incorporados ao Fundo de que trata este artigo os créditos especialmente concedidos para este fim, os saldos de dotações orçamentárias outras rendas e receitas.

Art. 31. O Fundo Nacional de Pesquisas poderá receber doações, com ou sem finalidades determinadas.

Parágrafo único. A aplicação dessas doações será estabelecida pelo Conselho Deliberativo.

Esta reconfiguração do CNPq confirma a retomada das políticas de C&T. Este processo se concretiza melhor a partir do Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED para o período de 1968/1970, que deu origem ao plano quinquenal para a pós-graduação.

Cabe ressaltar, entretanto, que a principal modificação ocorrida nas atribuições deste organismo, além de desvinculá-lo completamente das atividades no campo da energia atômica, diz respeito a uma maior explicitação de sua função de órgão formulador de políticas, mantendo-se, ao mesmo tempo a função de coordenador a ele atribuída desde o início. Neste sentido a ampliação deste papel do Conselho seria condizente com a incorporação do conceito de planejamento à política governamental, não se tratando assim de um discurso específico à ciência e tecnologia e sim de um reflexo na ciência e tecnologia de ideologias governamentais mais globais, concomitante ao reconhecimento da importância destas atividades para o projeto de desenvolvimento nacional (ROMANI, 1982, p.6).

As medidas para regulamentar, consolidar e expandir a pesquisa científica são intensificadas a partir de 1968, quando é instituído o plano quinquenal (1968-1972). O plano foi elaborado a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento, o PED (1968), sob a perspectiva principal de constituir um instrumento de apoio à C&T que pudesse ter expansão nacional e conseguir relatar a situação da pesquisa em todo o país. Seu objetivo era formular um projeto de investigação de temáticas consideradas importantes para o desenvolvimento do país. As áreas estratégicas eram astronomia, matemática,

biologia, física, química e tecnologia, além de biologia e ciências sociais e de uma preocupação particular com a região Amazônica.

O Plano Quinquenal considerava possível estabelecer o Brasil como país relevante na disputa no campo da ciência em nível mundial desde que alocando alto grau de investimento financeiro e de investimento em recursos humanos. Imaginava-se que seria possível atingir os níveis de desenvolvimento necessários atuando através dos instrumentos propostos pelo plano, direcionados à formulação de políticas públicas que pudessem garantir a expansão da produção científica e tecnológica em nível nacional, perseguindo as áreas determinadas como prioritárias para o desenvolvimento do país.

A ciência e a tecnologia não têm preferidos e **o gigantesco poder da tecnologia moderna é acessível a qualquer país**, desde que seus governantes efetivamente se dediquem a promover o desenvolvimento científico, assistindo convenientemente seus tributários: ensino de ciência mais prolongado e de alta qualidade, maior proporção de cientistas no corpo docente, laboratórios adequados aos diferentes setores da investigação, pós-graduação em padrão internacional, formação de técnicos, intercâmbio de cientista, moderno serviço de documentação e informação e condições salariais condignas à grandeza da missão que desempenha o pesquisador na sociedade moderna. <sup>25</sup> (grifo nosso)

Também foi considerada a necessidade do estabelecimento de medidas básicas fixadas para que as atualizações propostas pelas avaliações realizadas sobre a implementação do plano pudessem permitir ajustes ao longo de sua implantação. Esta forma, a execução do plano exigia que se concebesse uma sistemática baseada em planos setoriais ou em projetos de trabalho que facilitassem esta avaliação.

Com efeito, este realinhamento da C&T nas políticas do governo militar exigiriam recursos financeiros, e a reconfiguração da Capes e do CNPq foi decisiva para o estabelecimento de uma nova metodologia de financiamento da pesquisa, assim como a criação de outros órgãos já com características claras de agências de financiamento<sup>26</sup>.

Pode-se afirmar que mais definitiva política de sistematização do financiamento foi sem dúvida a criação do FNDCT. Com uma estrutura de financiamento organizada a partir de um fundo com características de agência, acreditava-se ser possível promover suporte para as ações mais efetivas no campo científico. E a sua criação deveu-se fundamentalmente à continuidade das políticas iniciadas no plano quinquenal, que vão

<sup>25</sup> Plano Quinquenal (1968-1972) – CNPq, Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Arquivo Mast.

<sup>26</sup> A década de 1960 foi brindada com a criação da Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo – Fapesp; do Programa de Expansão Tecnológica – Protec, órgão do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDE e da Financiadora de Projetos - Finep e do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia - FNDCT.

ter continuidade no I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o PBDCT, que por sua vez, tal qual o plano quinquenal, estava vinculado ao plano de desenvolvimento governamental, o I Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND.<sup>27</sup> Credita-se ao FNDCT a responsabilidade pela institucionalização da pesquisa nos anos 1970 e o espetacular crescimento do número de cursos de pós-graduação.

Em 1971, a Finep assume a secretaria-executiva da FNDCT e é responsável por uma grande mobilização na comunidade científica ao financiar a implantação de novos grupos de pesquisa, de programas temáticos, da expansão de infraestrutura de C&T e a consolidação da pesquisa e da pós-graduação. Esta instituição foi criada como empresa pública em 1967, substituindo um fundo de natureza contábil que operou de 1965 a 1967 junto ao BNDE com recurso do BID e da Usaid. Ao assumir a secretaria-executiva do FNDCT, a tarefa da Finep deixa de ser somente a organização da distribuição de recursos direcionados ao financiamento de programas e projetos de pesquisa, assume também a análise da viabilidade de projetos de investimento para o Ministério do Planejamento.

Sem dúvida, o FNDCT foi um importante articulador entre universidades, centros de pesquisa e, nos dias atuais, empresas de consultoria e contratantes de serviços, produtos e processos. Segundo Pirró e Longo (2009), *com o FNDCT o financiamento individual coexiste com um robusto sistema de financiamento institucional, capaz de atingir todos os seus atores.*

A criação da FNDCT foi fundamental para estabelecer uma nova situação para a produção científica no Brasil, que na década de 1970 tomou corpo e potencializou ainda mais o crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação (ver Tab.4), sob as bases de uma política de financiamento sistematizada e planejada a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, o que jamais tinha sido elaborado para as políticas de desenvolvimento de C&T. Inaugurava-se um momento de maior e contínuo investimento e planificação deste investimento.

---

<sup>27</sup> As políticas de C&T sempre estiveram vinculadas à ideia de desenvolvimento, porém no período da ditadura este processo foi planejado. A cada plano de desenvolvimento do país, desde o PED, foram elaborados vinculadamente planos de desenvolvimento das políticas de C&T.

<b>ANO</b>	<b>MESTRADO</b>	<b>DOCTORADO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1976</b>	561	200	761
<b>1977</b>	618	219	837
<b>1978</b>	664	235	899
<b>1979</b>	703	252	955
<b>1980</b>	726	277	1.003
<b>1981</b>	736	285	1.021
<b>1982</b>	760	301	1.061
<b>1983</b>	777	314	1.091
<b>1984</b>	792	333	1.125
<b>1985</b>	820	346	1.166

Tabela 3. Evolução do número de cursos de pós-graduação de 1976 até 1985.<sup>28</sup>

Um fator que precisa ser incorporado a qualquer avaliação do crescimento quantitativo da pós-graduação é a participação efetiva do Banco Mundial na formulação política que envolvia a educação e a pesquisa no Brasil. Apesar deste ter tido ingerência em praticamente todos os setores da atividade pública desde a década de 1940, é após o golpe civil-militar e sob a presidência de McNamara que a participação na área da educação é intensificada. A reconfiguração dos conselhos e a criação das agências contaram com as orientações do Banco Mundial, uma parceria estruturada com intuito de fortalecer o regime e a relação com os Estados Unidos. Pode-se afirmar que o banco atuou como orientador político dos governos brasileiros tanto para a educação como em sua condição de governo civil-militar.

Como exposto, a ofensiva modernizadora dos generais converteu o Brasil em um país integrado, industrial e urbano, acentuando as desigualdades sociais e a dependência do estrangeiro. O Banco Mundial contribuiu decisivamente com este processo e fortaleceu a imagem do regime junto à opinião pública nacional e internacional. (MARTINS, 2010)

As alterações realizadas no decorrer da década de 1960 não fugiam das contradições do processo de desenvolvimento imposto. Antes de o CNPq incorporar outros órgãos e se preparar para ser o organismo articulador de C&T no Brasil, reformulando definitivamente a relação Estado-ciência, havia proposta de transformar o CNPq em fundação, o que foi rechaçado pela SBPC, como apontado no artigo publicado por Rosenfeld em 1965.

Está de parabéns o CNPq por ter atravessado uma fase difícil que foi a tentativa de transformá-lo completamente sob a forma de fundação. Como de

<sup>28</sup> Fonte: Capes/MEC

hábito os políticos que encaminharam o projeto, que fazia desaparecer o CNPq, fizeram sem nenhuma consulta ampla aos cientistas parecendo ter sido assessorados somente por alguns que tinham opiniões pessoais que não correspondiam as da maioria. Tanto assim que em 16 de novembro de 1964, um grupo de cientistas de São Paulo reunido no Salão Nobre da Faculdade de Ciências e Letras da USP aprovou um manifesto de louvor ao CNPq pelo decisivo papel no desenvolvimento científico do Brasil. Esse manifesto foi encaminhado ao Presidente da República, aos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e a diversos parlamentares. Apesar de ter sido feito a última hora para poder ser enviado antes de uma decisão final, foi assinado por 208 cientistas unânimes na defesa do CNPq. Felizmente a solução governamental foi a de prestigiar o CNPq com o que se congratula a SBPC que tem sempre dado apoio ao conselho.<sup>29</sup>

Não foi simples o processo de reconfiguração do CNPq e da Capes. Pairavam dúvidas sobre uma possível sobreposição de tarefas entre estes dois órgãos. Com o intuito de dirimir esta questão, a Capes deixa de ser uma campanha, se transforma em coordenação e é vinculada ao MEC, através da DESu – Diretoria de Ensino Superior, e incorpora o Protec e a Cosupi<sup>30</sup>. Mas, no mesmo ano, um novo decreto redefiniu a hierarquia e a Capes passava a ser um órgão de execução dos planos do MEC. A ela apenas caberia a execução de planos aprovados pelo ministério. Além disso, sua autonomia foi extremamente constrangida quando a composição de sua direção foi redefinida, e ao invés de um coordenador passou a estar a sua frente um diretor-executivo, a quem cabia apenas executar as decisões do conselho deliberativo, que, por sua vez, era composto por indicações exclusivas do titular da pasta da Educação e onde este diretor-executivo não tinha voz.

Diferentemente do CNPq, que teve Antonio Couceiro a sua frente de 1964 a 1970, a Capes viveu anos de instabilidade a partir do golpe militar. Após a saída de Suzana Gonçalves em 1966, substituta de Anísio Teixeira, afastado em 1964, passam pelo comando da Capes seis diretores-executivos, sendo dois deles interinos, até a posse de Celso Barroso Leite, em 1969. O que aparentava uma desestabilização da situação da coordenação, dificultando a implantação de iniciativas de apoio ao aperfeiçoamento do pessoal de nível superior e de consolidação deste órgão nos novos marcos que estavam

<sup>29</sup> Revista Ciência e Cultura Vol.17 n°1, 1965 p.80.

<sup>30</sup> O decreto nº 53.325 de 18 de dezembro de 1963 instituiu o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico - Protec com a finalidade de promover a graduação de maior número de especialista e técnicos auxiliares nos diferentes ramos da engenharia e da tecnologia em geral;

A Comissão Supervisora do Plano dos Institutos - Cosupi foi criada pelo decreto número 49.355 de 28 de novembro de 1960 e tinha por objetivos, modificar mediante a difusão de ideias, as estruturas das universidades brasileiras e das escolas superiores de tecnologia, visando promover reformulações profundas em relação às cátedras e à carreira docente das universidades e apoiando a formação de técnicos procurando elevar o nível de conhecimento desses profissionais, aumentar o número de vagas nos cursos de engenharia, visando com isso o desenvolvimento social do país, de modo a sanar as deficiências impostas pelo crescente progresso técnico da nação à educação e ao trabalho.

sendo constituídos para o financiamento da pesquisa, além das constantes reduções orçamentárias realizadas à época.<sup>31</sup>

Podemos chegar à conclusão de que o processo que se estabeleceu para o crescimento da pós-graduação foi marcado por muita instabilidade não só na Capes. O país vivia uma autocracia e a universidade era o espaço onde se organizou parte relevante da resistência contra ela e foi duramente atacada. O documento que regulamenta a pós-graduação o faz sob as bases do modelo estadunidense – não esqueçamos que o modelo utilizado até então era o europeu –, o que gerou dúvidas sobre as características com as quais seriam formados nossos mestres e doutores. Em meio a esta situação de dúvidas e instabilidade, novos órgãos são criados para o estímulo e a organização da pesquisa no Brasil e os já existentes sofrem uma reconfiguração, mudam as suas estruturas e deixam de ser vinculados diretamente à Presidência da República.

O crescimento iniciado com a regulamentação da pós-graduação pelo Parecer Nº977/65 segue durante a década de 1970, impulsionado pelas políticas constantes de Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que, por sua vez, seguiam as orientações constantes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e estiveram presentes até o ano de 1985 na existência da pesquisa científica combinando financiamento com a definição das áreas e dos tipos de pesquisas a serem elaborados em nome do desenvolvimento do país.

### **Os planos de desenvolvimento e os editais de pesquisa**

O final da década de 1960 é marcado por decisões importantes que vinculavam a produção científica ao desenvolvimento, os planos desenvolvidos pelo governo civil-militar em consonância com o Banco Mundial continham a participação efetiva da pesquisa. Em 1967, o PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento adota medidas importantes para a produção científica no Brasil a partir do fortalecimento dos mecanismos financeiros de amparo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia operados pelo CNPq e BNDE, além da criação do FNDCT. O CNPq teve ampliada sua área de competência, além da formulação e programação da política científica e tecnológica, passa a coordenar junto às estruturas ministeriais a busca de solução de

---

<sup>31</sup> O assunto foi abordado no Jornal Correio da Manhã, em 1968. Anexo 1

problemas relacionados à ciência e suas aplicações. Em contrapartida, é afastado definitivamente das atividades de execução de pesquisas no campo da energia atômica, consolidando medida tomada em 1956 quando da criação do CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear e do afastamento do Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva de sua presidência em 1955.

Com o intuito de operar a regulamentação e a construção de um perfil para a produção científica no Brasil, em 1972 é criado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo era consolidar programas e projetos incentivando a pesquisa no setor privado. Atuava em conjunto com o Ministério do Planejamento e intencionava realizar estudos relativos à formação da política nacional de desenvolvimento científico através de cooperação, a realização de pesquisas por sociedade de economia mista e empresas do setor privado e a articulação com órgãos de pesquisa governamentais. Sua atuação era coordenada pelo Conselho Científico e Tecnológico – CCT do CNPq.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, que compreenderia as políticas para o país de 1972 a 1974, considerou de forma incisiva a orientação de transferência de tecnologia para o país, projeto que foi incorporado ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnologia – I PBDCT. Este plano, elaborado com base ao I Plano Nacional de Desenvolvimento e destinado ao período de 1973-1974, tinha o objetivo de impulsionar de forma orgânica e sistemática as suas áreas de atuação, através da ação coordenada de diferentes ministérios sob a coordenação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em articulação com o CNPq. Este foi o primeiro plano com a tarefa explícita de assessorar, sob aspectos econômicos e financeiros, o entrosamento do desenvolvimento científico com a estratégia de desenvolvimento nacional. Acreditava-se que o progresso tecnológico era o elemento determinante para o crescimento econômico. A linha de atuação do I PBDCT estava fundada no desenvolvimento de novas tecnologias, basicamente de Energia Nuclear e Pesquisa Espacial, de novas indústrias na área de eletrônica, química, aeronáutica e no fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologia pela empresa pública ou privada. Uma de suas preocupações centrais era o engajamento do setor produtivo no processo, para isso o esforço era o fortalecimento financeiro e institucional para a consolidação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, principalmente na

área governamental, aparelhando-a para funcionar de acordo a modernos modelos de gestão empresarial, com o intuito de integrar a indústria, a pesquisa e a universidade.

Dentre as estratégias, estava a transferência de tecnologia do exterior de forma a combinar esforços para o fortalecimento da capacidade de inovação tecnológica própria, consolidando um poder de competição da indústria básica. A atuação do plano exigiria a manutenção do foco em problemas concretos para o desenvolvimento nacional. Estas áreas, por óbvio, exigiriam investimentos de grandes dimensões e altos riscos. Portanto, era uma exigência para o êxito da aplicação do plano a definição rigorosa de programa e projetos e o respeito aos limites financeiros pré-fixados. Por fim, mas não menos importante, o estabelecimento da articulação do sistema de C&T com o setor produtivo, com as demandas governamentais e com a realidade da sociedade brasileira da época.

Para tal empreendimento, a dimensão das dotações orçamentárias foi de um grau inédito no Brasil. Para avaliar a ordem de grandeza dos valores destinados aos programas brasileiros, pode-se mencionar que o programa global de apoio técnico da ONU ao mundo ‘subdesenvolvido’ foi de cerca de US\$ 320 milhões ou Cr\$ 1,9 bilhões anuais, enquanto que o I PBDCT contou com dispêndios federais no biênio de 1973-1974 na ordem de Cr\$ 4,3 bilhões, ou seja, Cr\$ 2.150 bilhões anuais (valores de 1973).<sup>32</sup>

A distribuição do valor atendeu prioritariamente aos seguintes setores:

<b>TECNOLOGIA DE INFRAESTRUTURA</b> <b>Energia, transporte e comunicações</b>	<b>420 milhões</b>
<b>INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b> <b>Indústria Básica</b>	<b>1.2 milhões</b>
<b>TECNOLOGIA AGRÍCOLA</b> <b>Trópico Úmido, Cerrado e Aripuanã</b>	<b>480 milhões</b>
<b>PESQUISA FUNDAMENTAL</b> <b>Ligada a pós-graduação na universidade</b>	<b>900 milhões</b>

Fonte: Relatório do I PBDCT

Foi durante este período e sob o governo Garrastazu Médici que se deu os investimentos para a construção da Cidade Universitária na Ilha do Fundão.<sup>33</sup> Para a

<sup>32</sup> Informações recolhidas da apresentação do II PBDCT publicada na Revista Inovação.

<sup>33</sup> Segundo o I PND, o Governo Federal deveria implantar, na Guanabara, complexo tecnológico que reunirá os centros de tecnologia das principais empresas e instituições federais, notadamente quanto à infra-estrutura e indústrias básicas. Esse complexo incluirá, entre outros, os Centros de Tecnologia de Petróleo, de Energia Elétrica, de Pesquisa Mineral, de Pesquisa Nuclear, de Telecomunicações e de Informática.  
Ver publicação no Diário de Notícias de 22 de janeiro de 1970. Anexo 3

organização das estratégias e do financiamento foi criado um sistema de fundos especiais composto pelo fundos do CNP, o Funtec do BNDE e o FNDCT, que operava não só o financiamento dos projetos prioritários como para a consolidação de forma sistemática das instituições consideradas básicas nos diferentes ministérios. Como política organizacional, as atividades de C&T deveriam tomar a forma de um sistema geral que reuniria todas as unidades que utilizem recursos governamentais, sejam eles destinados ao planejamento, supervisão, coordenação ou outros fins. Para uma melhor organização e formulação de diretrizes gerais de políticas de pesquisa em cada área correspondente e para a elaboração e acompanhamento de programas e projetos específicos foi criado o sistema setorial.

Para atingir tais objetivos, as políticas propostas pelo Plano implicariam não somente em realizar C&T na aceleração do crescimento industrial e agrícola, ou na modernização das estruturas empresariais do país, ou ainda em outras funções eminentemente econômicas, mas também na humanização das cidades, no avanço da tecnologia de alimentos para uso popular, na solução de problemas de saúde, na integração nacional, seja pelo Programa de Pesquisa do Trópico Úmido ou pelo Programa de Pesquisa do Trópico Árido.

O controle do núcleo estratégico do governo civil-militar sobre as políticas de C&T adquire maior amplitude e organicidade com o projeto de modernização conservadora quando, em 1974, o Conselho Nacional de Pesquisa, sem alterar sua sigla, passa a ser denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e no ano seguinte muda-se para Brasília. Com a justificativa de maior agilidade operacional, sem maiores resistências, é transformado em fundação de personalidade jurídica de direito privado e vincula-se diretamente à recém-criada Seplan/PR – Secretaria de Planejamento<sup>34</sup>.

Vale registrar que as atividades de pesquisa já se encontravam vinculadas ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. No entanto, a criação da Seplan, ligada diretamente à Presidência da República, se tornaria, pelo comando de seus ministros no período, o centro das decisões econômicas do país. Pode-se afirmar que a Seplan era a representação da consolidação do Estado tecnocrático. Era ela o centro do poder e da articulação entre os ministérios, empresas privadas e estatais e a responsável

---

<sup>34</sup> Em 1º de maio de 1974, através da Lei 6.036, o Planejamento deixa de ser Ministério e passa a ser uma Secretaria, a Seplan. Com status de Ministério e ligada à Presidência da República, a Seplan.

por coordenar e desenvolver, a partir de seus órgãos acessórios como o Ipea – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, planos de execução orçamentária e projetos, acompanhando-os detalhadamente. Por este quadro e pelo entendimento de que os avanços tecnológicos do país tinham uma relação direta com o crescimento econômico e, principalmente, pelas suas características de centralização, estabeleceu-se uma vinculação entre o CNPq e a Seplan. Além desta mudança, o CD – Conselho Deliberativo do CNPq foi substituído pelo Conselho Científico e Tecnológico – CCT, órgão máximo de assessoramento do CNPq. O CCT<sup>35</sup> era composto por 30 membros nomeados pelo Presidente da República: 15 natos (o Presidente e o Vice-Presidente do CNPq, representantes dos ministérios, do Emfa, do BNDE, Iplan, da Academia Brasileira de Ciências) e 15 nomeados pelo período de dois anos entre cientistas, tecnólogos ou pesquisadores. Para assessorá-lo, foi criada uma Consultoria Científica constituída por representantes da comunidade científica e também Comitês Assessores compostos por pesquisadores, com a função de orientar a alocação de recursos para bolsas, auxílios etc (ROMANI, 1982).

#### COMPOSIÇÃO DO I CONSELHO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO CNPq

José Dion de Melo Teles Presidente do CNPq	Oscar Sala Chefe do Departamento de Física Nuclear do Instituto de Física da USP
José Pelúcio Ferreira Vice-presidente do CNPq	José Israel Vargas Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais
Aristides Azevedo Pacheco Leão Presidente da Academia Brasileira de Ciência	Isaac Kertenetzky Presidente do IBGE
Roberto Cavalcanti de Albuquerque Superintendente do IPLAN IPEA	Paschoal Ernesto Américo Senise Professor do Departamento de Química Analítica do Instituto de Química da USP
José Walter Bautista Vidal Secretário de Tecnologia Industrial do MIC	John Milne Albuquerque Forman Diretor de Recurso Minerais da NUCLEBRÁS
Jose Irineu Cabral Presidente do Embrapa	Amadeu Cury Decado de Pesquisa e Pós-graduação da UNB
Edmundo Juarez Presidente do Grupo de Análise de Projetos de Pesquisa do Ministério da Saúde	Paulo de Tarso Alvim Diretor do Centro de Pesquisa do Cacau – CEPEC
Romulo Vilar Furtado Secretário Geral do Ministério das Comunicações	Chaim Samuel Hönig Coordenador do Departamento de Pós-graduação do Instituto de Matemática e Estatística da USP
Arnaldo Rodrigues Barbalho Secretario Geral do Ministério de Minas e Energia	Leonidas Machado Magalhães Professor titular do Departamtno de Clínica e Cirurgia da Escola Veterinária da UFMG

<sup>35</sup> Ver mais no Anexo5.

Newton Cyro Braga Secretario Geral do Ministério dos Transportes	Sergio Pereira da Silva Porto Coordenador Geal dos Institutos da Universidade Estadual de Campinas
José Carlos Soares Freire Secretário Geral do Ministério da Fazenda	Kurt Politzer Presidente da Guanabara Química Industrial
Marcos Pereira Vianna Presidente do BNDE	José Ephim Mindlin Diretor Geral da Metal Leve S.A. Indústria e Comércio
Paulo Beltrão do Valle Secretária de Assuntos Estratégicos do Estado Maior das Forças Armadas	Fernando Flávio Marques de Almeida Professor do Departamento de Geologia Geral do Instituto de Geociências da USP

O CCT foi o responsável pela elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT. Alguns dos membros que passaram por este conselho também estiveram na Capes, a presidindo, como no caso de Darcy Closs, que esteve à frente da Capes de 1974 a 1979, e ou apoiando a coordenação, como Amadeu Cury, que foi membro do seu conselho deliberativo e assessor especial da Diretoria e da Presidência a Capes entre 1984 e 2007.

É durante a vigência deste plano que o CNPq é transformado em fundação, subordinado à Seplan-PR, e que o seu Conselho Deliberativo é substituído pelo recém-criado Conselho Científico e Tecnológico – CCT. Nota-se uma diferença entre a primeira tentativa de transformação do CNPq em fundação ocorrida em 1964. Quando setores da academia, em particular da SBPC, se posicionam firmemente contra. A proposta tinha origem em uma avaliação positiva da consolidação da Fapesp e de questionamentos sobre o funcionamento e a obtenção de resultados por parte do CNPq. No entanto, a resposta de docentes e pesquisadores foi contundente, conforme já citado neste trabalho. Os cientistas argumentavam que se havia problemas no funcionamento do CNPq, eram da ordem da falta de uma gestão política governamental que se preocupasse com as políticas de C&T e que não seria a tentativa de copiar o modelo da Fapesp que resolveria a questão. Quase dez anos depois, em função de um contexto consolidado de coerção e autocracia, as alterações foram sendo feitas sem maiores confrontos.

Simultaneamente à instalação de medidas que visavam ampliar e organizar o financiamento da pesquisa, outra preocupação passou a compor a agenda dos sujeitos envolvidos nas atividades de C&T. A pós-graduação já se encontrava regulamentada, mas a definição de critérios para receber o financiamento ainda era deficiente. O CNPq adota em 1976 uma tabela de classificação das áreas, que aparentemente intencionava apenas avaliar os resultados das políticas de expansão implantadas.

Porém, para o gerenciamento dos incentivos à pesquisa estabeleceu-se um critério meritocrático efetivado através dos comitês assessores organizados por área de conhecimento. Segundo Martins (2010), *a classificação dessas áreas procurou acompanhar as proposições do “Manual de Frascati”, cuja primeira versão foi publicada em 1963, por iniciativa da OCDE*<sup>36</sup>.

Retoma-se mais uma vez a questão apresentada por Bourdieu. Os comitês assessores são formados por membros do campo científico que detêm o poder de analisar e propor uma hierarquia entre os campos do saber, entre os cientistas e entre temáticas a serem pesquisadas. E que desembocará na preocupação de Merton na composição do *Effect Mathews*, que aponta o estabelecimento de grupos de pesquisas de primeira classe que terão sempre uma boa avaliação, salvo problemas muito graves, e, portanto, sendo beneficiados com as mais altas quantias de financiamento. Segundo Domingos Neto (2006)

Os comitês assessores, compostos por cientistas reconhecidos e supostamente imunes a pressões de interesses regionais e/ou corporativos, ganharam autoridade para fazer a avaliação do mérito das demandas apresentadas ao CNPq. Foram também incumbidos de identificar as tendências da comunidade de pesquisadores, cada vez mais agitada pelo cerceamento da liberdade acadêmica e ampliada em decorrência do surgimento de números programas de pós-graduação.

Observa-se que a criação e o crescimento da atividade de pesquisa, até este período, passaram por três momentos importantes. Primeiro, a criação do CNPq e da Capes, ambos em 1951, depois após o golpe militar com a sua regulamentação através do Parecer nº 977 de 1965 e com a Reforma Universitária de 1968. O terceiro e decisivo momento para a consolidação da pós nos moldes desejados pelo governo e seus parceiros será a partir da década de 1970, quando são elaboradas as políticas de financiamento que pretendem alavancar o sistema de pós-graduação e consolidar a pesquisa, de forma mais pontual, nas questões de real interesse ao processo desenvolvimentista. Vale ressaltar que em todos estes momentos o governo brasileiro contou com a presença do Banco Mundial nas decisões relativas à produção científica.

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, em 1969, é consolidada com a ocupação pela Finep de sua secretaria-executiva

---

<sup>36</sup> O Manual Frascati estabelece a metodologia para o levantamento de estatísticas sobre pesquisa e desenvolvimento. Foi elaborado e publicado pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OCDE.

e foi, sem dúvida, o ponto de partida na direção da sistematização da política de financiamento, que, ao lograr o êxito esperado pelo governo, possibilitou que os planos básicos elaborados para os anos seguintes pudessem consolidar uma nova política de financiamento.

Na década de 1970, os planos de desenvolvimento vão dar a tônica na nova estrutura da pesquisa científica no país. O I PND influenciou na definição das áreas de pesquisa a serem atingidas, assim como no direcionamento dos recursos. Decididamente, a política de C&T está voltada a atender as demandas do setor produtivo. Segundo o I PND<sup>37</sup>

a revolução tecnológica, principalmente nas últimas décadas, repercute profundamente sobre o desenvolvimento industrial e o comércio internacional, passando o crescimento econômico a ser cada vez mais determinado pelo progresso tecnológico. Deve-se dar prioridade à articulação do sistema de ciência e tecnologia com o setor produtivo, com a programação governamental e com as realidades da sociedade brasileira atual. A integração entre aquele sistema e as diferentes dimensões da sociedade em mudança permitirá a consequente e fecunda interação.<sup>38</sup>

A falta, até então, de uma política sistemática do financiamento por parte do Estado gerou um quadro caótico. Em muitos centros de pesquisa era o pesquisador que financiava sua própria pesquisa, o que por vezes limitava a existência da própria pesquisa e em outros sua continuidade. Devido a este problema, parte do corpo de pesquisadores passou a desejar tanto algum suporte de financiamento que, desde que ele fosse atendido, muitos não se importavam mais com quais as políticas estavam sendo engendradas e se elas podiam interferir na agenda da pesquisa.

O PND é contundente ao definir a política de financiamento:

Concentrar recursos em prioridades tecnológicas claras, diante da impossibilidade de cobrir todo o espectro de novas áreas tecnológicas. Além de exigirem base aptidão tecnológica geral, as aplicações devem concentrar-se em área e projetos selecionados, para uma realização eficiente, em escala adequada, com capacidade de competição. Dar-se-á caráter realmente estratégico – ou seja, não diluído – à política tecnológica brasileira, de modo que assegure a nossa participação em “setores de ponta”, altamente intensivos de tecnologia, em transformação acelerada e como perspectiva de altas taxas de crescimento.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> Lei Nº 5.727 de 4 de novembro de 1971.

<sup>38</sup> Trecho extraído do I Plano Nacional de Desenvolvimento

<sup>39</sup> Trecho extraído do I PND

Não resta dúvida de que os projetos que porventura viessem a receber financiamento teriam de ser congruentes com as exigências apresentadas no Plano. A década de 1970 constituiu o período onde mais houve distribuição relativa de recurso para a pesquisa científica, conforme pronunciamento do Ministro Chefe da Seplan, Sr. João Paulo dos Reis Velloso,

O lançamento, pelo governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, deste II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT, com dispêndios previstos, no período de 1975 a 1977, de quase Cr\$ 23 bilhões – preços de 1975 (isto é, o correspondente a US\$ 2,5 bilhões), significa, antes de tudo, que ciência e tecnologia são realmente coisa importante, no Brasil. É só lembrar que o próprio PND previa aquele valor para período de 5 anos, até 1979.

A média de dispêndios, no II PBDCT, é, pois de Cr\$ 6,8 bilhões por ano. A do I PBDCT (também a preços de 1975) situou-se em Cr\$ 3,8 bilhões anuais. E em 1968 o programa de ciência e tecnologia era cerca de Cr\$ 200 a Cr\$ 300 milhões anuais (ainda a preços de 1975).

Vale lembrar que, em campo muito próximo, está sendo implementado, ainda, o Plano Nacional de Pós-graduação, com aplicações, no período de 1975 a 1977, de Cr\$ 3,7 bilhões.<sup>40</sup>

Contudo, estes recursos tinham direção pré-definidas. Os interessados em realizar pesquisa não tinham mais o direito de ter financiamento acima de certo montante se a temática abordada não estivesse dentre os itens pré-determinados pelos planos.

No lançamento do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o I PBDCT (1973 a 1974), fica evidenciado que se trata de uma força motora cujo destino é a modernização do país.

Em verdade, o progresso científico e tecnológico está para o Brasil dos anos 1970 como a emergência do processo de industrialização estava para o Brasil do imediato pós-guerra. Trata-se não de um programa setorial, por mais importante que seja, mas de uma força motora. É o conduto, por excelência, da ideia de modernização, essencial à consolidação de uma economia poderosa e competitiva, mas não menos importante em relação às demais vertentes dominadoras da estratégia de desenvolvimento do Governo de Vossa Excelência.<sup>41</sup>

Duas são as questões centrais deste plano: a primeira é a pré-determinação de áreas a serem pesquisadas e a definição dos recursos a serem recebidos; a outra questão,

<sup>40</sup> Pronunciamento do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso, na solenidade de lançamento do II PBDCT, em 31 de março de 1976. Reprodução fiel à publicação do II PBDCT da Presidência na Revista Brasileira de Inovação Vol.2, Numero I Janeiro-Julho de 2003.

<sup>41</sup> Pronunciamento do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, no lançamento do I Plano Básico de Desenvolvimento de Científico e Tecnológico, publicado em 1973 e executado nos anos 1973 e 1974 sob a coordenação do CNPq.

não menos importante, é que a relação com o setor produtivo não é somente uma indicação, mas um objetivo que se não é alcançado não confere êxito ao plano.<sup>42</sup>

Sem embargo, seus objetivos não serão atingidos sem a compreensão, confiança e solidariedade dos homens que fazem ciência e tecnologia nas instituições de pesquisa e nas universidades. Dos cientistas e tecnólogos brasileiros, o que se deseja é a atitude de participação, dentro da convicção de que todos somos homens de trabalho – no Governo, na empresa, no laboratório, na universidade –, com uma tarefa a executar e responsabilidade pela qual responder à Nação.

Interessa, ao País, não a existência de um mundo dicotômico – a economia em contraste com a ciência, a universidade em contraste com a sociedade. Interessa, sim, a realidade de uma sociedade indivisa e solidária, empenhada na tarefa de compatibilizar o progresso vertiginoso e a dimensão de potência a que o Brasil está votado com os valores culturais e humanos de uma experiência social que, até hoje, soube evitar a criação de problemas insolúveis, aliando à ambição de crescer a sabedoria da não-violência, da alegria de viver, da oportunidade para todos, do respeito ao senso de individualidade e ao desejo de realização própria – os ingredientes que fazem as sociedades mais prósperas, inteligentes e humanas.<sup>43</sup>

O II PBDCT, assim como o primeiro, é elaborado a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento programado para a época. Confirmando, já no primeiro capítulo, as intenções de controle apresentadas no I PBCDT, o II PBDCT *ênfatiza que os objetivos dessa política não podem ser “autonomamente definidos”, mas devem ser derivados da estratégia de desenvolvimento adotada pelo País.*<sup>44</sup>

Porém uma diferença podia ser percebida entre os dois planos, o segundo plano priorizava as políticas industrial e agrícola que deveriam ser operadas pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – SNDCT, em detrimento da pesquisa científica, priorizada no I PBDCT. No entanto, permanece a preocupação em alinhar a universidade e empresa e setores públicos e privados na geração e absorção de conhecimento. Sobre recursos humanos, segue sendo tema deste plano a questão ainda não equacionada de condições de trabalho satisfatórias e de remuneração salarial.

No que diz respeito à aplicação de estímulos específicos ao desenvolvimento tecnológico industrial, em particular aqueles de natureza financeira, cumpre, em particular, coordenarem-se as ações da STI-MIC, do BNDE e da FINEP no plano de programas setoriais, com o uso apropriado das respectivas competências e vocações, competindo ao CNPq, como órgão central do SNDCT, promover tal coordenação, sempre que necessário.<sup>45</sup>

<sup>42</sup> Posicionamento do Ministro Reis Velloso. Diário de Notícias de 11 de janeiro de 1970. Anexo 4.

<sup>43</sup> Trecho final do pronunciamento de Reis Velloso no lançamento do I PBDCT.

<sup>44</sup> Trecho extraído do primeiro capítulo do II PBDCT

<sup>45</sup> Trecho extraído do II PBDCT.

Este plano que teve sua vigência de 1976 a 1979 é decisivo em garantir a participação de setores de outras esferas do governo, assim como a progressiva participação do setor privado no esforço nacional em pesquisa, tanto no escopo da Finep quanto do BNDE. Percebe-se que a cada plano, apesar das nuances, dá-se continuidade às questões centrais que abordamos em nosso estudo. A busca da aproximação com o setor privado e pré-determinação das temáticas a serem pesquisadas sempre em conformidade com os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

O III PBDCT, que teve sua vigência de 1980 a 1985, pode ser considerado a consolidação do processo. Embora seja visível a não implantação total dos planos anteriores o III PBDCT, segue o mesmo direcionamento em relação aos temas centrais que este estudo aborda. No entanto, apresentava de forma mais objetiva a intenção de *uma seleção de programas e atividades prioritárias a serem implementadas nos diversos setores*. Outra mudança importante foi a retomada do papel da academia na implantação do plano, não que ela não estivesse envolvida nos planos anteriores, porém no III PBDCT estava institucionalizado seu comando a partir do CNPq e objetivava uma perspectiva para além do período a que estava definido o plano.

Outrossim, é possível verificar ao longo destes três planos que os mecanismos instituídos para a aproximação do setor produtivo privado ao setor público e ao campo de pesquisa nas universidades não foi efetivado como esperado pelos governos militares. Nos últimos anos da ditadura iniciam-se mudanças significativas para o financiamento da pesquisa e o seu ponto de partida é o I PADCT.

### **PADCT, os editais de pesquisa e o Banco Mundial**

No período de implantação do plano foi perceptível uma redução nos recursos orçamentários para o financiamento das pesquisas. A situação econômica e política do país apresentava alto grau de instabilidade. O alto endividamento em que se encontrava, provocado pela política permissiva de empréstimos nos anos anteriores, e o visível descontentamento com a ditadura civil-militar por parte da sociedade brasileira contribuíam para uma desestabilização também nas políticas de C&T.

Com menos recursos, a situação precisava ser contornada e para isso foram desenvolvidas as denominadas “Ações Programadas em Ciência e Tecnologia”

espécie de capítulos do Plano Nacional, elas deveriam indicar as ações e providências, organizadas na forma de programas e projetos específicos, a serem implementados, durante os anos seguintes, pelos diversos órgãos do governo, universidades, instituto de pesquisas, empresas estatais e agências de promoção e fomento, diretamente interessadas.<sup>46</sup>

Diante desta situação, as políticas de financiamento vão exigindo cada vez mais sistematização. Em 1982, é criado o Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, que se tornou um elemento importante para a aquisição de empréstimos destinados à pesquisa científica por parte do Banco Mundial. Diferente dos PBDCT's, este era um plano concebido como um instrumento transitório de ação complementar às agências de financiamento e tinha áreas e metas pré-definidas a alcançar. O Plano tinha uma primeira etapa com duração de cinco anos, momento em que se faria uma avaliação de sua aplicação. Os resultados desta avaliação poderiam implicar em ajustes de programação e redefinição da aplicação do restante dos recursos previstos.

As agências participantes do PADCT receberam na primeira etapa (fase teste) cerca de 2.500 propostas de diversas entidades brasileiras de ensino e pesquisa para serem analisadas quanto ao mérito técnico-científico e ao enquadramento das especificações fixadas em editais de convocação de proposta. Desta forma, o PADCT pretende contemplar preferencialmente aquelas propostas que se direcionem para carências previamente identificadas e que se coadunem com as estratégias adotadas para saná-las.<sup>47</sup>

Apenas 360 projetos foram contratados e por uma duração estimada de dois anos, contemplando uma fase teste que intencionava avaliar os mecanismos utilizados para a contratação de projeto através de editais.

O contrato com o Banco Mundial, assinado em 1983, já durante a gestão do PADCT, iniciou sua gestação no início da década. E apesar de ter se materializado nos anos 1980 e ter pretendido ser, segundo seus negociadores, a inauguração de uma nova era, mais se aproxima de uma manifestação tardia das políticas de C&T elaboradas para os anos 1970. Esta convicção sustenta-se no fato de que a iniciativa da Finep junto ao BID em 1986, com vistas à obtenção de um empréstimo de US\$ 100 milhões, modesto diante das quantias investidas em C&T na década de 1970, foi extremamente dificultosa e os recursos foram liberados apenas seis anos depois. Um importante fator que comprova a relação entre os acordos, empréstimos e políticas aplicadas para a C&T é que tanto a aprovação final desse empréstimo quanto a renovação do contrato do

---

<sup>46</sup> Trecho extraído do III PBDCT

<sup>47</sup> Seplan - CNPq 1980 -1985 – Uma Experiência de Gestão em Ciência e Tecnologia

PADCT só aconteceram após o fechamento do último acordo sobre a dívida externa brasileira. Outro aspecto das dificuldades diz respeito ao fato de que, desde 1984, o FNDCT passou a compartilhar o papel de agência de fomento institucional com o PADCT.

Diferentemente do que pensam habitualmente os usuários, os diversos programas de um setor são, do ponto de vista financeiro, vasos comunicantes. Para os gerentes das finanças nacionais de C&T, o que interessa é o montante alocado ao setor. A maneira pela qual se distribuem os recursos pelos programas é um problema menor. Se um tem seus recursos aumentados, outros os terão diminuídos. A avaliação positiva da implementação do PADCT certamente contribuiu para complicar o processo de recuperação do FNDCT, bem como dos programas de fomento do CNPq e dos demais institutos e para consolidar definitivamente a interferência direta das agências internacionais nas políticas de educação e de C&T, o que nos leva a retomar Fernandes para considerar que o processo de desenvolvimento aplicado no Brasil não tem e nunca teve compromisso verdadeiro em constituir um nível de independência de sua produção científica.

As nações capitalistas desenvolvidas e, principalmente, as nações hegemônicas do mundo moderno podem financiar os progressos globais da ciência e da tecnologia avançada. De um modo ou de outro, elas acabam descobrindo e aproveitando certos expedientes que permitem comercializar – econômica, política e culturalmente – as descobertas e os avanços realizados. As nações subdesenvolvidas precisam pôr em primeiro plano seus objetivos nacionais e, portanto, para elas o processo interessa na medida em que, através da modernização ou da racionalização do ensino e da expansão da pesquisa científica e tecnológica, elas conseguem melhores condições de participação do fluxo do padrão de civilização de que participam. Isto significa que, para elas, o que entra em jogo, na fase da negação e de superação do subdesenvolvimento, é o grau de autonomia cultural relativa que alcança (ou podem alcançar) por meio da educação escolarizada, da ciência e da tecnologia avançada. Por isso, a universidade integrada e multifuncional propõe-se o objetivo de modernizar e intensificar o ensino, bem como se impõe a missão de produzir conhecimentos científicos e tecnológicos de forma independente. Ela não procura, e seria um suicídio se o procurasse (pelo menos nesta fase), converte-se em mecenas do crescimento e do aperfeiçoamento da ciência e da tecnologia científica. (FERNANDES, 1975, p.88-89)

A partir da avaliação do plano e sob as bases teóricas do capitalismo dependente e da heteronomia cultural apresentadas por Fernandes, sustentamos a hipótese que o PADCT é a expressão mais concreta da relação de parceria subordinada nas políticas de C&T entre as instituições de ciência, o governo brasileiro e o Banco Mundial. Vale

ressaltar que do total alocado pelo Banco Mundial, que foi de 72 milhões de dólares, 60 milhões de dólares foram operacionalizados em aquisição de equipamentos, peças de reposição, insumos, bibliografia e treinamento de pessoal no exterior, não sendo transferidos para o Brasil. Somente os 12 milhões foram juntados aos recursos da contrapartida nacional, que foram da monta de 163 milhões de dólares, oriundos do CNPq, Finep, Capes, STI do MIC e entidades executoras.

O PADCT passou a realizar um exercício de fomento dirigido, complementar às atividades de fomento espontâneo que, através da publicação de editais, informava as áreas a serem atendidas, o volume de recursos envolvidos e os tipos de projetos a serem apoiados. Dessa forma, um componente fundamental para seu sucesso seria a adequada divulgação, a fim de garantir a participação de todas as entidades interessadas e, desse modo, determinar um alto nível de qualidade das propostas recebidas (STAL; CERANTOLA, 1989).

Com efeito, a situação iniciada em 1971 se consolidou definitivamente na vigência do PADCT. A produção científica no Brasil a partir da década de 1970 se dá de forma sistematizada e pré-determinada desde o primeiro plano básico elaborado para as políticas de C&T. O financiamento passa a ter direcionamento pré-definido, assim como as temáticas e seus objetivos. Todos os elementos que envolvem a pesquisa estão subordinados às políticas denominadas nacional-desenvolvimentistas, mas, como lembra Fernandes (2005), já inscritas no bojo do capitalismo monopolista. Este processo já caracteriza o que no início da década de 1980, no PADCT, vai ser denominado como chamada via editais de pesquisa. A estrutura organizacional do plano definia passo a passo as atividades do programa e os agentes responsáveis por sua implementação. Cabia às agências financiadoras a divulgação dos editais, aprovação das propostas, contratação, liberação de recursos e acompanhamento físico e financeiro dos projetos contratados.

No organograma do PADCT, as missões do Banco Mundial, o Grupo Especial de Acompanhamento e o Conselho Científico e Tecnológico do CNPq eram o ponto de partida para a implantação das políticas. A estrutura do plano também continha equipes, cujas estruturas já estavam determinadas (número e origem dos membros), sendo o Grupo de Trabalho acompanhado pelas Secretarias Técnicas e responsável pela elaboração do edital. Conforme tabela abaixo.

Tabela 4. Estrutura do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico

AGENTES	ESTRUTURA	PRINCIPAIS E ATRIBUIÇÕES
---------	-----------	--------------------------

Agências Financiadoras	CNPq, Capes, Finep, STI (atual SDI)	Divulgação de editais, recepção e aprovação de propostas. Contratação, liberação de recursos e acompanhamento físico e financeiro dos projetos contratados.
Agente Financeiro	FINEP	Repasse dos recursos e consolidação das prestações de contas das agências. Elaboração de relatórios financeiros.
SE – Secretaria Executiva	Secretários Executivos e Adjuntos, representantes das agências financiadoras	Administração global do PADCT. Articulação com as agências e destas com o colegiado. Execução das decisões do GT.
ST - Secretária Técnicas	I Secretário Técnico para cada sub-programa, indicado pelo CNPq	Assessoria à SE e apoio às reuniões de GT e CA. Participação na elaboração de editais como GT e de relatórios sobre demanda, julgamento de projetos.
COLEGIADOS CCT – Conselho Científico e Tecnológico	31 membros, representantes de 16 ministérios e 15 das comunidades científica, tecnológica e empresarial	Definição dos objetivos gerais do PADCT, acompanhamento e avaliações globais. Nomeação do Secretário Executivo e Adjunto. Exercício de funções político-programáticas, escolha de prioridades e distribuição de recursos. Escolha do GEA.
CT – Comissão Transitória	Cerca de 20 membros. Representantes das agências, das comunidades em C&T, 4 conselheiros do CCT e coordenadores das subcomissões da Comissão Permanente do PBDCT.	Análise e aprovação de propostas da SE, indicação de membros do GT e dos Secretários Executivos e Adjunto. Acompanhamento e avaliações do programa.
GEA – Grupo Especial de Acompanhamento	15 membros, 8 especialistas brasileiros e 7 estrangeiros, não envolvidos no planejamento e na execução do PADCT	Acompanhamento global do PADCT, estabelecendo recomendações, sugestões e críticas. Propostas de reorientação do PADCT.
GT – Grupo Técnico de Assessoramento	12 a 14 membros. Um para cada Sub-programa com representantes das agências e 10 a 12 da comunidade em C&T.	Elaboração de diretrizes, de programação, prioridades e dos editais. Acompanhamento e avaliação.
GCC – Grupo de Consultores Credenciados	Até 30 membros. Um para cada Subprograma. Representantes indicados pela comunidade científica e tecnológica.	Constituição dos CA.
CA – Comitê Assessor	Ao menos 7 membros, com 5 representantes do GCC, 1 de cada agência e 1 observador do GT.	Julgamento e recomendações das propostas apresentadas. Assessoramento às agências na avaliação final.

Fonte: Revista de Administração, São Paulo 24 (2): 83-93, abril/junho 1989 p. 88

A implantação do plano encontrou uma enorme demanda reprimida que, ao se deparar com os editais, alterou linhas de pesquisa para se adequarem a eles. O que é mais uma demonstração da situação dos recursos destinados à pesquisa, que enfrentavam um decréscimo nos aportes feitos pelo FNDCT naquele momento, e do reflexo nefasto que os editais provocam sobre a produção científica. A alteração de projetos e de linhas de pesquisa para a submissão aos editais é a mais vil forma de aplacar a capacidade científica da já comprometida, pelos aspectos relatados nos planos anteriores, situação dos pesquisadores brasileiros.

A participação do Banco Mundial, já permanente há três décadas, é intensificada não só no financiamento como na determinação das políticas de C&T. Não é secundário que acordos financeiros relativos a empréstimos ao país fiquem subjulgados à

implantação de políticas pré-determinadas na C&T. O esvaziamento do FNDCT, causado pela estagnação econômica a qual foi submetido o país na década de 1980, somado à instabilidade política que vinha se arrastando já a partir da segunda metade da década de 1970, e que atingiu seu ápice no início da década de 1980, privou muitas instituições de pesquisa do apoio institucional e da possibilidade de trabalhar adequadamente e reter seus melhores quadros.

O resultado positivo da implantação do PADCT também se deve a este quadro de estagnação financeira do país e, por conseguinte, nas políticas de C&T. O novo planejamento para a produção científica, contando com o apoio financeiro do Banco Mundial, de acordo com suas regras, era uma saída para o declínio dos aportes financeiros destinados à C&T.

Em 1985, a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, através do Decreto nº 91.146 de 15 de março de 1985, constitui um novo marco para a história da C&T no Brasil. A proposta de criar um novo órgão dedicado à C&T se baseava nos discursos já repetidamente utilizados de que se o país não assumisse a tarefa de fortalecer a educação e pesquisa não seria senhor de si mesmo. A justificativa era balizada na tentativa de superar um conjunto disperso e desarticulado de organizações, públicas e privadas, com pouca supervisão e controle; a urgência na implantação de mecanismos e instrumentos voltados para os interesses econômicos, sociais e políticos da sociedade; a necessidade de posicionamento do governo diante da abrangência e da magnitude dos impactos dos avanços científicos e tecnológicos; e o potencial do progresso da ciência e da tecnologia para a qualidade de vida da população brasileira, fundamentado especialmente nos setores industrial, agrícola e de serviços.

Para o pleno exercício de suas atividades, foram absorvidos e vinculados ao MCT o Conselho Nacional de Informática e Automação – Conin, a Secretaria Especial de Informática – SEI, a Fundação Centro Tecnológico para Informática – CTI, os Distritos de Exportação de Informática, o Fundo Especial de Informática e Automação, a Comissão de Cartografia – Cocas, a Financiadora de Projetos – Finep e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. O quadro de pessoal destes órgãos também foi transferido ao Ministério, assim como funções da Secretaria de Planejamento da Presidência no que se refere especificamente à coordenação, planejamento e execução das finalidades e competências estabelecidas no âmbito do decreto.

Outra questão a ser destacada foi a transferência do CCT, colegiado máximo do SNDCT e anteriormente vinculado ao CNPq e de caráter consultivo, para a MCT. Além de ser transferido, foi alterado para menor em número, passou a ser deliberativo e foi estimulada a criação de comissões, temporárias ou setoriais de acordo com a situação específica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o processo de análise dos documentos que versam sobre o tema abordado nesta dissertação, pode-se considerar que há uma relação intrínseca entre as políticas de desenvolvimento e crescimento econômico elaboradas para o Brasil desde 1950 e as políticas de C&T. E para constituir esta afirmação foi preciso incluir nas análises dos documentos avaliações das conjunturas políticas estabelecidas durante todo o período que, de acordo com as suas características, apressaram ou estagnaram o processo de desenvolvimento de C&T nos moldes do capital. Não menos importante, foi preciso estabelecer um estudo sobre as construções de Estado e governo vigentes durante todo o período, buscando entender sua conformação e sua contradição e buscá-las na implementação das políticas de desenvolvimento do país, e, por conseguinte, nas políticas de desenvolvimento econômico.

Durante o estudo dos documentos e leituras sobre o processo de criação dos primeiros conselhos de pesquisa e sua relação com as estruturas governamentais, e ainda para entender as políticas definidas neste campo que surgiram com importância a partir da necessidade do desenvolvimento e avanço do país em busca da superação do atraso, as contribuições de Florestan Fernandes sobre a conformação de uma ‘burguesia brasileira’, definida por ele como ‘frações locais burguesas’ em função de sua consideração sobre o regime capitalista conformado no Brasil, foram decisivas. A partir do reconhecimento das parcerias instauradas entre estas frações locais e as burguesias dos países centrais foi possível estabelecer as suas implicações nas políticas para a educação e para a C&T. Se desde o início do processo de desenvolvimentismo instaurado no Brasil a produção científica foi tratada como fator essencial, por óbvio estas parcerias influenciaram a constituição das políticas de C&T, invadindo os espaços acadêmicos e constituindo um novo espectro de ciência, restringindo a produção inventiva criativa e, de modo particularmente severo após 1964, a autonomia universitária e do fazer científico em geral.

As considerações sobre as políticas de desenvolvimento, implementadas a partir da década de 1950, configuram um quadro que precisa ser avaliado a partir de análises sobre a conformação e as características do Estado e, mais amplamente, do sistema capitalista no Brasil. Nossa perspectiva nos mostra que, a partir da segunda metade do século XX, as políticas de desenvolvimento se enquadram em uma visão *rostowiana*, o

que pressupunha seguir regras pré-definidas pelos países centrais em busca da superação do subdesenvolvimentismo, termo cunhado por esta visão.

Na busca de suplantar este ideário, foram utilizadas as teorias de Miriam Limoeiro Cardoso que dão a este processo a definição de ideologia do desenvolvimento. De acordo com esta definição, Cardoso nos aponta que a partir de 1950 o ‘sonho americano’ foi disseminado entre os brasileiros como uma possibilidade de vida futura, levando a que os governantes à época envidassem esforços no sentido do convencimento da população de que as políticas desenvolvimentistas criariam um mundo melhor. No entanto, estas políticas desenvolvimentistas, elaboradas em comum acordo com o governo estadunidense, só trouxeram mais dependência econômica.

As implicações desta política foram nítidas na educação e nas políticas de C&T. A aproximação dos EUA com a educação e a produção científica brasileira se consolida a partir da década de 1960, em meio ao governo autocrático civil-militar.

Ao longo da década de 1970 se explicita a preocupação com a regulamentação e com o financiamento das políticas de C&T. A elaboração de três planos consecutivos para o desenvolvimento científico e tecnológico, sempre em consonância com os planos de desenvolvimento do país e a estrutura dos órgãos de acompanhamento da produção científica a partir da Secretaria de Planejamento/PR, dá às políticas de C&T característica de grande importância para o crescimento econômico. Além disso, este momento foi o auge dos investimentos financeiros por parte do Estado brasileiro em pesquisa, conforme dados da Revista Inovação, da Unicamp.

A década de 1980, no entanto, é o período onde as contradições da aplicação da modernização conservadora aparecem com mais força. A estagnação financeira e a instabilidade política configuram um período onde há escassez dos investimentos direcionados à C&T, o que complexifica a continuidade dos projetos de crescimento e desenvolvimento econômico, já que os avanços nos campos de C&T ainda são considerados essenciais para o desenvolvimento do país.

A elaboração dos PBDCT's durante a década de 1970 planificava a produção científica a partir das políticas de financiamento, como se explicitou no último capítulo desta dissertação. Mas, definitivamente, foi na década de 1980, com a adoção do PADCT, que as políticas de C&T se consolidaram heterônomas com a entrada dos editais de pesquisa como mecanismo principal de financiamento da produção científica.

Durante o decorrer deste estudo, buscou-se estabelecer a relação entre o processo de desenvolvimento de C&T com as políticas modernizadoras determinadas ao país pelos países centrais e suas agências em parceria com as frações burguesas locais. De forma a tornar pensável o processo de constituição das políticas desenvolvimentistas como elemento determinante para a consolidação da heteronomia na educação superior e na pesquisa realizada no Brasil, que vem se intensificando desde a instituição dos conselhos de pesquisa e que nos provoca a tese de que sejam elementos facilitadores para a institucionalização das políticas de inovação, com uma franca abertura para o mercado privado nos governos pós-Nova República.

Não há intenção de comparar regimes e governos da época da ditadura com governos contemporâneos, mas a hipótese de que políticas constituídas naquele período permanecem vigente mesmo com alteração no regime político justificam a necessidade do aprofundamento deste tema e uma relevância maior ao estudo. Pensar que as atuais políticas de educação trazem consigo marcas da ditadura civil-militar, período tão nefasto para a sociedade brasileira, para o ensino superior e para a pós-graduação no Brasil, faz necessário aprofundar o estudo sobre a instalação destas políticas.

No entanto, investigar as origens destas políticas e os caminhos percorridos para entender sua força mantenedora e sobrevivente ao regime democrático estabelecido a partir dos anos 1980 e às mudanças políticas posteriores, incluindo neste escopo os governos do Partido dos Trabalhadores, é um desafio que a abordagem feita nesta dissertação de mestrado pretendeu pavimentar. Não é uma questão menor avaliar o caminho percorrido pelas políticas de C&T após 1986 até a situação atual da pesquisa e da pós-graduação no país.

Fato marcante deste período é a reedição do discurso do desenvolvimentismo, denominado agora como neodesenvolvimentismo, o que corrobora com a justeza e a necessidade da continuidade do estudo. Segundo Schwartzman (2001),

o estudo de 1993-94 dizia que, vinte e cinco anos depois, o sistema brasileiro de ciência e tecnologia ainda estava configurado nos termos do “modelo Geisel”, estabelecido em meados dos anos 70 e já em decadência no início dos anos 80. Apesar de sua brevíssima duração, foi um período que deixou saudades entre muitos cientistas e pesquisadores, pela abundância relativa de recursos, pela facilidade com que projetos eram aprovados, pelas inovações institucionais que ocorreram (como, por exemplo, a criação da Coordenadoria de Programas de Pós-graduação em Engenharia – COPPE/UFRJ, e da Universidade de Campinas – UNICAMP) e pela crença que parecia existir no papel da ciência e da tecnologia como instrumento de desenvolvimento e modernização do País.

Examinando a configuração dos editais dos últimos anos, elaborados a partir da criação dos fundos setoriais no governo de Cardoso e, mais recentemente, da Lei de Inovação

Tecnológica no governo de Lula, indagamos se os desdobramentos da heteronomia empreendida pela “reforma consentida da universidade” (Fernandes, 1975) não contribuíram para a naturalização do modelo heteronômico dos atuais editais, elaborados inclusive pelo setor empresarial, e se esta situação não é retomada ou reforçada pela ideia do neodesenvolvimento, contribuindo para um aprofundamento da reconfiguração da universidade como um espaço direcionado para o atendimento ao mercado, seja através da formação de uma mão-de-obra técnica especializada para atender aos serviços necessários à manutenção do capital, seja pela prestação de serviços técnico-científicos denominados como inovação.

Enfim, este estudo abordou centralmente as políticas de C&T desenvolvidas no período da ditadura civil-militar, mas se preocupou em partir da construção dos conselhos, momento em que a ciência e a tecnologia ganham um espaço privilegiado em função da situação política e econômica mundial com o fim da II guerra até a configuração do financiamento da pesquisa através das chamadas de editais. Confirma-se, assim, um quadro heterônomo para a C&T, fato que parece ter se aprofundando diante de uma nova configuração política e de regime no país e que merece, sem dúvida alguma, ser estudado.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Humberto. **A Educação no após-guerra**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. vol. 1, nº1 INEP, MEC, 1944.
- BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: Ortiz, Renato (Org.) Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. P.122-155.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. **O mito do método**. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, 1976, Ano XXV, pp. 61-100.
- \_\_\_\_\_. **Florestan Fernandes: a criação de uma problemática**. Revista Estudos Avançados vol.10 nº.26 São Paulo Jan./Abr. 1996.
- CARDOSO & FALETTO, Fernando Henrique e Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- CUNHA, Luis Antonio. **A universidade reformanda. O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior**. São Paulo. Ed:UNESP, 1988.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**. 2ªed. RJ, Ed. Francisco Alves, 1986.
- DOMINGOS NETO, Manuel. **Acerca da modernização do exército**. Comunicação e Política, v. 22, n.3, set./dez. 2004.
- DREIFUSS, René Armand. 1964. **A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 7ª Ed.. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes 2008
- FÁVERO, Maria de Lourdes. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Matos**. Ed. Cortez, São Paulo, 1991.
- FLORESTAN, Fernandes. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª Ed. São Paulo. Global, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo. Ed. Alfa - Omega, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª São Paulo. Globo, 2005.
- HOBSBAWN, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1998.
- HOROWITZ, Irving Louis. **A universidade e a CIA: um dilema para a ciência social**. Revista Civilização Brasileira. Nº3, 1967.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. **Sobre a organização interna das universidades de Berlim**. In: CASPER, G; HUMBOLDT, W. Um mundo sem universidades? Eduerj, 1997.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LATTES, Cesar. **Organização da Ciência no Brasil**. Revista de Ciência e Cultura. Vol.1, nº 1-2. São Paulo, 1949.

LEITE, Celso Barroso; GONÇALVES, Suzana. 1964-1974. **Anos de crise e redefinição institucional**. [Depoimentos de Suzana Gonçalves e Celso Barroso Leite. In: CAPES 50 anos: depoimento ao CPDOC/FGV/ Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília, DF.: CAPES, 2002. p. 44-66.

LEHER, Roberto. **Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente**. In: Fávero, Osmar. Democracia e educação em Florestan Fernandes. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense – EdUFF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Outubro, São Paulo, n.1, p. 19-30, 1999.

\_\_\_\_\_. **Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas**. In: Gentili, Pablo. Universidades na penumbra. Neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

PIRRÓ E LONGO, Waldimir. **De um passado glorioso a um futuro brilhante**. In: Revista Inovação em Pauta. FINEP. nº7 2009.

LOWY, Michel. **Método dialético e teoria política**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARTINS, Monica Dias. **O banco mundial e a política científica dos governos militares no Brasil**. Revista Tensões Mundiais/World Tensions. V.6, n.11, 2010.

MERTON, Robert K. **The Matthew Effect in Science. The reward and communication systems of science are considered**. Science, 159 (3810): 56-63, January 5, 1968. Disponível [www.garfield.library.uppen.edu/merton/matthew1.pdf](http://www.garfield.library.uppen.edu/merton/matthew1.pdf).

MILLS, John Stuart. **Utilitarismo**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25ªed. Petrópolis. Ed. Vozes, 2007.

OLIVEN, Arabela C. **A paróquialização ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1990.

ORSO, P. (Org.). **Educação, Sociedade de Classe e Reformas Universitárias**. São Paulo, Autores Associados, 2007. In: Educação, Sociedade de Classes e Reformas Universitárias. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PAULA, Maria de Fátima. **USP e UFRJ: influência das concepções alemã e francesa em suas fundações**. Tempo social. Vol.14, nº2. São Paulo, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ROMANI, Jacqueline Pitanguí. **O conselho nacional de pesquisa e institucionalização da pesquisa científica no Brasil**. In: Schwartzman, Simon. Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro. Brasília, CNPq, 1982, pag. 135-166.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth. A non-communist manifesto**. 3ªEd. Londres. Cambridge University Press, 1960.

ROTHEN, Jose Carlos. **A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931.** Revista Brasileira da História da Educação. v.17 Ed. Autores Associados. SBHE, maio/agosto, 2008.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Autores Associados, Campinas, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência. A formação da Comunidade Científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **A experiência universitária entre dois liberalismos.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP S. Paulo, 11(1): 1-47, maio de 1999.

SILVA, Maurício Rocha. **Universidade sem cátedras: estudo especial.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 40, n. 91, p. 153-159, jul./set. 1963.

STAL, Eva; CERANTOLA, William Antonio. **PADCT: uma avaliação preliminar do subprograma de instrumentação.** Revista de Administração, São Paulo 24(2): 83-89, abril/junho 1989.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

## ANEXOS

## Anexo 1 – Suspensão do Projeto Camelot

# EUA desistem do projeto 'Camelot': comunismo na AL

WASHINGTON (AP-DC) — O Ministério da Defesa dos Estados Unidos anunciou ontem o cancelamento do projeto "Camelot", do Exército, destinado a estudar as formas pelas quais os comunistas utilizam as revoluções dos países subdesenvolvidos em proveito próprio.

Um lacônico comunicado de apenas quatro linhas datilografadas dava conta do abandono do projeto, que previa verbas de cerca de quatro milhões de dólares. "Concluiu-se que o projeto, da forma que vinha sendo conduzido, não produziria as informações desejadas", diz a nota.

## Investigação

Enquanto o senador democrata de Minnesota Eugene McCarthy pedia uma investigação do Senado a respeito do assunto, um porta-voz do Pentágono declarava que "um dos problemas mais difíceis do "Camelot" é a averiguação de fatos nos países estrangeiros. Porém, o ponto delicado do problema — ficou demonstrado pela reação a essa possibilidade — é a investigação que o "Camelot" faria no Chile."

O mesmo porta-voz, declarou que o projeto jamais chegou a ser iniciado no Chile: "o problema foi discutido por vários meses, estando em evolução o plano "Camelot", quando um incidente no Chile confirmou os temores de que a investigação naquele país é impossível. Com isso coincidiram algumas dúvidas

sobre a execução técnica de algumas fases de investigação e o projeto foi cancelado."

Pouco depois do anúncio do Departamento de Defesa dando por findo o plano "Camelot", o Embaixador do Chile declarou: "Oportunamente comuniquei ao governo do Chile essa decisão que agora se faz pública."

Informações extra-oficiais indicam que o Embaixador chileno fez essa comunicação ao seu governo em 24 de junho. O Embaixador negou-se a fazer qualquer outro comentário a respeito do assunto.

## Gasto parcial

O porta-voz do Pentágono, que teve contato com os repórteres, informou que da verba total do "Camelot" foram gastos trezentos mil dólares, que "produziram um bom resultado".

## Anexo 2 – Pronunciamento da Diretoria da SPBC

## EDITORIAL

## CIÊNCIA EM CRISE

Na última semana de abril, os meios universitários brasileiros foram surpreendidos por dois decretos presidenciais que aposentavam compulsoriamente 67 professores, contando-se entre eles alguns dos mais notáveis cientistas brasileiros, de reputação firmada no País e no Exterior pelos seus trabalhos de investigação e ensino, nos campos da física, matemática, química, biologia, sociologia e filosofia da ciência.

A ocorrência parecia tão mais surpreendente pelo fato de repetidamente ter sido salientada por ilustres membros do próprio governo, a necessidade do retorno ao País dos cientistas que, por causas várias, haviam emigrado, nos últimos anos. O programa da "volta do cientista" de iniciativa de alguns Ministérios, sobretudo o do Exterior e o do Planejamento, começava a surtir efeito, com a decisão de dezenas de cientistas brasileiros de retornarem ao País, com o esclarecido e

generoso apoio do CNPq, FAPESP, CAPES e das próprias Universidades. Quantias substanciais foram investidas por aqueles órgãos para a montagem de laboratórios, auxílios de viagens e bolsas atribuídas a muitos dos elementos que se decidiram retornar ao País sob apelo do próprio governo, apelo esse manifestado por embaixadores especiais em reuniões realizadas em Washington e Paris para as quais foram convocados os cientistas emigrados.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em reunião de sua Diretoria, realizada em 30 de abril último, formulou um apelo enviado a S. Ex.<sup>ca</sup> o Sr. Presidente da República, com o único e exclusivo intuito de procurar salvar um patrimônio cultural e intelectual, considerado por todos os países civilizados o mais precioso investimento para o futuro e progresso de uma nação.

A DIRETORIA

## Anexo 3 - Redução orçamentária na Capes

CORREIO DA MANHÃ, Quarta-feira, 3 de Janeiro de 1968

# CURY VÊ O CAPES PARAR A CIÊNCIA

Os meios científicos e universitários do País reagiram ao corte de quatro milhões de cruzeiros novos no orçamento da CAPES, assinalando que o fato representa um retrocesso em qualquer política de expansão científica e tecnológica e até mesmo a redução de matrículas no ensino superior pela falta de professores especializados para as cadeiras básicas das universidades.

O professor Amadeu Cury, diretor do Instituto de Microbiologia e da Academia Brasileira de Ciências qualificou o corte como "um desastre". O professor Alberto Coimbra, dos Programas Pós-Graduados de Engenharia, disse que "este corte corresponderá a uma emissão de passaportes para mais uma leva de técnicos nossos em busca do estrangeiro, onde encontrarão apoio permanente para tirarem seus cursos de mestrado e doutorado.

## DESENVOLVIMENTO

O professor Afonso do Prado Seabra, da Faculdade de Farmácia e conselheiro do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que o corte de quatro milhões no orçamento da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior virá representar um golpe para dezenas ou mesmo centenas de jovens que se poderiam tornar técnicos e cientistas altamente capacitados para prestar ao País um serviço inestimável no seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Disse o professor Seabra que "o problema número um do desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil não é somente a volta de elementos isolados que

tenham conseguido lugar no estrangeiro, mas, sim, conseguir a produção regular de técnicos de alta qualificação, o que vem sendo conseguido através do trabalho da CAPES, que possibilita o funcionamento de uma estrutura de ensino pós-graduado, desenvolvido em torno de trabalhos de pesquisa conduzido por jovens que desejam desenvolver-se na carreira científica.

Afirmou o conselheiro da UFRJ que vale dizer que o Governo vem demonstrando uma preocupação com a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, "mas que essa preocupação seja traduzida de uma forma concreta para que saia do campo de idéias vagas e bons princípios. Nada traduziria a legitimidade dessa preocupação, melhor que o apoio ao magnífico serviço que a CAPES vem prestando ao País".

## PÓS-GRADUAÇÃO

O professor Alberto Coimbra afirmou que "o corte está causando espanto e desapontamento nos meios universitários e científicos". Atingirá ao setor de investimentos e de custeios, que compreendem o primeiro auxílio para a compra de equipamentos técnicos para utilização nas escolas superiores do Brasil. O segundo reveste-se de maior gravidade, pois atingirá diretamente os bolsistas da CAPES. O corte de bolsas da CAPES vem mostrar que este órgão do Governo lamentavelmente deixa de seguir o esforço do BNDE, que através do FUNTEC, vem apoiando decisivamente

te os programas de Mestrado e Doutorado em engenharia e ciências. Os recursos do BNDE são concedidos na suposição de que a CAPES cumprirá sua parcela."

## ESCOLAS

O professor Amadeu Cury, do Conselho da CAPES e da Academia Brasileira de Ciências, mostrou-se perplexo com a notícia, pois, "numa época em que o Governo está procurando estimular o ensino superior com a criação de novas escolas para aumentar o número de matrículas, como preparar docentes qualificados em quantidade suficiente para atender a demanda para as novas escolas? Não posso entender que haja esta contradição. O Governo tem dado demonstrações inequívocas de ativar ao máximo o processo de desenvolvimento científico e tecnológico do País e permite um corte tão alto nas verbas da CAPES. Ninguém neste País pode negar ou ocultar o papel que a CAPES desempenha no preparo de pessoal de alto nível para o ensino e a pesquisa nos últimos anos.

O fundamental, o básico, o crucial, o vital é a concessão de bolsas no País e no exterior, tornando-se mesmo necessário o aumento gradativo dessas bolsas. No entanto o que se verifica com o corte drástico de seus recursos é a redução das possibilidades de formar esse pessoal indispensável ao desenvolvimento científico e tecnológico do País."

Anexo 4 - A Universidade no contexto da era do desenvolvimento

# COMO UNIVERSITÁRIA GARRAZA NCR\$ 23 MILHÕES

## Presidente Médici: -E A MIM CABE LANÇAR O PAÍS NA ERA DO DESENVOLVIMENTO

EM solenidade realizada, na manhã de ontem, na Ilha do Fundão, o Presidente Emílio Garrastazu Médici assinou decreto abrindo crédito para o programa de conclusão da primeira etapa da Cidade Universitária.

Procedente do Palácio das Laranjeiras, o Chefe do Governo chegou, de helicóptero, às 8h30min, à Ilha do Fundão, em companhia dos Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência, sendo ao desembarcar recebido pelo Governador do Estado, Embaixador Negro de Lima, pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Djacir Menezes e por membros do Conselho Universitário.

Após os cumprimentos, o Presidente foi encaminhado ao salão nobre da Reitoria da Universidade onde se realizou a assinatura do decreto, resultante da decisão presidencial de transferir os recursos da Expo-72 para o setor Educação.

### • A Cerimônia

Sentaram-se à mesa, em companhia do Presidente da República, o Governador Negro de Lima, os Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência, o Reitor Djacir Menezes e o Vice-Reitor Hélio Fraga.

Abertos os trabalhos, inicialmente falou o Reitor Djacir Menezes, apresentando, em seu nome e no do corpo docente, as boas-vindas ao Presidente da República. Logo, em seguida, a moção que dirigiu ao Chefe da Nação, quando da decisão da transferência das verbas da Expo-72 para a conclusão das obras da Cidade Universitária, e que teve aprovação unânime do Conselho de Membros da Universidade. Seu texto, na íntegra, é o seguinte:

"A repercussão no meio universitário do ato de V. Exa. proporcionando recursos para a realização da Cidade Universitária atesta o alcance histórico de uma decisão memorável. A premência do problema e a improrrogabilidade de sua solução não permitiam esperar mais esse compasso melancólico de espera, que seria oneroso até do ponto de vista cívico, adiando indefinidamente a implantação de uma Reforma idealizada, planejada e liquidada através de tantos anos.

As instituições docentes de nível superior, acusadas de não corresponderem às exigências do desenvolvimento nacional, reclamavam a oportuna decisão do Poder Público. A UFRJ, nas incertezas de seu orçamento, deparava com grave alternativa: ou mudar para a Ilha e realizar-se no ritmo de seu crescimento orgânico ou desintegrar-se paulatinamente, num número de Universidades que não reflete seu tempo, incapaz de renovar suas estruturas por carência dos recursos indispensáveis.

Tempo integral, professorado competente, instalações adequadas, conjugação do ensino e da pesquisa, cursos de pós-graduação, todos esses postulados essenciais à Reforma se entrosavam, independentemente do mesmo como universitário. Contra essas medidas comparavam as dilações orçamentárias, obrigando a incessantes e inopinadas restrições que determinavam prejuízos do ritmo realizador. E ainda se estranhava que a Universidade, assim palada, tivesse na Ilha apenas cinco mil alunos e seis unidades?

Destarte, nesse impasse que nos constrangia e constrangia, — o gesto de V. Exa. Presidente Garrastazu Médici, assume significação limpa e ateneira, abrindo, nessa fase de nossa história universitária cheia de perplexidades e contradições, uma perspectiva de esperança aos que buscam aliar a força do pensamento científico, filosófico e artístico à obra patriótica de expansão e fortalecimento do Brasil!

O Chefe do Gabinete Civil, Ministro João Leitão de Abreu, passou então a ler a exposição-de-motivos elaborada pelos Ministros da Educação, do Planejamento e da Fazenda, e posteriormente, o decreto que possibilitará a conclusão da primeira etapa da Cidade Universitária, e que recebeu, sob aplausos dos presentes, a assinatura do Presidente da República."

### • Palavras do Presidente

Após a assinatura do decreto, o Presidente Médici, em rápidas palavras, disse que mais nada havia a acrescentar aos esclarecimentos prestados pelo Reitor Djacir Menezes em seu discurso. "Muita palavra, muita tinta e muito papel já foram gastos sobre a Cidade Universitária e agora — prosseguiu — chegamos ao momento da execução!"

Continuando, afirmou que cumpria fazer justiça aos seus antecessores, pois ao Marechal Castelo Branco coubera a institucionalização da Revolução e ao Marechal Costa e Silva a consolidação de sua infra-estrutura. "E a mim — frisou — cabe lançar o País na era do desenvolvimento". Disse que, para a consecução desse desenvolvimento, há dificuldade na escolha de obras prioritá-

rias, mas, para seu Governo, entre estas está, inquestionavelmente, a da educação.

Na parte final de sua breve oração, o Chefe do Governo enalteceu a cooperação recebida dos Ministros da Educação, do Planejamento e da Fazenda e, também, do Reitor da UFRJ e do Governador do Estado para o reinício imediato das obras da Cidade Universitária. Prometeu, ao concluir, todo o apoio de que o empreendimento necessitar, para que a nova fase que ora se inicia possa estar terminada a 7 de setembro de 1972.

Após, o Presidente da República visitou demoradamente a exposição de painéis e maquetas instalada no salão nobre da Reitoria e retornou, de helicóptero, ao Palácio das Laranjeiras, tendo antes sobrevoado o local daquela centro de estudos.

### • O Decreto

É o seguinte, na íntegra, o texto do decreto assinado pelo Presidente da República:

"Artigo 1º — Fica aberto ao Orçamento da União aprovado pelo Decreto-Lei número 727, de 1 de agosto de 1969, o crédito suplementar na importância de NCR\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros novos) em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinado ao atendimento de despesas com o Programa de Conclusão das Obras da primeira etapa da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conforme a classificação seguinte:

23.00.00 — Encargos Gerais da União.  
23.02.00 — Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

09.06.1.008 — Contribuição Financeira a Universidades NCR\$

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial ..... 23.000.000,00

Artigo 2º — Os recursos necessários à execução deste decreto serão obtidos pela anulação parcial de dotação consignada no Subanexo 23.00.00, a saber:

23.00.00 — Encargos Gerais da União.  
23.02.00 — Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

18.00.1.013 — Financiamento de Atividades e Projetos Prioritários

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial ..... 23.000.000,00

Artigo 3º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

### • Exposição de Motivos

Segue-se a exposição de motivos interministerial referente ao decreto encaminhado à assinatura do Presidente da República. É completada com dois quadros elucidativos, um definindo a primeira etapa de construção da Cidade Universitária e o outro expondo as necessidades de recursos até setembro de 1972, quando as obras deverão ser inauguradas.

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República: Temos a honra de reportar-nos à decisão de Vossa Excelência, em despacho à Exposição de Motivos Interministerial número 64-69, no sentido da destinação de recursos para conclusão, em 1972, ano do Sesquicentário da Independência do Brasil, do primeiro estágio da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de

Janeiro, na Ilha do Fundão. Reportamo-nos, outrossim, à reunião de 8-do corrente, convocada por Vossa Excelência para efeito de definição daquela primeira etapa, e realizada com a presença, também, dos Srs. Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e do Serviço Nacional de Informações, assim como do Magnífico Reitor da UFRJ, Professor Djacir Menezes.

2. Na conformidade do esquema estabelecido na referida reunião, vimos apresentar a Vossa Excelência o programa de execução da primeira etapa da Cidade Universitária, já aprovado, em princípio, por Vossa Excelência, e cuja conclusão se verificará até o dia 7 de setembro de 1972, data fixada para a inauguração.

3. Para efeito de definição desse programa, considerou-se detalhadamente o atual Plano Diretor da Cidade Universitária, elaborado a partir de 1964 já em conformidade com a orientação da Reforma Universitária, e que reformulou substancialmente o plano inicial, datado de 1949. O novo Plano Diretor (Anexo número 1) corresponde a uma área total de construção de 785.000 m<sup>2</sup>, com 24% já executadas; e objetiva elevar a capacidade de matrículas, na Cidade Universitária, para 60.000 estudantes (Anexo número 2). Até 1969, foram aplicados NCR\$ 234,8 milhões (preço de 1969). A estimativa do total de recursos necessários para a conclusão do Plano Diretor completo é de NCR\$ 452 milhões (discriminação no Anexo número 3).

4. Levou-se em conta, igualmente, o aspecto concernente à proximidade do Aeroporto do Galeão, que, idealmente, segundo as informações recebidas pelo Grupo de Trabalho incumbido do assunto, não contraindica o funcionamento da Cidade Universitária na sua localização atual, "mesmo tendo em vista o próximo uso de aeronaves super-sônicas".

5. A definição da primeira etapa objetivou elevar a capacidade de matrículas, na Cidade Universitária, do nível atual de 6.000 alunos para cerca de 20.000 alunos, ou seja, mais do que triplicando o número existente em 1969. Consideraram-se prioritárias as áreas de Ciência, Tecnologia e Saúde, tendo em vista a orientação da Política Nacional de Educação. Observaram-se critérios de conclusão das obras já em andamento; de preferência para construções que permitam a transferência, para a Cidade Universitária, de unidades que integrem ou completem atividades já ali existentes; e de preferência para construções que possibilitem a mudança de unidades precariamente instaladas.

6. Na conformidade do Quadro I, a primeira etapa compreende o Centro de Tecnologia, o Instituto de Ciências Biomédicas, o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, o Hospital Universitário, a Escola de Educação Física e Desportos (pertencente ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (pertencente ao Centro de Letras e Artes); o conjunto de campos e quadras desportivas e piscinas; os restaurantes, os alojamentos de estudantes e obras diversas; a zona de serviços industriais para uso da Universidade; as obras de urbanização interna e vias de acesso.

7. O esquema financeiro correspondente figura no Quadro II. Como se observa, o total de recursos necessários para a conclusão da primeira etapa é de NCR\$ 234 milhões, com NCR\$ 81 milhões já assegurados. Dos recursos complementares necessários, ou seja, NCR\$ 173 milhões, cerca de NCR\$ 117 milhões deverão provir de recursos orçamentários normais da UFRJ em 1971 e 1972, de operações de crédito no exterior, e da colabo-

ração prevista para o Governo do Estado da Guanabara no tocante a obras de infra-estrutura. Os restantes NCR\$ 56 milhões deverão ser supridos pelo Governo Federal, como contribuição adicional ao programa, nos anos de 1970, 1971 e 1972, além daquelas já fornecidas através do orçamento normal da Universidade. Os anexos números 4 e 6 apresentam, respectivamente, o detalhamento dos recursos e aplicações e a programação de desembolso.

8. Faz-se relevante salientar, quanto ao Hospital Universitário, a necessidade de pequena reformulação do projeto, envolvendo adaptações na estrutura já construída, em face da decisão final quanto ao número de leitos, de modo a adaptá-lo à moderna concepção de hospedagem de uma Universidade de grande dimensão. Essa reformulação, já considerada exequível tecnicamente, deverá ter lugar no prazo de 30 dias.

9. Na forma dos entendimentos já mantidos com o Exmo. Sr. Governador do Estado, a cooperação do Estado da Guanabara, que da iniciativa receberá parte substancial dos benefícios, irá verificar: se quanto às obras de urbanização interna de "campus" e de vias de acesso, estimado em NCR\$ 95 milhões e compreendendo: abastecimento de água, esgotos sanitários, arruamentos, águas pluviais, iluminação pública, trevo de acesso e, futuramente, construção do elevador para o Aeroporto Super-sônico. Para esse efeito, celebrar-se-á convênio entre os Governos Federal e Estadual.

10. O esforço próprio da Universidade, além das estações para o Plano Diretor existentes no Orçamento de 1970 e previstas para os Orçamentos de 1971 e 1972, assumirá, por outro lado, a forma de alienação de imóveis tornados disponíveis. A medida que as unidades se forem transferindo para a Cidade Universitária, essa alienação, que já recebeu a concordância dos órgãos diretores da UFRJ em data de 15-1-70 (inclusive dos seus diretores da UFRJ em Conselho Universitário), deverá proporcionar recursos principalmente para a execução da segunda etapa, a partir de 1973, tendo em vista a época prevista da transferência das diferentes unidades para o "campus".

11. Para efeito de deflagração — nesta data de elevada significação para a história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, presente Vossa Excelência na Cidade Universitária — do programa intensivo destinado a garantir a conclusão da primeira etapa, na forma e datas apresentadas, vimos submeter à assinatura de Vossa Excelência:

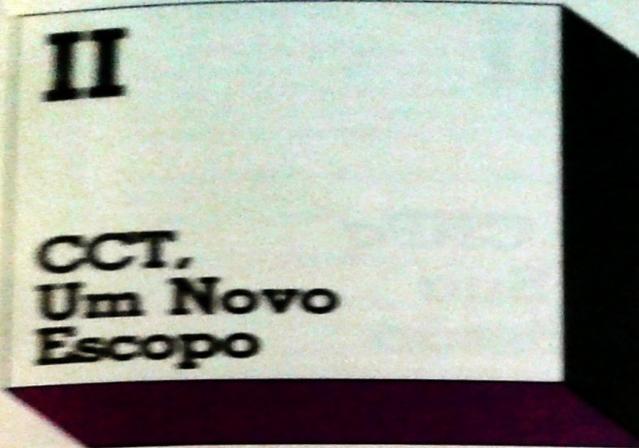
a) aprovação do programa referido, onustanciado na presente Exposição de Motivos;

b) decreto de abertura de um crédito suplementar na importância de NCR\$ 23 milhões destinado a reforçar a contribuição do União à Universidade Federal do Rio de Janeiro no corrente ano.

12. Temos, igualmente, a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que está sendo ultimada operação de crédito externo, em favor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no valor de US\$ 10 milhões, para fins de financiamento da construção do Hospital Universitário.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito. João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral; Carlos Gonçalves Passarinho, Ministro da Educação e Cultura; Astolfo Delafina Neto, Ministro da Fazenda."

## Anexo 5 – Composição do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq



**II**

**CCT,  
Um Novo  
Escopo**

A instituição do Conselho Científico e Tecnológico (CCT) tornou mais prováveis a efetiva implementação, os reajustes e a atualização permanente do PBDCT. Mais do que isso, possibilitou diálogo mais amplo e ordenado entre as unidades do SINDCT, a comunidade científica e o empresariado nacional.

Criado em março de 1976, o CCT exerce as seguintes funções:

- \* opinar sobre questões relevantes, pertinentes ao desenvolvimento científico e tecnológico do País;
- \* assessorar o presidente do CNPq (que também o preside) no tocante às linhas gerais que devem orientar a Entidade na promoção, junto às principais instituições públicas e privadas do setor de

ciência e tecnologia e na divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do CNPq;

- \* cooperar com o presidente do CNPq na preparação do projeto do PBDCT e no acompanhamento de sua execução; na elaboração de programas e projetos setoriais ou especiais de interesse para a consecução da política de desenvolvimento científico e tecnológico; na realização e participação de estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de aspectos da política governamental de desenvolvimento científico e tecnológico; no estudo de atos e programas internacionais de cooperação científica e tecnológica; na programação do orçamento de investimentos do CNPq e na elaboração dos relatórios anuais de auditoria da Entidade.

É na sua formação, porém, que reside sua característica mais ampla. O CCT é constituído de 32 Conselheiros, dos quais 15, com mandato de dois anos, são designados pelo Presidente da República, dentre cientistas tecnólogos, pesquisadores de renome e empresários brasileiros, todos desenvolvendo atividades relevantes nos setores de ciência e tecnologia.

São Conselheiros Natos: o presidente e o vice-presidente do CNPq, o presidente da Academia Brasileira de Ciências, o superintendente do Instituto de Planejamento (IPLAN), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, um delegado do Estado Maior das Forças Armadas, o presidente do FINEP e representantes (de preferência os titulares dos órgãos setoriais de Ciência e Tecnologia) dos Ministérios da Indústria e do Comércio, da Agricultura, da Saúde, das Comunicações, da Educação e Cultura, do Interior, das Minas e Energia, dos Transportes, das Relações Exteriores e da Fazenda.

O Conselho se reúne ordinariamente a cada

### MEMBROS DO CCT

<p><b>José Dion de Melo Teles</b> <i>Presidente do CNPq</i></p> <p><b>José Felício Ferreira</b> <i>Vice-Presidente do CNPq</i></p> <p><b>Artúrio Azevedo Pacheco Leão</b> <i>Presidente da Academia Brasileira de Ciências</i></p> <p><b>Roberto Cavalcanti de Albuquerque</b> <i>Superintendente do IPLAN/PEA</i></p> <p><b>José Walter Baurista Vidal</b> <i>Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio</i></p> <p><b>José Irineu Caltral</b> <i>Presidente da ENBRAPA</i></p> <p><b>Estimundo Justez</b> <i>Presidente do Grupo de Análise de Projetos de Pesquisa do Ministério da Saúde</i></p> <p><b>Helmulo Villar Furtado</b> <i>Secretário-Geral do Ministério das Comunicações</i></p> <p><b>Euzé Brantão</b> <i>Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura</i></p> <p><b>Dilson Iustiana de Queiroz</b> <i>Secretário-Geral do Ministério do Interior</i></p> <p><b>Arnaldo Rodrigues Barbalho</b> <i>Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia</i></p> <p><b>Newton Cyro Braga</b> <i>Secretário-Geral do Ministério dos Transportes</i></p> <p><b>José Carlos Soares Fozes</b> <i>Secretário-Geral do Ministério da Fazenda</i></p> <p><b>Marcos Pereira Viana</b> <i>Presidente do IBGE</i></p> <p><b>Paulo Beltrão do Valle</b> <i>Presidente do Conselho de Administração do Estado Maior das Forças Armadas</i></p>	<p><b>Oscar Sala</b> <i>Chefe do Departamento de Física Nuclear do Instituto de Física da USP</i></p> <p><b>José Israel Vargas</b> <i>Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais</i></p> <p><b>Isaac Kertenetzky</b> <i>Presidente do IBGE</i></p> <p><b>Paschoal Ernesto Américo Senise</b> <i>Professor do Departamento de Química Analítica do Instituto de Química da USP</i></p> <p><b>John Milne Albuquerque Forman</b> <i>Diretor de Recursos Minerais da NUCLEBRAS</i></p> <p><b>Amadeu Cury</b> <i>Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB</i></p> <p><b>Paulo de Tarso Alvim</b> <i>Diretor do Centro de Pesquisa do Cacau — CEPEC</i></p> <p><b>Chaim Samuel Hönig</b> <i>Coordenador do Departamento de Pós-Graduação do Instituto de Matemática e Estatística da USP</i></p> <p><b>Leonidas Machado Magalhães</b> <i>Professor titular do Departamento de Clínica e Cirurgia da Escola de Veterinária da UFMG</i></p> <p><b>Giulio Massarani</b> <i>Coordenador dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ</i></p> <p><b>Sergio Pereira da Silva Porto</b> <i>Coordenador Geral dos Institutos da Universidade Estadual de Campinas</i></p> <p><b>Kurt Politzer</b> <i>Presidente da Guanabara Química Industrial</i></p> <p><b>José Ephim Mindlin</b> <i>Diretor Geral da Metal Leve S.A. Indústria e Comércio</i></p> <p><b>Fernando Flávio Marques de Almeida</b> <i>Professor do Departamento de Geologia Geral do Instituto de Geociências da USP</i></p>
---	---

## Anexo 6 – Ministro Reis Velloso sobre o mercado de capitais

DIREÇÃO:  
MAURICIO CIBULARES

COORDENAÇÃO:  
LYDIO M. DE SOUZA

11/1/1970

# dn/ caderno financeiro

Letras de Câmbio Devem Bater Nôvo Recorde de Vendas em 70

• PAGINA SEIS

## Govêrno Vai Fortalecer o Mercado de Capitais em Todos os Sentidos

**O** BRASIL tem um valioso patrimônio a preservar no tocante ao que fêz o mercado de capitais, que deve continuar o processo de aperfeiçoamento e expansão, afirmou na reunião desta semana na Adecif o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral. O economista João Paulo dos Reis Velloso, perante quase uma centena de empresários financeiros e diversos jornalistas, manifestou sua confiança nesse mercado e ressaltou a grande contribuição prestada pela Adecif e suas filiadas ao estôrjo de desenvolvimento. Disse que o salto foi enorme no setor e, em tais circunstâncias, como em outros campos, surgem distorções, que, entretanto, não abalaram a confiança no sistema financeiro, que, agora, se ajusta aos níveis de custo compatíveis com o planejamento econômico, explicando que o conceito de moeda tem-se modificado e, hoje, os títulos financeiros são quase moeda, daí sua crescente importância.

Salientou que a Adecif tem demonstrado capacidade criativa e espera contar com a sua colaboração, sempre que houver estudos para modificar a legislação específica e correlata, com vistas a um sistema adequado de incentivos no mercado, criação de novos instrumentos e defini-

ção das áreas de atribuições das instituições financeiras, para a sua especialização que favorece a melhoria de cada sistema. Em 1970, asseverou, o Govêrno procurará fortalecer o mercado de capitais em todos os sentidos, a uma taxa de juros compatível com a conjuntura. Para êste fim, o Ministério do Planejamento quer manter-se atento ao mercado, através do Subsecretário Adjunto, Lício Faria, que ali se encontrava em sua companhia e é funcionário do Banco Central ligado ao setor.

O Ministro Reis Velloso focalizou o recente pronunciamento do Presidente da República, destacando quatro grandes linhas: educação e saúde, agricultura e abastecimento, ciência e tecnologia e fortalecimento do poder de competição da indústria nacional. Quanto ao combate à inflação, será continuada a política gradualística, com esforços para uma redução maior do índice. Relativamente à taxa de crescimento econômico, reafirmou que fora de 8% em 68, e 9% em 69, o que coloca o Brasil entre os poucos países do mundo que cresce a mais de 5%. E o Govêrno quer prosseguir nessa ascensão acima de 7%, o que considera perfeitamente viável.

Aludindo à reversão da tendência de estagnação, informou que as autoridades querem assegurar melhores condições para o fortalecimento da empresa privada. Salientou que não preten-



Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento e Coordenação Geral

dem aumentar impostos e até conceder isenção ou reduções em certos setores estatêgicos, além de contenção de despesas governamentais e implantação de instrumentos novos, como os Fundos Nacionais para Educação, Agricultura, Tecnologia etc.

### SUGESTÕES

O Presidente da Adecif externou sua satisfação e a dos empresários financeiros pela explanação do Ministro Reis Velloso e pelos objetivos anunciados pelo Govêrno, sugerindo duas providências importantes: um plano impacto para

restabelecer o desenvolvimento da Guanabara e a extensão dos benefícios do Decreto-lei 157 a todos os contribuintes, a fim de aumentar a capitalização e alcançar maior justiça social, integrando o povo, o assalariado, no mercado de capitais. O Titular do Planejamento respondeu que já há iniciativas e estudos em favor da Guanabara, que precisa ter um poderoso parque industrial e de serviços. Sobre a extensão do 157, lembrou que o Ministro Delfim Neto havia sugerido ao Govêrno os incentivos fiscais e certamente examinaria a sugestão ora feita e que seria levada ao seu conhecimento. Respondendo a outras perguntas, o Ministro reiterou que se pretende consolidar a legislação revolucionária nos vários setores, sobretudo no tributário, podendo ocorrer aperfeiçoamentos ou modificações. Ainda sobre a empresa nacional, que é sempre afetada pelas restrições creditícias, sobretudo as pequenas e médias, o Ministro voltou a afirmar o propósito do Govêrno em ajudar tais organizações para sua maior capacidade técnica e de investimentos, lembrando que o Banco do Brasil tem feito muito em favor do empresariado nacional e que os financiamentos externos (BID, AID, BN etc.) visam a dar maior apoio a elas, o que ocorre também com o BNDE, interessado em desenvolver o Fundo para estimular a produtividade industrial, subsidiando a pesquisa e o aperfeiçoamento.